



EUROJUST

Relatório Anual Eurojust 2013





Relatório Anual Eurojust 2013

O Relatório Anual Eurojust 2013 foi traduzido da versão original em inglês para português pelo Centro de Tradução dos Organismos da União Europeia.



A Eurojust tem por missão apoiar e reforçar a coordenação e a cooperação entre as autoridades nacionais na luta contra as formas graves de criminalidade transnacional que afetam a União Europeia

Índice

Nota sobre a Decisão Eurojust	5
Acrónimos e abreviaturas	5
Preâmbulo.....	7
Síntese.....	8
2013 EM REVISTA	10
1. SOBRE A EUROJUST.....	12
1.1. Missão, visão, princípios orientadores	13
1.2. Representações Nacionais, o Colégio, Magistrados de Ligação de Estados terceiros	13
1.2.1. Composição	13
1.2.2. Competências, funções e poderes	13
1.2.3. Governação e métodos de trabalho.....	14
1.2.4. Formação.....	15
1.2.5. O Sistema Nacional de Coordenação da Eurojust (SNCE) e as «fiches suédoises».....	15
1.3. Administração da Eurojust	15
1.4. A Eurojust e as redes especializadas	17
1.4.1. Rede Judiciária Europeia	17
1.4.2. Rede de Equipas de Investigação Conjuntas (EIC)	18
1.4.3. Rede Genocídio	18
1.4.4. Fórum Consultivo	19
2. FUNCIONAMENTO DA EUROJUST.....	20
2.1. Reuniões de coordenação da Eurojust.....	21
2.2. Centros de coordenação da Eurojust.....	23
2.3. Intercâmbio de informações e o Sistema de Gestão de Casos (CMS)	24
2.3.1. Desenvolvimento do Sistema de Gestão de Casos (CMS)	24
2.3.2. O formulário «inteligente» ao abrigo do artigo 13.º	24
2.3.3. Ligações entre o SNCE e o CMS	25
2.4. A Eurojust e as equipas de investigação conjuntas (EIC)	25
2.4.1. Casos da Eurojust	25
2.4.2. Reunião Anual de Peritos das Equipas de Investigação Conjuntas	27
2.4.3. Financiamento/assistência financeira para as Equipas de Investigação Conjuntas	27
3. TRABALHO OPERACIONAL DA EUROJUST.....	28
3.1. Casos da Eurojust em áreas de criminalidade prioritárias.....	29
3.1.1. tráfico de droga	29
3.1.2. Imigração ilegal	30
3.1.3. Tráfico de seres humanos	31
3.1.4. Fraude	32

3.1.5. Corrupção	33
3.1.6. Cibercriminalidade	33
3.1.7. Branqueamento de capitais	35
3.1.8. Terrorismo	36
3.1.9. Grupos de criminalidade organizada itinerantes)	37
3.2. Assistência da Eurojust noutros domínios da atividade criminosa	39
3.2.1. Infrações penais lesivas dos interesses financeiros da UE (infrações PIF).	39
3.2.2. Criminalidade ambiental	40
3.2.3. Pirataria marítima.....	41
3.2.4. Ponto de Contacto da Eurojust para a Proteção das Crianças	41
3.3. Relações da Eurojust	42
3.3.1. Relações com Estados terceiros e organizações fora da União Europeia	42
3.3.2. Cooperação com a Europol e o OLAF	43
3.4. Desafios e boas práticas no tratamento de casos	44
4. PRIORIDADE DO ANO PARA A EUROJUST: AVALIAÇÃO DAS EQUIPAS DE INVESTIGAÇÃO CONJUNTAS.....	46
TEMA: DESENVOLVIMENTOS LEGISLATIVOS	50
ANEXO 1: ACESSO PÚBLICO AOS DOCUMENTOS	54
ANEXO 2: ACOMPANHAMENTO DAS CONCLUSÕES DO CONSELHO	55
ANEXO 3: ESTATÍSTICAS SOBRE CASOS DA EUROJUST	56
Gráfico 1 - Casos de 2009 a 2013.....	56
Gráfico 2 - Casos bilaterais e multilaterais de 2009 a 2013	56
Gráfico 3 - Casos bilaterais e multilaterais abertos por Estado-Membro	57
Gráfico 4 - Estados-Membros requerentes/requeridos	57
Gráfico 5 - Casos por Magistrados de Ligação de 2009 a 2013	58
Gráfico 6 - Tipos de criminalidade prioritários em casos da Eurojust	58
Gráfico 7 - Casos da Eurojust envolvendo Estados terceiros.....	59
Gráfico 8 - Envolvimento de países não pertencentes à UE, parceiros da UE e organizações internacionais nos casos da Eurojust	59
Gráfico 9 - Principais tipos de criminalidade envolvendo Estados terceiros	60
Gráfico 10 - Reuniões de coordenação: Estados-Membros	60
Gráfico 11 - Reuniões de coordenação: países não pertencentes à UE, parceiros da UE e organizações internacionais	61
Gráfico 12 - Ocorrência de tipos de criminalidade nas reuniões de coordenação	61
Gráfico 13 - Centros de coordenação	62
Gráfico 14 - Eurojust e equipas de investigação conjuntas	62
Gráfico 15 - Números de casos ao abrigo do artigo 13.º.....	63
Gráfico 16 - Execução de mandados de detenção europeus (MDE): Estado-Membro requerente/requerido	63

Nota sobre a Decisão Eurojust

Decisão Eurojust – A Decisão do Conselho, de 28 de fevereiro de 2002, relativa à criação da Eurojust a fim de reforçar a luta contra as formas graves de criminalidade, alterada pela Decisão 2009/426/JAI do Conselho, de 16 de dezembro de 2008, relativa ao reforço da Eurojust,

é adiante designada por «Decisão Eurojust». Encontra-se disponível na Internet uma versão consolidada da Decisão Eurojust, preparada pelo Secretariado Geral do Conselho apenas para efeitos de informação, em www.eurojust.europa.eu.

Acrónimos e abreviaturas

CMS	Sistema de Gestão de Casos
MDE	Mandado de Detenção Europeu
EC3	Centro Europeu da Cibercriminalidade
RJE	Rede Judiciária Europeia
SNCE	Sistema Nacional de Coordenação da Eurojust
EMPACT	Plataforma Multidisciplinar Europeia contra as Ameaças Criminais
EPPO	Procuradoria Europeia
EIC	Equipa de Investigação Conjunta
JSB	Instância Comum de Controlo da Eurojust
PEP	Plano Estratégico Plurianual
MLA	Auxílio Judiciário Mútuo
GCOI	Grupo de criminalidade organizada (itinerante)
ME	Memorando de Entendimento
MPJM	Monitorização Judicial da Pirataria Marítima («Maritime Piracy Judicial Monitor»)
MTIC	Fraude intracomunitária de «operadores fictícios» (Missing Trader Intra-Community)
PAO	Plano de Ação Operacional
CP	Coordenação Permanente
GCO	Grupo de criminalidade organizada
OLAF	Organismo Europeu de Luta Antifraude
PIF	Proteção dos interesses financeiros da União Europeia
SOCTA	Avaliação da Ameaça da Criminalidade Organizada Grave
TCM	Monitorização de Condenações por Terrorismo
TE-SAT	Relatório sobre a Avaliação do Terrorismo e suas Tendências
TFUE	Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia
TSH	Tráfico de seres humanos



Esforçamo-nos por obter os melhores resultados operacionais, oferecendo serviços de elevada qualidade que permitam dar resposta às necessidades das partes interessadas

Preâmbulo

É com prazer que apresento o décimo segundo relatório anual, que descreve o funcionamento, as operações, os casos e as atividades estratégicas da Eurojust em 2013. A Eurojust tornou-se reconhecida como um interveniente fundamental no apoio que presta aos Estados-Membros da União Europeia na luta contra as formas graves de criminalidade transnacional. A nossa experiência e os conhecimentos especializados que adquirimos ao longo de 11 anos de existência constituem uma mais-valia para as autoridades judiciais e policiais nacionais na resposta aos pedidos de auxílio judiciário mútuo a nível transnacional, na aplicação de instrumentos de reconhecimento mútuo e na coordenação de processos penais. O número de casos em que os Estados-Membros solicitaram a assistência da Eurojust teve um aumento de 2,8 %, de 1533 casos em 2012 para 1576 casos em 2013.

Através de reuniões de coordenação e centros de coordenação, os seus instrumentos fundamentais, a Eurojust põe em contacto direto as autoridades judiciais e policiais dos Estados-Membros e de Estados terceiros, facilita a cooperação em ações operacionais e estratégicas e resolve as dificuldades processuais e práticas resultantes das diferenças entre os 30 sistemas jurídicos existentes na União Europeia. A Eurojust preocupa-se fundamentalmente em dar resposta às necessidades dos profissionais e em melhorar constantemente a organização e o apoio oferecidos durante esses esforços de coordenação.

A Eurojust continuou a apoiar de forma abrangente a criação e operacionalização das equipas de investigação conjuntas (EIC) e melhorou o seu papel como centro da UE especializado em equipas de investigação conjuntas. O Secretariado da Rede EIC tem evoluído como centro de informação para questões relacionadas com as EIC, promovendo sinergias entre a Rede de Peritos das EIC e as Representações Nacionais da Eurojust. A Eurojust demonstrou ainda o seu forte empenho no financiamento das EIC para benefício direto dos profissionais nos Estados-Membros, cobrindo as respetivas despesas com o seu

próprio orçamento quando deixou de existir a possibilidade de receber subvenções especiais para o efeito.

Em 2013, o número de casos tratados pela Eurojust registou um acréscimo, em especial os casos envolvendo o tráfico de droga, o tráfico de seres humanos, a fraude, a corrupção, o branqueamento de capitais, as infrações penais lesivas dos interesses financeiros da UE e os grupos de criminalidade organizada (itinerantes). Além disso, por forma a combater os tipos de criminalidade prioritários para a UE, a Eurojust tem de responder a pedidos de autoridades nacionais e a novos fenómenos da criminalidade e ainda colaborar com as instituições da UE na revisão dos quadros jurídico e político adequados.

Além da *Monitorização de Condenações por Terrorismo*, lançámos este ano a *Monitorização Judicial da Pirataria Marítima*. Ambas as publicações constituem fontes de informação para os profissionais. As três edições do boletim *Eurojust News*, publicadas no sítio Web da Eurojust em 2013, foram dedicadas à *Procuradoria Europeia*, às *equipas de investigação conjuntas* e à *criminalidade ambiental*. Estes boletins fornecem informação sobre o quadro jurídico, o contexto político, os contributos dos peritos e o papel da Eurojust em domínios temáticos específicos.

Os desenvolvimentos organizacionais da Eurojust tiveram início com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa e as suas novas perspetivas, por um lado, de reforço da Eurojust e, por outro lado, de criação de uma Procuradoria Europeia (EPPO) «a partir da Eurojust». Os resultados das avaliações mútuas em curso no que respeita à aplicação do atual quadro jurídico da Eurojust nos Estados-Membros proporcionarão certamente o impulso necessário para o seu desenvolvimento, tal como a avaliação da Eurojust, que deverá ser realizada no próximo ano. Foi dado um importante passo nesse sentido, em julho de 2013, quando a Comissão lançou a reforma da Eurojust para melhorar o seu quadro jurídico e, em última análise, reforçar as suas capacidades. Em simultâneo, foi lançada uma proposta para a criação da Procuradoria Europeia. Ambas as iniciativas devem ser desenvolvidas como um «pacote» para garantir a complementaridade e evitar casos de impunidade.

Demos as boas-vindas ao nosso primeiro Membro Nacional da Croácia, Josip Čule, e, com a nomeação de Francisco Jiménez-Villarejo e de Ladislav Hamran como novos vice-presidentes, a equipa da Presidência, em conjunto com o Colégio e o pessoal da Eurojust, aguarda com expectativa um 2014 produtivo e bem-sucedido.

Michèle CONINSX
Presidente da Eurojust



Síntese

- ▶ O número de casos em que os Estados-Membros solicitaram a assistência da Eurojust na luta contra as formas graves de criminalidade transnacional aumentou 2,8 %, de 1533 casos em 2012 para 1576 casos em 2013.
- ▶ Os profissionais acordaram a utilização de instrumentos de coordenação: reuniões de coordenação, centros de coordenação e equipas de investigação conjuntas.

O número de reuniões de coordenação, no total 206, aumentou, o número de centros de coordenação manteve-se constante, com sete, e o número de equipas de investigação conjuntas apoiadas pela Eurojust foi de 102, das quais 42 eram novas EIC. As restantes 60 eram EIC de anos anteriores.
- ▶ Foram registados 217 casos referentes à execução de mandados de detenção europeus.
- ▶ Em 2013, o número de casos da Eurojust aumentou nas seguintes áreas de criminalidade: tráfico de droga, tráfico de seres humanos, fraude, corrupção, branqueamento de capitais, infrações penais lesivas dos interesses financeiros da UE e grupos de criminalidade organizada (itinerantes).
- ▶ A Eurojust organizou duas reuniões estratégicas em 2013:
 - *Cross-border excise fraud: emerging threats in the European Union* (Fraude transnacional no domínio dos impostos especiais de consumo: ameaças emergentes na União Europeia), em 14 e 15 de novembro, coorganizada com a Presidência Lituana da UE; e
 - *Towards an enhanced coordination of environmental crime prosecutions across the EU: The role of Eurojust* (Para uma melhor coordenação dos procedimentos penais contra crimes ambientais na UE: o papel da Eurojust), em 27 e 28 de novembro, coorganizada com a Rede Europeia de Magistrados para o Ambiente.
- ▶ A Eurojust acolheu duas reuniões do Fórum Consultivo, uma em abril, sob a Presidência Irlandesa da UE, e outra em dezembro, sob a Presidência Lituana da UE.
- ▶ O projeto para desenvolver uma *Monitorização Judicial da Pirataria Marítima*, iniciado em 2012, culminou na publicação da primeira edição em setembro de 2013. A publicação será atualizada de 18 meses em 18 meses.
- ▶ A Eurojust apoiou ativamente os projetos da Plataforma Multidisciplinar Europeia contra as Ameaças Criminais (EMPACT) com vista ao desenvolvimento das prioridades do Conselho. A Eurojust também esteve envolvida na preparação dos Planos Estratégicos Plurianuais (PEP) para o novo ciclo de políticas para 2014-2017 e a sua transferência para Planos de Ação Operacionais.
- ▶ O Centro Europeu da Cibercriminalidade (EC3) da Europol ficou operacional em janeiro de 2013. A Eurojust nomeou um Membro Nacional para o Conselho de Administração e afetou um membro do pessoal temporariamente ao EC3.
- ▶ A Eurojust assinou um acordo de cooperação com o Principado de Listenstaine em 7 de junho de 2013.
- ▶ A Eurojust assinou um Memorando de Entendimento com a Interpol em 15 de julho de 2013 e com a Frontex em 18 de dezembro de 2013.
- ▶ A Eurojust apoiou financeiramente 34 EIC. Além disso, foi lançado um projeto sobre a avaliação das EIC em termos de resultados obtidos. A recolha de dados da avaliação melhorará a procura de soluções para os desafios jurídicos e práticos.
- ▶ O orçamento da Eurojust para 2013 foi de 32,4 milhões de euros, tendo a execução orçamental atingido a percentagem recorde de 99,6 %.

Agradecemos a **Carlos Zeyen**, antigo Vice-Presidente e Membro Nacional do *Luxemburgo*, a **Lampros Patsavellas**, antigo Membro Nacional da *Grécia* e a **Hans-Holger Herrnfeld**, antigo Membro Nacional da *Alemanha*, pelo trabalho e valioso contributo que prestaram à Eurojust.



C. Zeyen,
1 abril 2007 – 1 outubro 2013



L. Patsavellas,
1 junho 2005 – 31 maio 2013



H. Herrnfeld,
1 setembro 2010 – 31 maio 2013

Agradecemos a **Raivo Sepp** pelo excelente contributo como Vice-Presidente da Eurojust



Vice-Presidente,
13 setembro 2007 – 8 novembro 2013

Membros Nacionais do Colégio da Eurojust, 2013



Michèle Coninx, Bélgica



Mariana Ilieva Lilova, Bulgária



Lukáš Stary, República Checa



Jesper Hjortenber, Dinamarca



Annette Böringer, Alemanha



Raivo Sepp, Estónia



Robert Sheehan, Irlanda



Nikolaos Ornerakis, Grécia



Francisco Jiménez-Villarejo, Espanha



Sylvie Petit-Leclair, França



Josip Čule, Croácia



Francesco Lo Voi, Itália



Katerina Loizou, Chipre



Gunārs Bundzis, Letónia



Laima Čekelienė, Lituânia



Olivier Lenert, Luxemburgo



László Venczl, Hungria



Donatella Frendo Dimech, Malta



Jolien Kuitert, Países Baixos



Ingrid Maschl-Clausen, Áustria



Mariusz Skowroński, Polónia



João Manuel da Silva Miguel, Portugal



Daniela Buruiană, Roménia



Malči Gabrijelčič, Eslovénia



Ladislav Hamran, República Eslovaca



Harri Tiesmaa, Finlândia



Leif Görts, Suécia



Frances Kennah, Reino Unido

2013

em revista



19 e 20 de junho

*Reunião tática e estratégica sobre terrorismo:
Decisão-Quadro 2008/919/JAI do Conselho,
de 28 de novembro de 2008:
valor acrescentado e impacto*



7 de junho, Luxemburgo

*Acordo de Cooperação entre a Eurojust
e o Listenstaine*



27 e 28 de junho

Nona reunião de Peritos das EIC

JANEIRO

FEVEREIRO

MARÇO

ABRIL

MAIO

JUNHO



11 de fevereiro

Visita das Comissões LIB e CRIM do Parlamento Europeu



17 e 18 de abril

*Reunião da rede de pontos de contacto contra o genocídio,
crimes contra a humanidade e crimes de guerra*



25 e 26 de abril

*Reunião do Fórum Consultivo de Procuradores-Gerais e
Diretores do Ministério Público*



9 de setembro
Projeto final das novas instalações da Eurojust



29 de setembro
Dia Internacional de Haia



27 e 28 de novembro
Reunião estratégica da Eurojust e da Rede Europeia de Magistrados para o Ambiente (ENPE):
«Para uma melhor coordenação de procedimentos penais contra crimes ambientais na UE: o papel da Eurojust»



14 e 15 de novembro
Presidência Lituana e Seminário Eurojust:
«Fraude transnacional no domínio dos impostos especiais de consumo: ameaças emergentes na União Europeia»

JULHO

AGOSTO

SETEMBRO

OUTUBRO

NOVEMBRO

DEZEMBRO



1 de julho
Adesão da Croácia à União Europeia



15 de julho Haia Visita do Secretário-Geral da Interpol e assinatura do Memorando de Entendimento entre a Eurojust e a Interpol

17 de julho
Publicação da Proposta de Regulamento da Comissão relativo à Eurojust



14 e 15 de outubro
Seminário Eurojust:
«Uma melhoria na luta contra a criminalidade transnacional?»



29 e 30 de outubro
Reunião da rede de pontos de contacto contra o genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra



13 de dezembro
Reunião do Fórum Consultivo de Procuradores-Gerais e Diretores do Ministério Público



18 de dezembro Varsóvia
Memorando de Entendimento entre a Eurojust e a Frontex

29 de outubro e 10 de dezembro
Eleição dos Vice-Presidentes



Sobre a Eurojust

1.1. Missão, visão, princípios orientadores

A nossa missão

A Eurojust tem por missão apoiar e reforçar a coordenação e a cooperação entre as autoridades nacionais na luta contra as formas graves de criminalidade transnacional que afetam a União Europeia.

A nossa visão

O objetivo que a Eurojust se propõe alcançar é o de desempenhar um papel principal e de ser o centro de peritos a nível judiciário, com vista a uma ação efetiva contra a criminalidade organizada transnacional na União Europeia.

Princípios orientadores

A Eurojust rege-se pelos seguintes princípios no seu trabalho:

- ▶ Baseamos o nosso futuro no reforço da confiança mútua com os Estados-Membros, os órgãos da UE, as organizações internacionais e os Estados terceiros e na cooperação mútua tendo em vista objetivos comuns.
- ▶ Empenhamo-nos na coordenação e cooperação com outras agências e órgãos do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça.
- ▶ Esforçamo-nos por obter os melhores resultados operacionais, oferecendo serviços de elevada qualidade que permitam dar resposta às necessidades das partes interessadas.
- ▶ Coligimos boas práticas e partilhamos os nossos conhecimentos com as autoridades judiciárias nacionais e outros parceiros, a fim de contribuir para a luta contra as formas graves de criminalidade.
- ▶ Promovemos a implementação e a correta aplicação dos instrumentos jurídicos para a cooperação judiciária e contribuímos para o seu desenvolvimento.
- ▶ Aplicamos princípios de boa governação, eficiência em termos de custos, eficácia, liderança e transparência, reforço do profissionalismo e do empenho do nosso pessoal e de melhor gestão dos recursos humanos.

1.2. Representações Nacionais, o Colégio, Magistrados de Ligação de Estados terceiros

1.2.1. Composição

A Eurojust é constituída por 28 membros nacionais, um de cada Estado-Membro, destacados em conformidade com os respetivos sistemas jurídicos. A duração do mandato dos membros nacionais é, no mínimo, de quatro anos. Os membros nacionais têm o seu local de trabalho habitual na sede da Eurojust, em Haia.

Além disso, a maioria dos membros nacionais é assistida por um adjunto e por um assistente. Atualmente, os membros nacionais, os adjuntos e os assistentes são procuradores com mais antiguidade ou juízes.

No final de 2013, as Representações Nacionais consistiam em 65 representantes, 44 dos quais destacados na Eurojust. Vinte e cinco dos 28 membros nacionais encontram-se colocados em permanência na sede da Eurojust, apoiados por 19 adjuntos e 18 assistentes, dos quais 9 e 11, respetivamente, têm o seu local de trabalho na Haia. Onze peritos nacionais foram destacados pelos Estados-Membros para as respetivas Representações Nacionais. As Representações Nacionais registaram um total de 1576 casos em 2013.

Os membros nacionais compõem o Colégio da Eurojust, que é responsável pela organização e operação da

Eurojust. A Presidente da Eurojust é Michèle Coninsx, Membro Nacional da Bélgica. Em 2013, Francisco Jiménez-Villarejo, Membro Nacional da Espanha, e Ladislav Hamran, Membro Nacional da República Eslovaca, foram nomeados vice-presidentes.

A Eurojust dispõe do apoio de uma administração chefiada por um diretor administrativo e acolhe os Secretariados da Rede Judiciária Europeia, da Rede de Equipas de Investigação Conjuntas e da Rede Genocídio.

Além disso, desde 2005, a Noruega possui um Magistrado de Ligação destacado na Eurojust. Os Estados Unidos destacam um Magistrado de Ligação desde 2007, estando neste momento pendente uma nova nomeação.

1.2.2. Competências, funções e poderes

As competências da Eurojust abrangem os mesmos tipos de criminalidade e de infrações em relação às quais a Europol tem competência, tais como terrorismo, tráfico de droga, tráfico de seres humanos, contrafação, branqueamento de capitais, cibercriminalidade, crimes contra o património ou bens públicos (incluindo fraude e corrupção), infrações penais lesivas dos interesses financeiros da UE, criminalidade ambiental e participação numa organização criminosa. Além disso, em relação a outros tipos de infra-

ções, a Eurojust pode, a pedido de uma autoridade competente nacional, prestar assistência em investigações e ações penais. A Eurojust responde geralmente a pedidos que envolvam dois ou mais Estados-Membros, mas pode também prestar assistência em casos que digam respeito apenas a um Estado-Membro e um Estado terceiro ou a um Estado-Membro e a União Europeia.

As principais funções da Eurojust consistem em fomentar e melhorar a coordenação de investigações e ações penais nos Estados-Membros, melhorar a cooperação entre as autoridades competentes dos Estados-Membros e apoiar de todas as formas possíveis as autoridades nacionais nas suas investigações e ações penais. A Eurojust pode exercer as suas funções por intermédio de um ou vários membros nacionais ou colegialmente. No exercício das suas funções, a Eurojust pode apresentar às autoridades nacionais competentes um pedido para que:

- ▶ deem início a uma investigação ou instaurem um procedimento penal por factos precisos;
- ▶ admitam que uma delas possa estar em melhor posição para dar início a uma investigação ou instaurar um procedimento penal por factos precisos;
- ▶ estabeleçam a coordenação entre elas, por exemplo, para criarem uma equipa de investigação conjunta;
- ▶ forneçam à Eurojust todas as informações necessárias ao desempenho das suas funções; e/ou
- ▶ tomem medidas de investigação especiais ou tomem qualquer outra medida que se justifique tendo em vista a investigação ou o procedimento penal.

Além disso, a pedido das autoridades nacionais competentes, a Eurojust pode ajudar a resolver conflitos de jurisdição num determinado caso e ultrapassar recusas ou dificuldades recorrentes relacionadas com a cooperação judiciária, emitindo pareceres não vinculativos para as autoridades competentes dos Estados-Membros em causa.

Os membros nacionais também podem exercer as competências de que dispõem na sua qualidade de autoridades nacionais competentes, agindo em conformidade com o respetivo direito interno. A maioria dos membros nacionais tem competências para receber, transmitir, facilitar, dar seguimento e prestar informações suplementares relativamente à execução de pedidos de assistência. Outras competências que podem ser exercidas em concertação com uma autoridade nacional competente incluem emitir e executar pedidos de cooperação judiciária, ordenar no seu Estado-Membro medidas de investigação consideradas necessárias nas reuniões de coordenação da Eurojust e autorizar e coordenar entregas controladas. Em casos urgentes, a maioria dos membros nacionais está diretamente habilitada a autorizar e coordenar entregas controladas e a executar pedidos de cooperação judiciária. A maioria dos membros nacionais está habilitada a participar em equipas de investigação conjuntas.

Coordenação Permanente As Representações Nacionais da Eurojust estão disponíveis 24 horas por dia, sete dias por semana. Em casos urgentes, em conformidade com o artigo 5.º-A da Decisão Eurojust, a Coordenação Permanente pode receber e tratar pedidos de autoridades nacionais fora do horário oficial de funcionamento. Até junho de 2011, a Eurojust implementará um sistema de gestão de chamadas que reencaminhará a chamada para o representante da Coordenação Permanente da Representação Nacional em causa, o que permitirá aos autores das chamadas interagir na sua própria língua. O representante da Coordenação Permanente poderá adotar a medida adequada, tal como contactar o representante da Coordenação Permanente de outra Representação Nacional.

1.2.3. Governação e métodos de trabalho

A governação da Eurojust é de natureza híbrida. Os membros nacionais, nomeados pelas autoridades nacionais, com o seu estatuto nos termos do direito nacional, colaboram com o pessoal da UE sob a autoridade de um diretor administrativo. As atividades da Eurojust estão agrupadas em três categorias principais que estão inter-relacionadas e interligadas.

- ▶ **O tratamento de casos** insere-se nas atividades executadas pelas Representações Nacionais e pelo Colégio no que respeita ao conteúdo dos casos, que é o objetivo principal da Eurojust, tal como estabelecido no artigo 85.º, n.º 1, do TFUE. A expressão refere-se a casos relacionados com investigações penais apresentados à Eurojust através de pedidos de autoridades nacionais, mas também a casos com origem em informações recebidas, em especial de Estados-Membros, Europol e OLAF.
- ▶ **O trabalho programático** refere-se a atividades que exigem uma abordagem institucional ou uma abordagem orientada para os processos em toda a organização. A categoria de trabalho programático é dupla: consiste, por um lado, na elaboração de políticas e orientações destinadas a regulamentar o trabalho operacional da Eurojust e, por outro lado, no desenvolvimento de produtos como relatórios estratégicos, estudos relacionados com o tratamento dos casos, documentos de política, pareceres sobre propostas de instrumentos legislativos, na execução de projetos estratégicos centrados em domínios específicos com vista à análise dos casos da Eurojust, na identificação de áreas em que é possível introduzir melhorias e na promoção de boas práticas no domínio da cooperação judiciária.
- ▶ **O trabalho administrativo** diz respeito a tarefas administrativas, tais como a gestão financeira, a organização e gestão do apoio administrativo e outros serviços que prestam apoio indireto ao tratamento de casos.

Funções do Colégio O Colégio implementou medidas práticas para aumentar o tempo que dedica ao trabalho operacional enquanto reduziu o tempo dedicado ao seu envolvimento em assuntos administrativos. Em 2011, o Colégio melhorou o seu trabalho relativo aos assuntos operacionais durante as suas sessões plenárias. Em 2012, o Colégio regulamentou de forma mais pormenorizada o seu funcionamento e métodos de trabalho, tendo aumentado a sua capacidade para trabalhar com mais eficácia e eficiência em 2013. A distinção clara entre reuniões operacionais e administrativas do Colégio é a atual prática da Eurojust.

Equipas do Colégio O Colégio é assistido no seu trabalho e processo de tomada de decisão por nove equipas, que são constituídas por membros do Colégio, a título voluntário e com base nos seus conhecimentos especializados em diferentes domínios. A divisão em equipas reflete as principais áreas de trabalho do Colégio.

Equipa da Presidência A equipa da presidência apoia o presidente no cumprimento das suas funções e é constituída por dois vice-presidentes, com o apoio do diretor administrativo. O presidente acompanha a gestão diária assegurada pelo diretor administrativo e orienta os trabalhos do Colégio. Nos termos do Regulamento Interno da Eurojust, o presidente convoca e preside às reuniões do Colégio, representa a Eurojust e assina todas as comunicações oficiais em nome do Colégio. A equipa da presidência coordena e assegura uma abordagem coerente ao trabalho do Colégio numa perspetiva operacional, programática e de gestão.

1.2.4. Formação

Rede Europeia de Formação Judiciária Nos termos do Memorando de Entendimento de 2008 entre a Eurojust e a Rede Europeia de Formação Judiciária (REFJ), prosseguiu a cooperação entre estas entidades no domínio da formação judiciária. Oito procuradores/juízes provenientes da Áustria, Bulgária, Itália, Espanha e Polónia participaram em estágios de longa duração na Eurojust e foram envolvidos no trabalho diário das Representações Nacionais dos seus países de origem. Além disso, os

membros das Representações Nacionais participaram ativamente em dois seminários da REFJ, *A Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal na Prática*. Estes seminários centraram-se no auxílio judiciário mútuo e na execução de mandados de detenção europeus envolvendo a França, a Roménia e a Itália (março, Paris), e a Finlândia, a Suécia e Portugal (abril, Lisboa). A Eurojust apoiou igualmente a formação das equipas de investigação conjuntas da CEPOL/REFJ em setembro.

CEPOL Nos termos do Memorando de Entendimento de 2009 entre a Eurojust e a CEPOL (Academia Europeia de Polícia), foi melhorada a cooperação no domínio da formação. A Eurojust manteve a sua participação nos cursos e seminários da CEPOL. Além disso, o Currículo Comum da Eurojust foi concluído e apresentado ao Conselho de Administração da CEPOL.

1.2.5. O Sistema Nacional de Coordenação da Eurojust (SNCE) e as *fiches suédoises*

SNCE O estabelecimento de um Sistema Nacional de Coordenação da Eurojust em cada Estado-Membro tem por objetivo coordenar o trabalho realizado pelos principais intervenientes nacionais responsáveis pela cooperação judiciária, por exemplo, os correspondentes nacionais da Eurojust e da Rede Judiciária Europeia (RJE), e pelos representantes de outras redes relevantes, tais como as redes EIC e Genocídio. Entre as suas principais funções, o SNCE apoia o intercâmbio de informações entre a Eurojust e os Estados-Membros, garantindo que o Sistema de Gestão de Casos (CMS) da Eurojust recebe informação de uma forma eficiente e fiável, facilita a atribuição de casos entre a Eurojust e a RJE e mantém uma estreita relação com as Unidades Nacionais da Europol. O nível de implementação do SNCE varia entre os Estados-Membros, mas continuou a aumentar em 2013.

Fiches suédoises A Eurojust apoia a implementação dos 28 SNCE, disponibilizando as denominadas *fiches suédoises*, um instrumento de informação específico sobre o SNCE. As *fiches suédoises* apresentam uma perspetiva geral da estrutura e composição dos SNCE por Estado-Membro e são atualizadas pela Eurojust.

1.3. Administração da Eurojust

Esta secção descreve os desenvolvimentos administrativos de 2013. O trabalho do Colégio é apoiado pela administração, chefiada pelo diretor administrativo.

No final de 2013, a administração consistia num grupo de efetivos de 230 elementos, dos quais 203 eram agentes temporários e 27 agentes contratados. Além disso, foram ainda destacados três peritos nacionais para trabalhar na administração da Eurojust. Estão disponíveis mais informações sobre a gestão e os desenvolvimentos administra-

tivos no Relatório Anual de Atividade de 2013 do diretor administrativo da Eurojust.

Taxa de execução orçamental A execução orçamental em 2013 subiu para 99,6 % (ou seja, 32,2 milhões de euros de 32,4 milhões de euros), a taxa de execução orçamental mais elevada da Eurojust. A média dos últimos quatro anos foi de 97,8 %. A taxa de execução de pagamento, 86,8 %, foi também mais elevada em 2013 do que a média de 82,8 % dos últimos quatro anos.

Apoio financeiro às EIC Em 2013, terminou o segundo projeto de financiamento das EIC, subsidiado pela Comissão Europeia no âmbito do Programa Prevenção e Luta contra a Criminalidade (ISEC). Este projeto permitiu o apoio da Eurojust, entre outubro de 2010 e setembro de 2013, a 95 EIC diferentes estabelecidas entre 22 Estados-Membros. Em setembro de 2013, a Eurojust comprometeu-se a assegurar a continuidade do apoio financeiro às EIC, através de financiamento proveniente do seu orçamento corrente. Por forma a reforçar a coerência entre os vários projetos relativos às EIC geridos pela organização, a gestão do financiamento das EIC passou a ser da responsabilidade do Secretariado da Rede EIC.

Recursos Humanos O quadro do pessoal para 2013 foi executado em 95,3 %, estando programada a sua execução total para o primeiro trimestre de 2014. Contudo, devido à necessidade de reduzir postos em 2014 e de salvaguardar a aplicação dos cortes orçamentais no final de 2014, nem todas as vagas em aberto poderão ser preenchidas. Foi lançado um projeto para garantir que as necessárias reduções de postos (que são o resultado de uma decisão orçamental das instituições da UE) possam ser implementadas sem a cessação de contratos celebrados com o pessoal da Eurojust.

Estrutura da administração Em 2013, foi concluída a reestruturação da administração, que incluiu a utilização

de procedimentos de reclassificação e de recrutamento através de concurso, o que contribuiu para a taxa de execução quase total do quadro de pessoal.

Instalações permanentes da Eurojust As novas instalações da Eurojust serão localizadas na «zona internacional» de Haia, em Jan Willem Frisolaan, na proximidade de outras organizações internacionais e da Europol. O projeto final das novas instalações foi aprovado em 2013 e as especificações técnicas entregues em dezembro de 2013 para avaliação do Estado anfitrião e da Eurojust. O Município de Haia aprovou a licença de construção, que deverá ter início no verão de 2014, com a conclusão prevista para dezembro de 2016, e ocupação do espaço pela Eurojust no início de 2017.

Cooperação entre as agências JAI A Eurojust participou nas atividades das agências JAI, que, em 2013, centraram o seu trabalho nas relações externas, nos recursos humanos e mobilidade, e na coordenação da formação. Em cooperação com o Parlamento Europeu, a Eurojust organizou em novembro um evento de visibilidade no âmbito da Comunicação da Comissão relativa à instituição de um programa europeu de formação policial, que visa aumentar a capacidade da UE para combater a criminalidade. A Eurojust prosseguiu o intercâmbio do seu programa de trabalho com as outras agências JAI.





Da esquerda para a direita: Jacques Vos, Serviços Gerais; Mike Moulder, Orçamento e Serviços Financeiros; Vincent Jamin, Secretariado da Rede de Equipas de Investigação Conjuntas; Alinde Verhaag, Análise de Casos; Klaus Rackwitz, Diretor Administrativo; Jon Broughton, Gestão de Informação; Alfredo García Miravete, Apoio Operacional; Diana Alonso Blas, Proteção de Dados; Matevž Pezdirc, Secretariado da Rede Genocídio; Carla Garcia Bello, Secretária do Colégio; Claudia Trif, Recursos Humanos; Catherine Deboyser, Serviço Jurídico.

1.4. A Eurojust e as redes especializadas

A Eurojust acolhe os Secretariados da Rede Judiciária Europeia, da Rede de Equipas de Investigação Conjuntas e da Rede Genocídio e facilita a interação entre as Representações Nacionais e as redes nas suas atividades principais comuns. Os secretariados dependem dos recursos administrativos da Eurojust para prestar serviços às redes. A Eurojust apoia igualmente as atividades do Fórum Consultivo de Procuradores-Gerais e Diretores do Ministério Público dos Estados-Membros da União Europeia (o Fórum Consultivo), reforçando a dimensão judiciária da estratégia da UE sobre segurança interna.

1.4.1. Rede Judiciária Europeia

A RJE foi criada pela Ação Comum 98/428/JAI do Conselho, de 29 de junho de 1998, substituída pela Decisão do Conselho 2008/976/JAI, de 16 de dezembro de 2008, como uma rede de pontos de contacto nacionais para facilitar a cooperação judiciária em matéria penal. O Secretariado da RJE é responsável pela administração da RJE.

Task Force Conjunta Eurojust-RJE Continuou o trabalho sobre o documento conjunto, que descreve os serviços prestados pela RJE e pela Eurojust, para ajudar os profissionais a decidir quais os casos que devem ser tratados pela RJE ou pela Eurojust.

Tripla Presidência da RJE Em 23 de outubro, a Presidência da Eurojust, o Diretor Administrativo e a Tripla Presidência da RJE reuniram-se para discutir o reforço da cooperação, o orçamento para 2014-2015 da RJE e a sexta ronda de avaliações mútuas sobre a aplicação e execução da Decisão Eurojust revista. No âmbito da sexta ronda de avaliações mútuas em curso, as recomendações também são destinadas ao Secretariado da RJE. A Eurojust encorajou a RJE a refletir sobre o SNCE como filtro para a cooperação judiciária.

Portal e-Justice O sítio Web da RJE será integrado no Portal e-Justice, que é concebido como um futuro «balcão eletrónico único» no domínio da justiça e um instrumento útil para os profissionais.

Reuniões regionais e plenárias da REJ Foram realizadas duas reuniões plenárias, que constituíram uma plataforma para os pontos de contacto da RJE partilharem experiências e debaterem problemas práticos e jurídicos experimentados pelos Estados-Membros no domínio da cooperação judiciária internacional em matéria penal. A Eurojust esteve representada nessas reuniões. A 40.^a reunião plenária da RJE, realizada sob a Presidência Irlandesa da UE, centrou-se na luta contra a fraude e nas aplicações práticas das decisões de apreensão e

perda. A 41.^a reunião plenária da RJE, realizada sob a Presidência Lituana da UE, centrou-se na cooperação da RJE com Estados terceiros, incluindo os Países da Parceria Oriental da UE. A RJE promove igualmente reuniões regionais para ajudar a centrar a atenção em problemas de carácter regional específico. Os representantes das Representações Nacionais relevantes da Eurojust são frequentemente convidados a assistir a estas reuniões regionais.

1.4.2. Rede de Equipas de Investigação Conjuntas (EIC)

A Rede de Peritos Nacionais das Equipas de Investigação Conjuntas foi criada em 2005 para promover o intercâmbio de informações e de boas práticas entre os Estados-Membros no que respeita às EIC. A Eurojust acolhe, desde 2011, o Secretariado da Rede, reconhecendo deste modo a necessidade de interação e complementaridade entre a Rede e a Eurojust.

Área reservada A área reservada da Rede EIC foi oficialmente lançada à margem da nona reunião anual (27 e 28 de junho). Este instrumento (acessível aos peritos nacionais nomeados no sítio Web da Eurojust) destina-se a servir de plataforma para comunicação entre os peritos e para apoiar a partilha de conhecimentos, as boas práticas e a experiência adquirida. Assim que estiver completamente operacional, este instrumento facilitará o acesso dos profissionais às informações jurídicas práticas relevantes, com vista a facilitar a criação e a operacionalização eficiente das EIC.

Formulário de avaliação Com base numa proposta do Secretariado da Rede EIC, os peritos aprovaram o formato e o conteúdo do modelo de avaliação das EIC. O formulário destina-se a simplificar o trabalho dos profissionais envolvidos na avaliação do instrumento EIC, que se destina a avaliar o desempenho destas equipas e os resultados obtidos (ver Capítulo 4, «Prioridade do ano para a Eurojust: avaliação das equipas de investigação conjuntas»).

Financiamento das EIC A Eurojust comprometeu-se a incluir o financiamento das atividades das EIC no seu orçamento corrente a partir de 1 de setembro de 2013. O Secretariado da Rede EIC é responsável pela futura execução do financiamento das EIC (ver ponto 2.4 «A Eurojust e as equipas de investigação conjuntas»).

Reunião anual A reunião anual, que põe os peritos nacionais em contacto direto com os membros nacionais, os adjuntos e os assistentes da Eurojust, constituiu uma oportunidade para debater temas de interesse comum relacionados com as EIC. Este ano, os debates nos workshops sobre questões relacionadas com a divulgação de informações operacionais e a admissibilidade da prova basearam-se num caso real apoiado pela Eurojust.

1.4.3. Rede Genocídio

A rede de pontos de contacto para investigação e ação penal contra genocídios, crimes contra a humanidade e crimes de guerra (a Rede Genocídio) foi criada pela Decisão 2002/494/JAI do Conselho e reforçada pela Decisão 2003/335/JAI do Conselho. O Secretariado da Rede Genocídio foi criado em julho de 2011 para assegurar uma estreita cooperação entre as autoridades nacionais na investigação e ação penal contra estes crimes. Ao acolher as reuniões da Rede Genocídio e o seu Secretariado, a Eurojust proporciona um fórum único para os profissionais se reunirem, debaterem, trocarem informações, partilharem boas práticas e experiências, além de cooperarem e se auxiliarem mutuamente na investigação e ação penal.

Desenvolvimentos estratégicos As atividades na União Europeia incluíram discussões no Conselho para aumentar a eficiência na luta contra a impunidade e reforçar a investigação e ação penal contra os crimes internacionais graves através de uma estratégia abrangente e de um plano de ação para as instituições da UE e os Estados-Membros.

Área reservada O Secretariado da Rede Genocídio lançou a área reservada do sítio Web, que permite aos membros aceder a informações e comunicar num ambiente confidencial.

Reuniões anuais A Eurojust acolheu as 14.^a e 15.^a reuniões da Rede Genocídio nas suas instalações. Ambas as reuniões contaram com a presença de profissionais dos Estados-Membros e dos seus homólogos do Canadá, Noruega, Suíça, EUA, Tribunal Penal Internacional (TPI) e tribunais penais internacionais *ad hoc* Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e Interpol, bem como de representantes da sociedade civil. Em ambas as reuniões, a Rede Genocídio discutiu a importância das Comissões de Inquérito das Nações Unidas e o seu contributo para a luta contra a impunidade de criminosos responsáveis por violações dos direitos humanos e analisou questões de imunidade funcional, imunidade pessoal e imunidade das missões especiais, que possam entrar em conflito com a responsabilidade criminal individual. A Rede Genocídio analisou ainda a vasta experiência croata na ação penal contra crimes de guerra e a sua cooperação com Estados terceiros. Um dos temas importantes da análise da Rede Genocídio foi garantir a responsabilização das empresas que praticaram, apoiaram, ajudaram, encorajaram ou lucraram com crimes internacionais graves.

Seminário temático A Eurojust acolheu um seminário intitulado *Connecting Victims and Witnesses of International Crimes to National Criminal Justice Authorities* (Ligação das vítimas e testemunhas de crimes internacionais às autoridades judiciais nacionais), organizado pela sociedade civil e pelo Secretariado da Rede Genocídio.

1.4.4. Fórum Consultivo

O Fórum Consultivo foi criado em 2010 para reforçar a dimensão judiciária da Estratégia de Segurança Interna da UE, partilhar experiências e boas práticas no que respeita à criminalidade organizada grave, incluindo a utilização de instrumentos de cooperação judiciária, e contribuir para iniciativas legislativas adotadas a nível da UE. A Eurojust oferece apoio financeiro e administrativo e contribui significativamente para a preparação das reuniões do Fórum Consultivo.

Reuniões do Fórum Consultivo Em 2013, a Eurojust acolheu duas reuniões do Fórum Consultivo, uma em abril, sob a Presidência Irlandesa da UE, e outra em dezembro, sob a Presidência Lituana da UE.

Durante a reunião de abril, o Fórum Consultivo deliberou sobre as conclusões de um workshop intitulado *The proposed European Public Prosecutor's Office: How will it work in practice?* (Proposta para uma Procuradoria Europeia: como funcionará na prática?). O workshop foi dividido em quatro grupos de trabalho, cada um deles centrado numa fase específica ou aspeto relevante do trabalho da Procuradoria Europeia. O Fórum Consultivo também discutiu e partilhou experiências sobre o papel das vítimas nos processos penais com vista a implementar a Diretiva relativa aos direitos das vítimas, de 25 de outubro de 2012, que estabelece normas

mínimas relativas aos direitos, ao apoio e à proteção das vítimas da criminalidade.

Durante a reunião de dezembro, o Fórum Consultivo discutiu o novo projeto de Regulamento relativo à Eurojust e trocou pontos de vista sobre a forma de melhorar o trabalho da Eurojust. O Fórum Consultivo prosseguiu igualmente a sua discussão sobre a criação e o funcionamento de uma Procuradoria Europeia, incluindo a relação especial da Eurojust com este órgão em questões operacionais. Por último, os participantes debateram o futuro desenvolvimento da área JAI e foram informados sobre a Estratégia de Segurança Interna da UE e o Ciclo de Políticas da UE para 2014-2017, incluindo as atividades da Eurojust neste domínio.

As conclusões da reunião do Fórum Consultivo de 14 de dezembro de 2012, um resumo das respostas ao questionário relativo às infrações PIF (8151/13), as conclusões da reunião de 26 de abril de 2013 e um resumo das respostas ao questionário sobre a Procuradoria Europeia (11628/13) foram transmitidos às instituições da UE e publicados como documentos do Conselho.

As conclusões da reunião do Fórum Consultivo de 13 de dezembro de 2013 serão apresentadas aos grupos de trabalho do Conselho no início de 2014.



Funcionamento da Eurojust

2.1. Reuniões de coordenação da Eurojust

Em 2013, a Eurojust realizou 206 reuniões de coordenação. A França (45), a Itália (23), o Reino Unido (15) e a Alemanha (14) foram os principais organizadores, enquanto os Países Baixos (56), a Alemanha (51), a Espanha (45), a Bélgica (43) e o Reino Unido (33) foram os países cuja participação foi mais solicitada. A Europol participou em 75 destas reuniões. Os Estados terceiros estiveram representados em 64 reuniões de coordenação, sendo os Estados mais envolvidos a Suíça (15) e a Noruega (12), seguidos dos Estados Unidos (9). Cinco reuniões de coordenação foram realizadas em Estados terceiros (Suíça (2), Bósnia-Herzegovina (1), antiga República Jugoslava da Macedónia (1) e Turquia (1)).

Os grupos de criminalidade organizada (itinerantes) foram o principal tipo de criminalidade discutido durante as reuniões de coordenação (66), seguido de burla e fraude (60), tráfico de droga (56), branqueamento de capitais (49) e tráfico de seres humanos (24).

As reuniões de coordenação da Eurojust põem em contacto direto as autoridades judiciárias e policiais dos Estados-Membros e dos Estados terceiros, permitindo operações estratégicas, informadas e específicas em casos de criminalidade transnacional e a resolução de dificuldades jurídicas e práticas resultantes das diferenças entre os 30 sistemas jurídicos existentes na União Europeia. A Eurojust é um coordenador proativo que disponi-

biliza as suas instalações, serviços de tradução e conhecimentos especializados sobre processos de cooperação judiciária em matéria penal, e reembolsa as despesas de deslocação e alojamento até dois participantes por Estado, às autoridades nacionais que tratam de casos graves de criminalidade transnacional. A Eurojust também oferece opções de videoconferência e organização de reuniões de coordenação fora da Eurojust, a fim de rentabilizar os recursos disponíveis e responder às necessidades dos profissionais.

Ao facilitar o intercâmbio de informações de forma eficaz e numa fase precoce, através das reuniões de coordenação da Eurojust, os Estados-Membros podem iniciar investigações, identificar eventuais processos paralelos ou detetar ligações com casos noutros Estados-Membros. Problemas comuns ligados ao princípio *ne bis in idem* podem ser evitados, os conflitos de jurisdição prevenidos e as transferências de processos acordadas. As atividades de investigação podem ser planeadas, tais como a criação de uma EIC ou de um centro de coordenação, ou o acompanhamento da execução de pedidos de auxílio judiciário mútuo. Durante as reuniões de coordenação, as autoridades nacionais competentes dos países em causa podem discutir diretamente questões processuais e requisitos jurídicos relacionados, por exemplo, com medidas coercivas e de investigação, a apreensão e perda do produto do crime ou com as obrigações de divulgação da prova à defesa.

Reuniões de coordenação operacional - exemplo



Exemplo de caso de fraude em matéria de IVA

Uma filial francesa de uma empresa internacional, registada nas Ilhas Virgens Britânicas e localizada no Dubai (parte dos Emirados Árabes Unidos), participou no comércio de direitos de emissão de carbono. Esta empresa comprou licenças de emissões de carbono a três fornecedores franceses. As faturas (incluindo o IVA) de dois fornecedores foram pagas através de contas de Hong Kong. Nenhum dos fornecedores informou as autoridades fiscais francesas do IVA cobrado na revenda dessas licenças, violando assim as suas obrigações jurídicas e fiscais. A filial francesa beneficiou de um crédito fiscal no montante de IVA a reembolsar às autoridades fiscais (com base em faturas duvidosas) e, por conseguinte, beneficiou de forma fraudulenta de deduções fiscais em prejuízo do Tesouro francês. Tendo em conta as provas recolhidas durante a investigação a esta empresa e aos seus representantes, o padrão de fraude detetado em matéria de IVA foi muito provavelmente criado pela filial francesa em benefício próprio ou da empresa internacional acima mencionada que representava os seus interesses em França. Investigações semelhantes realizadas nos Países Baixos a um operador neerlandês dedicado ao comércio de direitos de emissão de carbono mostraram que esta empresa fazia parte de uma fraude ao IVA de tipo «carrossel» (práticas fraudulentas de evasão ao pagamento do IVA) e que alguns dos suspeitos participaram numa organização criminosa envolvida na fraude ao IVA em vários Estados-Membros. Ambas as investigações pareciam estar interligadas.

Coordenação da Eurojust Em 2011, foi solicitado o apoio da Eurojust e criada uma EIC entre a França e os Países Baixos. Em outubro de 2013, o caso estava numa fase muito avançada e foi realizada uma reunião de coordenação para acordar a forma de proceder com a ação penal em ambos os Estados-Membros. As provas obtidas mostraram que os suspeitos principais agiam a partir do Dubai e que o fluxo de dinheiro terminava no Dubai depois de ser canalizado através de contas intermediárias em Hong Kong. À data da reunião, quase todos os pedidos de auxílio judiciário mútuo tinham sido executados em Espanha, Alemanha, Portugal e Hong Kong. As autoridades francesas examinaram a possibilidade de emitir pedidos de auxílio mútuo para os Emirados Árabes Unidos, com vista a interrogar suspeitos e apreender bens que se julgava estarem localizados nesse país. A França e os Países Baixos tinham provas suficientes para instaurar um procedimento penal ao principal suspeito.

Ações penais paralelas A questão em causa consistia em decidir se o principal suspeito, uma vez detido, deveria ser mantido em prisão preventiva. Em França, existia a forte possibilidade de o principal suspeito ser libertado até ao julgamento. As autoridades neerlandesas estavam convencidas de que a quantidade de provas recolhidas e os danos económicos provocados pelo crime iriam convencer o tribunal a manter o suspeito detido, permitindo aos procuradores dos dois países realizar interrogatórios e prosseguir com os seus processos.

Entrega temporária/interrogatório do suspeito detido no outro Estado-Membro As autoridades em causa discutiram se a legislação dos Estados-Membros envolvidos permitia a entrega do suspeito à outra parte para interrogatório e julgamento ou se este podia ser mantido em prisão preventiva até ao julgamento. As partes concordaram que a legislação nacional que executa a Decisão-Quadro relativa ao mandado de detenção europeu permitia esta opção. As autoridades em causa também levantaram a questão de saber se o juiz de investigação francês podia interrogar o suspeito no caso de este ser mantido em prisão preventiva nos Países Baixos e proceder ao ato formal de acusação nesse território.

Ne bis in idem Uma vez que a França e os Países Baixos tencionavam acusar o principal suspeito por uma infração relacionada com fraude ao IVA, as autoridades em causa examinaram a possibilidade de o suspeito estar a ser acusado pelo mesmo crime e concluíram que tinham sido cometidas duas infrações de fraude diferentes contra duas vítimas diferentes em jurisdições diferentes (administrações fiscais francesa e neerlandesa); por conseguinte, não existia o risco de dupla penalização (princípio de «ne bis in idem»).

Transferência de processos As partes consideraram que a França podia transferir formalmente o seu caso aos Países Baixos para ação penal. Em princípio, os Países Baixos não tinham competência em relação à infração em França, uma vez que esta afetou uma vítima francesa e não foi cometida por um cidadão neerlandês. Contudo, o caso neerlandês podia incluir uma acusação por participação numa organização criminosa. Esta possibilidade exigiu um estudo mais aprofundado por ambas as partes e a aprovação do Procurador-Geral francês.

Partilha de bens Até 2013, a investigação tinha resultado na apreensão de cerca de 7 milhões de dólares norte-americanos. A apreensão de outros bens foi antecipada. Ambos os Estados-Membros acordaram que os bens eventualmente apreendidos seriam repartidos equitativamente.

Partilha de informações fornecidas por terceiros Os membros da EIC averiguaram se informações fornecidas por um país não participante na EIC podiam ser legitimamente partilhadas como provas válidas, uma vez que a partilha teve lugar entre os membros da EIC. O facto de as informações serem fornecidas apenas a uma parte da EIC e não a todos os seus membros podia constituir um problema. Os membros da EIC concordaram que a parte que recebeu as informações deveria solicitar permissão ao país que as forneceu para as partilhar formalmente com a outra parte da EIC.

Detenção Sem prejuízo de consulta das autoridades nacionais, as partes acordaram que a França prosseguiria com a detenção do principal suspeito, uma vez que este visitava regularmente o país. Foi estabelecida uma caução muito elevada. Subsequentemente, os Países Baixos prepararam a emissão de um mandado de detenção europeu, a transferência do suspeito para os Países Baixos e o pedido da sua prisão preventiva. Ambos os países deveriam instaurar ações penais simultâneas. As autoridades francesas deveriam obter autorização para interrogar o suspeito nos Países Baixos. A transferência dos processos para os Países Baixos apenas seria considerada numa fase posterior. As partes acordaram igualmente a partilha dos processos e das provas com base no acordo da EIC.

A cooperação neste caso resultou na detenção de três suspeitos em França. Os pedidos de auxílio judiciário mútuo emitidos para Hong Kong, Suíça, Reino Unido, Alemanha, Dinamarca, Espanha e Estados Unidos foram executados. Foram interrogadas oito pessoas em França e nos Países Baixos, foi emitido um mandado de detenção europeu para um suspeito principal cujo paradeiro era desconhecido e foi planeada uma reunião de coordenação para acompanhamento da investigação.

2.2. Centros de coordenação da Eurojust

Em 2013, foram criados sete centros de coordenação na Eurojust, organizados pelos seguintes países: França (4), Itália (2) e Países Baixos (1). Os tipos de criminalidade investigados foram a imigração ilegal (2), o tráfico de droga e de seres humanos (1), o tráfico de veículos furtados (1), a contrafação de mercadorias (1), o branqueamento de capitais (1) e a fraude (1).

A disponibilidade da Eurojust 24 horas por dia, sete dias por semana, e a criação de centros de coordenação assegura a transmissão de informações em tempo real e a coordenação de medidas entre as autoridades nacionais durante uma operação comum.

Os centros de coordenação da Eurojust promovem o apoio, a coordenação e o acompanhamento imediato de apreensões, detenções, buscas domiciliárias ou a empresas, decisões de apreensão e depoimentos de testemunhas. A admissibilidade das provas recolhidas é um fator importante do sucesso dos subsequentes processos judiciais. Os centros de coordenação da Eurojust facilitam a obtenção de resultados sustentáveis nos casos de criminalidade transnacional.

Exemplo de caso de fraude

Em fevereiro de 2012, foi iniciada em França uma investigação complexa de fraude transnacional a um alegado esquema de Ponzi. Os suspeitos e as empresas envolvidas estavam localizados em oito Estados-Membros, na Suíça e nas Ilhas Seicheles. Foram identificadas cerca de 400 vítimas na Europa. Os danos foram estimados, no mínimo, em 23 milhões de euros. O produto do crime foi colocado em contas bancárias nas Ilhas Seicheles, Malta e Chipre, e investido em imóveis, barcos e iates.

Foi solicitado à Eurojust que facilitasse a execução de pedidos de auxílio judiciário mútuo para localizar os suspeitos e o pro-

duto do crime, bem como pedidos de audição, buscas domiciliárias, apreensões e perdas de bens. Foi criado um centro de coordenação na Eurojust para apoiar operações simultâneas a nível judiciário nos 10 países envolvidos, a primeira vez que tantos países participaram num centro de coordenação e a primeira vez que as operações se centraram na apreensão de bens em simultâneo em seis jurisdições diferentes, incluindo as Ilhas Seicheles. O centro de coordenação, equipado com linhas telefónicas, endereços de correio eletrónico e instalações de videoconferência dedicados, permitiu que o juiz de investigação francês acompanhasse a situação com as Representações Nacionais da Eurojust e resolvesse questões judiciais específicas em tempo real durante a operação. Foram destacados mais de 200 agentes policiais para esta operação, o que resultou na detenção de 16 pessoas, no interrogatório de seis suspeitos, no congelamento de cerca de 700 000 euros em contas bancárias e em apreensões significativas de barcos, moradias, veículos luxuosos, obras de arte e joalharia.

Nas palavras de um representante de um dos Estados-Membros participantes, «(...) a Eurojust dotou os procuradores e os agentes policiais de um fórum para trabalhar de acordo com uma estratégia e objetivo comuns: assegurar que uma Europa sem fronteiras não se traduz numa zona em que a atividade criminosa pode atuar impunemente. Na luta contra a criminalidade não existe arma mais eficaz do que a determinação das autoridades judiciais e policiais em ultrapassar os obstáculos. A cooperação judiciária serve este propósito de forma precisa e esta operação comprova-o.»

2.3. Intercâmbio de informações e o Sistema de Gestão de Casos (CMS)

A Decisão Eurojust introduziu a obrigação de os Estados-Membros transmitirem à Eurojust determinadas informações relevantes para o cumprimento da sua missão, permitindo deste modo que a Eurojust ofereça um apoio mais proativo no tratamento de casos e fenómenos da criminalidade. A Eurojust ajustou o seu sistema de gestão de casos, de modo a facilitar o tratamento de tipos de dados adicionais e desenvolveu ferramentas técnicas para apoiar a transmissão estruturada e segura de dados à Eurojust.

2.3.1. Desenvolvimento do Sistema de Gestão de Casos (CMS)

A conceção e o desenvolvimento do CMS baseou-se na Decisão Eurojust e nas regras da Eurojust em matéria de proteção de dados. O CMS é a ferramenta informática da Eurojust que facilita o armazenamento e tratamento seguro dos dados relacionados com os casos. Sendo uma base de dados personalizada, facilita o trabalho da Eurojust no apoio à coordenação de investigações e ações penais, através da análise cruzada de referências e informações, e permite o acesso das partes em causa às informações sobre investigações e ações penais em curso. A monitorização da legitimidade do tratamento de dados pessoais em conformidade com as orientações relativas à proteção de dados é garantida pelo responsável pela proteção de dados e pela Instância de Controlo Comum da Eurojust.

Em 2013, foram introduzidos melhoramentos significativos no CMS, nomeadamente num grande número de áreas funcionais do sistema, decorrentes de alterações exigidas pela Decisão Eurojust revista, bem como de alterações solicitadas pelos utilizadores. Os melhoramentos foram introduzidos em áreas fundamentais como as funções de registo e monitorização de casos, a importação e análise de dados pessoais, a identificação de ligações, a pesquisa e comunicação de informações. A conformidade com as regras da Eurojust em matéria de proteção de dados foi otimizada, através da melhoria dos mecanismos de registo, notificação e partilha, e pela introdução de um novo modelo de segurança que permite a futura aplicação de uma abordagem mais flexível para o acesso dos utilizadores internos e externos (ou seja, membros do SNCE e/ou Magistrados de Ligação) ao CMS. Foram ainda introduzidas alterações devido à adesão da Croácia, a fim de permitir o acesso dos membros nacionais croatas e de outros membros da Representação Nacional.

2.3.2. O formulário «inteligente» ao abrigo do artigo 13.º

Instrumento O formulário «inteligente» ao abrigo do artigo 13.º é um modelo eletrónico desenvolvido pela Eurojust para permitir a transmissão estruturada de informações provenientes das autoridades nacionais à Eurojust, nos termos do artigo 13.º da Decisão Eurojust. O formulário está disponível nas 24 línguas oficiais da

UE e permite a importação de dados introduzidos no CMS. As informações recebidas em conformidade com o artigo 13.º são consideradas novas ou referem-se a casos operacionais em curso abertos na Eurojust pela Representação Nacional destinatária das informações. Após o registo, as eventuais ligações a outros casos podem ser estabelecidas através da função de deteção automática de ligações do CMS. Caso seja detetada uma nova ligação, a Representação Nacional será notificada e, por sua vez, comunicará os resultados à autoridade que apresentou a informação no Estado-Membro.

Avaliação O desenvolvimento da ferramenta eletrónica para o processo de transmissão, bem como a configuração no CMS, foram implementados e aperfeiçoados pela Eurojust. Entre julho de 2011 (fim do prazo para a transposição) e junho de 2013, a Eurojust recebeu 218 notificações ao abrigo do artigo 13.º, das quais 89 relacionadas com um caso registado na Eurojust. Até ao momento, as notificações ao abrigo do artigo 13.º constituem uma pequena parte das informações comunicadas à Eurojust através das autoridades nacionais no contexto do tratamento de casos (durante o mesmo período, foi registado um total de 2 970 casos na Eurojust). A base jurídica mais comum para comunicar informações à Eurojust ao abrigo do artigo 13.º é o n.º 6 («casos de particular gravidade») e, em segundo lugar, o n.º 5 («EIC»). Quando o artigo 13.º estiver integralmente aplicado em todos os Estados-Membros, a Eurojust poderá, por exemplo, apresentar uma perspetiva geral de todas as EIC na União Europeia.

2.3.3. Ligações entre o SNCE e o CMS

Pesquisa A implementação da ligação técnica entre os membros do SNCE nos Estados-Membros e o CMS da Eurojust progrediu em 2013. Com base nos resultados do projeto EJ27, um projeto de conectividade de re-

des que analisou a infraestrutura de rede necessária, o projeto de pesquisa do SNCE produziu um catálogo de eventuais ferramentas para o SNCE (ou seja, soluções técnicas possíveis para as ligações do SNCE com o CMS) e de indicações dos Estados-Membros quanto às suas preferências de opções. O projeto de pesquisa do SNCE também analisou o impacto técnico da futura ligação de utilizadores externos ao CMS sobre o próprio sistema ou sobre outras estruturas da Eurojust, bem como os melhoramentos necessários para efetivar essa ligação.

Modalidades de acesso Em julho de 2013, o Colégio chegou a acordo quanto a uma abordagem comum no que respeita às modalidades de acesso ao CMS para os membros do SNCE. O Colégio definiu níveis diferentes de direitos de gestão e visibilidade dos dados contidos no índice e nos ficheiros de trabalho temporários para diferentes categorias de utilizadores externos do CMS e também as funções a cumprir pelo controlador de dados do membro nacional em causa, em conformidade com os requisitos jurídicos e as regras da Eurojust em matéria de proteção de dados.

Implementação A implementação técnica de ligações com cada Estado-Membro e o CMS continuou. As ligações com a República Checa e a Letónia ficaram operacionais. Até ao momento, foram estabelecidas ligações com cinco Estados-Membros (as ligações com a Bulgária e a Roménia estão operacionais desde 2012). Foram estabelecidas ligações-piloto com a Finlândia, a Hungria e a Polónia e cada Estado-Membro assinou um Memorando de Entendimento que regula a utilização da ligação. Prevê-se que estas ligações fiquem operacionais no início de 2014. O relatório da Eurojust para o Conselho e a Comissão sobre o estado de implementação foi publicado como o Documento 12582/13 do Conselho, de 19 de julho de 2013.

2.4. A Eurojust e as equipas de investigação conjuntas (EIC)

Enquanto instrumento específico para o auxílio judiciário transnacional que permite o intercâmbio direto de informações e provas no âmbito de uma equipa sem a necessidade de recorrer aos canais tradicionais dos pedidos de auxílio judiciário mútuo, as EIC continuam a representar um dos instrumentos operacionais mais importantes à disposição das autoridades judiciais e policiais.

O papel desempenhado especificamente pela Eurojust na criação e no bom funcionamento das EIC durante 2013 está relacionado sobretudo com os seguintes aspetos: i) a identificação de casos adequados para as EIC;

ii) a disponibilização de aconselhamento e informação sobre os diferentes sistemas processuais; iii) a elaboração dos acordos de EIC ou aditamentos desses acordos e dos planos de ação operacionais; iv) a coordenação das atividades operacionais levadas a cabo nas operações conjuntas; e v) o apoio às EIC através de reuniões de coordenação.

2.4.1. Casos da Eurojust

As reuniões de coordenação organizadas nas instalações da Eurojust ou nos Estados-Membros demonstraram ser um instrumento útil para determinar e monitorizar

os objetivos operacionais das EIC, avaliar as atividades de investigação conjuntas e decidir as próximas medidas a adotar. Estas medidas incluíram: planeamento de detenções simultâneas, emissão e execução de mandados de detenção europeus ou de pedidos de auxílio judiciário mútuo a Estados terceiros, acordo sobre medidas relacionadas com a apreensão e medidas a adotar pelos membros destacados na EIC. A Eurojust também facilitou acordos sobre estratégias de ação penal entre parceiros da EIC, os quais devem ser considerados o mais cedo possível, uma vez que têm frequentemente impacto no desenvolvimento das investigações.

Nos últimos anos, a Eurojust apoiou a criação de EIC ao abrigo do artigo 13.º da Convenção MLA de 2000 ou ao abrigo da Decisão-quadro do Conselho, de 13 de junho de 2002, relativa às EIC. Contudo, devido à natureza das investigações ou à necessidade de envolver Estados terceiros nas operações de investigação, a Eurojust, em 2013, também disponibilizou conhecimentos especializados no que respeita às EIC criadas no âmbito de outros instrumentos jurídicos, por exemplo, a Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada, a Convenção relativa à assistência mútua e à cooperação entre as administrações aduaneiras (Nápoles II) e outros tratados bilaterais.

Factos e números Em 2013, o apoio à criação e operacionalização das EIC continuou a ser uma das tarefas prioritárias da Eurojust. No período em causa, foram apoiadas 102 EIC pelos membros nacionais, das quais 42 criadas em 2013. Os membros nacionais participaram na qualidade de autoridades nacionais competentes ou em nome da Eurojust, nos termos do artigo 9.º-F da Decisão Eurojust.

Tal como em anos anteriores, as EIC abordaram os tipos de criminalidade mais graves, como o tráfico de droga, o tráfico de seres humanos, a fraude e o branqueamento de capitais. As EIC também foram utilizadas num número crescente de casos de cibercriminalidade. Além disso, a Eurojust recebeu 35 notificações dos Estados-Membros, em conformidade com o artigo 13.º, n.º 5, da Decisão Eurojust, dos quais sete resultaram na criação de EIC com a assistência da Eurojust, que também apoiou a criação de três EIC envolvendo Estados terceiros.

Obstáculos recorrentes O tratamento de casos da Eurojust, em 2013, mostra que determinadas questões jurídicas e práticas prejudicaram o bom funcionamento das EIC. Foram identificados os seguintes obstáculos: requisitos formais diferentes para a assinatura de um acordo de EIC, diferenças dos sistemas jurídicos, designadamente no que diz respeito às regras de prova (incluindo material intercetado), às regras em matéria de admissibilidade da prova, à divulgação de informações, aos prazos para a conservação dos dados, aos conflitos de jurisdição e à transferência de procedimentos penais. A Eurojust continuou a resolver estes obstáculos recorrentes e a ajudar os profissionais a ultrapassá-los.

Exemplo de caso de tráfico de seres humanos

Numa EIC relativa ao tráfico de seres humanos e à perda de bens apreendidos, a ajuda da Eurojust centrou-se no desenvolvimento judiciário do caso. As vítimas de tráfico de seres humanos localizadas no Estado-Membro A foram inquiridas com a ajuda de agentes policiais e procuradores do Estado-Membro B, em conformidade com as disposições das Convenções MLA de 1959 e 2000, de modo a que os seus depoimentos pudessem ser utilizados nas investigações de ambos os Estados-Membros. Deste modo, as vítimas puderam ser inquiridas pelos seus compatriotas, que receberam formação específica para lidar com vítimas e testemunhas vulneráveis. Os depoimentos obtidos no âmbito da EIC puderam assim ser utilizados nas investigações de ambos os Estados-Membros.

No âmbito desta EIC, foi decidido que os processos seriam transferidos para o Estado-Membro B e que os mandados de detenção europeus seriam emitidos pelo Estado-Membro B e executados pelo Estado-Membro A. Os criminosos localizados no Estado-Membro A foram transferidos para o Estado-Membro B e levados a julgamento, em conjunto com os seus cúmplices já detidos no Estado-Membro B. Com o apoio da Eurojust, que organizou duas reuniões de coordenação além de reuniões de Nível II, a avaliação das provas, a transferência dos processos penais e a execução dos mandados de detenção europeus foram efetuadas no âmbito da EIC. As atividades da EIC culminaram numa condenação definitiva no Estado-Membro B. Entre os parceiros da EIC na Eurojust, foram discutidas algumas medidas adicionais relativas ao confisco de bens no Estado-Membro A e, como resultado, os bens foram confiscados com êxito no Estado-Membro A.

As dificuldades identificadas estão relacionadas com, por exemplo, diferenças nos requisitos para as audições de testemunhas, e podem criar problemas em matéria de admissibilidade de prova. Outra dificuldade comum diz respeito à divulgação de informações relacionadas com os casos. Considerando que o rápido intercâmbio de informação constitui uma vantagem fundamental para a EIC, os seus membros devem estar conscientes, desde o início, do volume e do momento em que o ma-

terial sensível recolhido durante a investigação irá ser disponibilizado à defesa e ao tribunal, nos termos da legislação nacional dos Estados-Membros envolvidos.

Direitos de defesa Num caso específico de tráfico de seres humanos, a legislação de um dos Estados-Membros envolvidos exigia que os advogados de defesa dos suspeitos fossem notificados e pudessem estar presentes durante a audição de testemunhas para que essa prova fosse admissível em tribunal. Este requisito não existia na outra jurisdição envolvida. O acordo EIC assinado com o apoio da Eurojust clarificava os requisitos e permitia que os depoimentos das testemunhas fossem registados em conformidade com a legislação nacional dos participantes na EIC.

Confidencialidade/divulgação Alguns Estados-Membros utilizam os anexos dos acordos EIC para clarificar as condições sobre o intercâmbio de informações e as regras de confidencialidade (divulgação). Esta prática permite aos Estados-Membros encontrar compatibilidades nos seus requisitos jurídicos que, de outra forma, seriam diferentes. Numa EIC relativa a um caso de homicídio, foi alcançado um acordo que, em princípio, previa o acesso ilimitado e a utilização e partilha de informações, a menos que uma das partes impusesse uma restrição à sua utilização (por exemplo, como prova em tribunal).

2.4.2. Reunião Anual de Peritos das Equipas de Investigação Conjuntas

Como parte de um programa contínuo para promover a utilização do instrumento EIC, a Eurojust acolheu e organizou, em cooperação com a Europol, a nona Reunião Anual de Peritos Nacionais sobre EIC.

Os peritos acordaram a preparação de uma lista de verificação com questões para análise antes da criação da EIC e a inclusão das regras aplicáveis à divulgação dos Estados-Membros participantes num anexo ao acordo da EIC, a título de boa prática. Os participantes também sublinharam que devem ser regularmente realizadas

avaliações de risco da viabilidade e eficácia da criação das EIC, especialmente tendo em conta a legislação aplicável a questões de divulgação e confidencialidade. As conclusões da reunião serão publicadas como documento do Conselho e disponibilizadas no sítio Web da Eurojust.

Os profissionais consideram a avaliação das EIC um elemento fundamental no seu trabalho, uma vez que a avaliação lhes permite identificar as vantagens e as deficiências da EIC. A Eurojust reconhece e apoia ativamente o valor acrescentado da avaliação das EIC. O capítulo 4 «Prioridade do ano para a Eurojust: avaliação das equipas de investigação conjuntas» contém mais informações sobre este tema.

2.4.3. Financiamento/assistência financeira para as Equipas de Investigação Conjuntas

Entre 2010 e 2013, a Eurojust apoiou 95 EIC diferentes criadas entre 22 Estados-Membros e contribuiu significativamente para o desenvolvimento geral das EIC na União Europeia.

Foram lançados dois convites adicionais para apresentação de propostas no âmbito de um segundo projeto de financiamento das EIC, em julho e setembro, abrangendo as necessidades operacionais até ao final de 2013. Foram recebidas 36 novas candidaturas, confirmando as tendências já observadas e o êxito do projeto. Estão disponíveis informações pertinentes no sítio Web da Eurojust ou através da seguinte ligação: <http://www.eurojust.europa.eu/Practitioners/Eurojust-Support-JITs/JITS-Funding/Pages/jits-funding-project.aspx>.

Em 2013, 34 EIC receberam apoio financeiro da Eurojust, 18 delas criadas ao longo do ano. A Eurojust continuará a apoiar financeiramente as atividades das EIC no próximo ano. A partir de 2014, os Estados terceiros que sejam partes ou participantes numa EIC que envolva um ou mais Estados-Membros são elegíveis para financiamento. Em 2014, será desenvolvido e implementado um procedimento simplificado que terá em conta a experiência anterior e o «feedback» dos profissionais.



Trabalho operacional da Eurojust



3.1. Casos da Eurojust em áreas de criminalidade prioritárias

A Eurojust está a alinhar as suas áreas de criminalidade prioritárias com os tipos de criminalidade prioritários fixados pelo Conselho no âmbito do Ciclo de Políticas da UE para 2014-2017 relativas à luta contra a criminalidade organizada grave. O reduzido ciclo de políticas inicial foi implementado entre 2011 e 2013. Em 2012, a Eurojust adaptou as suas próprias prioridades para este período do seguinte modo: tráfico de droga, imigração ilegal e tráfico de seres humanos, fraude, corrupção, cibercriminalidade (incluindo pornografia de menores), branqueamento de capitais, infrações penais lesivas dos interesses financeiros da União Europeia, terrorismo e grupos de criminalidade organizada itinerantes. Os subpontos seguintes abordam o envolvimento da Eurojust nestas áreas de criminalidade.

Em 2013, a Eurojust apoiou ativamente todos os projetos da Plataforma multidisciplinar europeia contra as ameaças criminais (EMPACT) destinados ao desenvolvimento das prioridades do Conselho.

No que respeita ao Ciclo de Políticas da UE para 2014-2017, a Eurojust participou ativamente em 2013 na preparação de Planos Estratégicos Plurianuais (PEP) para cada uma das nove prioridades adotadas pelo Conselho para este período e, simultaneamente, na conversão dos PEP em Planos de Ação Operacionais (PAO) no âmbito dos projetos EMPACT. Para assegurar uma abordagem coerente de apoio a estes projetos, a Eurojust adotou, em setembro de 2013, uma posição comum sobre o nível de envolvimento e o tipo de apoio que podia oferecer para as ações específicas no âmbito dos planos de ação operacionais. Com base nos trabalhos preparatórios realizados em 2013 a este respeito, a Eurojust adotará igualmente novas prioridades para o período compreendido entre 2014 e 2017, em sintonia com as prioridades do Conselho.

3.1.1. Tráfico de droga

Estatísticas da criminalidade	2012	2013
Número de casos registados	263	239
Número de reuniões de coordenação	59	56
Número de EIC	13	26

A maioria dos casos de tráfico de droga (184) refere-se apenas a este tipo de crime, embora o tráfico de droga esteja associado ao crime organizado em 47 casos e a atividades de branqueamento de capitais em 17. A Suécia, a França e a Itália foram os principais requerentes, enquanto a Espanha, os Países Baixos e a Alemanha foram os Estados-Membros mais requeridos para fins de cooperação em casos de tráfico de droga. A cocaína é, sem dú-

vida, a substância ilícita que é alvo de investigação com mais frequência (113), seguida pela canábica (62). Embora o tratamento de casos neste domínio tenha diminuído quantitativamente, do ponto de vista qualitativo, o envolvimento da Eurojust foi maior, já que o número de reuniões de coordenação se manteve estável e o número de equipas de investigação conjuntas duplicou.

O tráfico de droga é abordado de diferentes formas nas prioridades do Conselho para a luta contra o crime organizado entre 2011 e 2013. Embora a luta contra o tráfico de drogas sintéticas surja como uma prioridade *per se*, outras drogas estão incluídas em objetivos mais genéricos, como os grupos de criminalidade organizada estabelecidos na África Ocidental e nos Balcãs Ocidentais ou a utilização de contentores para o tráfico de bens ilícitos. A Eurojust contribuiu ativamente para todos os projetos EMPACT relacionados com o tráfico de droga. Em especial, no âmbito do projeto EMPACT sobre drogas sintéticas, a Eurojust participou, em fevereiro e junho, em reuniões da EMPACT onde uma das questões mais

Exemplo de caso de tráfico de droga

Uma operação conjunta das autoridades policiais e judiciais da Bélgica e da Espanha, apoiada pela Eurojust e pela Europol, visou uma rede de tráfico de droga que atuava na Bélgica, Espanha, França, Países Baixos e Marrocos desde 2007. A operação, levada a cabo entre 2012 e 2013, resultou na neutralização do grupo em 2013.

Os membros do grupo de criminalidade organizada (GCO), maioritariamente de origem marroquina, branquearam cerca de 50 milhões de euros provenientes do tráfico de canábica. O GCO tinha contactos em África, que cultivavam e processavam as drogas, que depois transferiam por barco de Marrocos para Espanha. Quando as drogas chegavam ao território espanhol, os membros do GCO transferiam-nas para veículos para serem armazenadas ou distribuídas pela Europa. Uma loja de artigos de couro, em Málaga, era utilizada como fachada para os autores do branqueamento de capitais e eram utilizados correios para transportar dinheiro da Bélgica e de França.

As Representações belga e espanhola na Eurojust trabalharam em estreita colaboração e facilitaram os pedidos de auxílio judiciário mútuo que foram enviados pelas autoridades

espanholas e belgas. Para facilitar o rápido intercâmbio de informações policiais entre a Polícia Federal belga, a *Guardia Civil* espanhola e a Europol, foi criada uma EIC através da Eurojust.

Em Espanha, tinham sido abertos vários casos independentes relacionados com apreensões de droga e de dinheiro. Durante as reuniões de coordenação que decorreram na Eurojust, as partes acordaram manter estes casos separados do caso principal, para não prejudicar a investigação principal e apenas integrar os casos de drogas menores na investigação principal caso o resultado desta fosse positivo. Sempre que necessário, as autoridades espanholas aceitaram fornecer informações às autoridades belgas sem que o pedido estivesse associado à investigação principal. Para tornar a investigação mais eficaz, as partes acordaram também visar apenas os principais suspeitos em Espanha e na Bélgica. Com a assistência da Eurojust, as partes puderam ultrapassar um obstáculo relacionado com a interceção eletrónica, provocado pelas diferenças existentes nos Códigos de Processo Penal dos dois Estados-Membros. Os processos relativos ao principal suspeito foram transferidos do Ministério Público em Bruxelas para o juiz de instrução em Torre Vieja, Espanha, graças a um acordo obtido no âmbito da EIC.

A Europol apoiou a operação, disponibilizando relatórios forenses, de comparação cruzada de dados e outros relatórios analíticos. Uma operação coordenada resultou na detenção de 46 membros suspeitos de pertencerem ao GCO. Além disso, foram apreendidos 5 301 kg de cânabis, 2 navios de pesca, 77 veículos, 20 edifícios, 5 empresas e 225 230 euros em dinheiro. Os bens foram avaliados em 13 750 000 euros.

debatidas foi o composto químico APAAN, um precursor utilizado para produzir drogas sintéticas que ainda não foi regulamentado em todos os Estados-Membros. No que respeita ao Ciclo de Políticas da UE para 2014-2017, as prioridades do Conselho incluem objetivos específicos no domínio do tráfico de drogas sintéticas e do tráfico de cocaína e heroína. Em junho, a Eurojust participou na reunião do PEP sobre drogas sintéticas e na reunião do PEP sobre cocaína e heroína. A participação da Eurojust assegurou a inclusão da cooperação judiciária nos objetivos estratégicos para os próximos quatro anos. A Eurojust participou também na reunião para a elaboração do projeto do Plano de Ação Operacional.

Prosseguiram as negociações para a celebração de um Memorando de Entendimento entre a Eurojust e o Obser-

vatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (EMCDDA), e o texto provisório foi aprovado pelo Colégio e pelo Conselho de Administração do EMCDDA. A Eurojust contribuiu para o relatório da UE sobre os mercados de droga, *High-level drug trafficking cases through the lens of Eurojust casework* (Casos de tráfico de drogas duras na ótica da Eurojust), publicado pelo EMCDDA em janeiro. A Eurojust e o EMCDDA reuniram-se duas vezes em 2013 para troca de ideias e discussão de projetos conjuntos.

A pedido do Gabinete das Nações Unidas para a Droga e a Criminalidade (UNODC), a Eurojust apoiou a revisão de alto nível da implementação da *Political Declaration and Action Plan on International Cooperation towards an integrated Strategy to Counter the World Drug Problem* (Declaração Política e Plano de Ação em matéria de Cooperação Internacional para uma Estratégia integrada de combate ao problema da droga a nível mundial), através da cedência de material sobre o projeto estratégico da Eurojust e de um seminário sobre o tráfico de droga e as EIC, bem como dados estatísticos sobre os casos tratados pela Eurojust.

3.1.2. Imigração ilegal

Estatísticas da criminalidade	2012	2013
Número de casos registados	29	25
Número de reuniões de coordenação	18	5
Número de EIC	4	7

O envolvimento da Eurojust em casos de imigração ilegal apresenta uma imagem distorcida da situação real. Por um lado, o número de casos registados e de reuniões de coordenação diminuiu em comparação com 2012; por outro lado, o número de equipas de intervenção conjuntas duplicou. A Áustria, o Reino Unido e a Itália foram os Estados-Membros mais ativos em matéria de abertura de casos; a Bélgica, a Grécia e o Reino Unido foram os Estados-Membros mais requeridos.

Este tipo de criminalidade foi uma das prioridades do Conselho para o período de 2011-2013. A Eurojust esteve representada nas reuniões da EMPACT sobre imigração ilegal, mas não foi solicitado qualquer envolvimento específico, uma vez que este projeto optou por adotar uma abordagem administrativa em vez de se centrar em investigações penais.

A imigração ilegal foi novamente considerada uma das prioridades do Conselho para 2014-2017. A Eurojust participou de forma ativa no workshop sobre imigração ilegal do Plano Estratégico Plurianual, relativo ao período de 2014-2017, que teve lugar em junho. Em outubro, a Eurojust participou também na reunião para a elaboração do projeto do Plano de Ação Operacional para 2014.

Exemplo de caso de imigração ilegal

Em julho de 2012, a França abriu um caso relativo a um GCO envolvido no auxílio à imigração ilegal. O GCO estava localizado em França, na Bélgica e no Reino Unido, e tinha ligações à Grécia e à Turquia, bem como aos Países Baixos. Disponha de uma organização logística extremamente sofisticada e complexa, com a localização da base operacional a alternar entre a França e a Bélgica.

O GCO cobrava a imigrantes curdos ilegais cerca de 2 000 euros por pessoa, em dinheiro ou por transferência bancária para o Reino Unido. Subsequentemente, os imigrantes ilegais eram recolhidos em parques de estacionamento na Bélgica e em França e colocados em camiões que os transportavam para ferries que fazem a ligação de Calais com o Reino Unido. Esta operação era repetida todas as noites. Acredita-se que o GCO é responsável pela tentativa de introduzir diariamente entre 20 e 30 imigrantes clandestinos no Reino Unido, com uma taxa de sucesso de cerca de 10 pessoas por dia, o que representa aproximadamente 4 000 imigrantes ilegais por ano.

A Eurojust apoiou a gestão eficaz do caso, organizando duas reuniões de coordenação. Essas reuniões foram seguidas pela assinatura de um acordo de EIC entre a França e a Bélgica em outubro de 2012, cofinanciado pela Eurojust através do Projeto de Financiamento das EIC. O Reino Unido aderiu a esta EIC em fevereiro de 2013. Em agosto de 2013, foi criado um centro de coordenação na Eurojust sob a orientação das Representações francesa, belga e britânica. A Europol apoiou o caso através do destacamento de um escritório móvel para França para a realização de análise de informações in loco.

As autoridades policiais de França, Bélgica e Reino Unido levaram a cabo várias operações que conduziram à detenção de 36 pessoas, à emissão de dois mandados de detenção europeus e a buscas em 45 instalações. O GCO foi desmantelado através destas operações conjuntas.

3.1.3. Tráfico de seres humanos

Estatísticas da criminalidade	2012	2013
Número de casos registados	60	84
Número de reuniões de coordenação	20	24
Número de EIC	6	15

Este tipo de criminalidade é normalmente abordado na Eurojust como uma infração autónoma, embora esteja ligada a grupos de criminalidade organizada em diversos casos (21). A exploração sexual é a principal categoria de tráfico de seres humanos nos casos da Eurojust (56). À semelhança dos casos de tráfico de droga e de imigração ilegal, o apoio da Eurojust às EIC aumentou significativamente, bem como o número de casos. A Roménia e o Reino Unido abriram a maioria dos casos (32). Os Estados-Membros mais requeridos foram a Bulgária, Alemanha, Roménia, Itália e Espanha.

O tráfico de seres humanos foi uma prioridade do Conselho no período 2011-2013. A Eurojust esteve envolvida em diversas atividades relacionadas com o tráfico de seres humanos. Em abril, a Eurojust recebeu uma visita de Myria Vassiliadou, a Coordenadora da Luta contra o

Tráfico de Seres Humanos da UE, em acompanhamento do projeto estratégico, *A ação da Eurojust contra o tráfico de seres humanos*, e a adoção do *Plano de ação contra o tráfico de seres humanos para 2012-2016*. O objetivo da visita era discutir possibilidades de reforçar a cooperação entre a Eurojust e a Coordenadora da Luta contra o Tráfico de Seres Humanos da UE na luta contra o TSH.

O número de casos de tráfico de seres humanos na Eurojust permaneceu estável nos últimos anos, mas aumentou 40 % em 2013 face a 2012.

A Eurojust esteve representada nas reuniões do EMPACT sobre tráfico de seres humanos. A importância da investigação e ação penal estava claramente refletida nos objetivos estratégicos do ciclo de políticas para 2011-2013.

Como resultado operacional positivo, foi aberto um caso pelos Países Baixos no âmbito deste projeto EMPACT. Foram realizadas duas reuniões operacionais na Europol e, subsequentemente, a Eurojust organizou três reuniões de coordenação e apoiou a formação de uma EIC. A Eurojust tornou-se também um parceiro associado em dois subprojetos EMPACT: *ETUTU* (que identificou vítimas nigerianas de tráfico de seres humanos e obteve informações junto das mesmas) e *TSH na China* (que visou a criminalidade chinesa ligada ao tráfico de seres humanos).

Exemplo de caso de tráfico de seres humanos

O Gabinete de Ação Antimáfia de Florença solicitou a assistência da Eurojust num caso relacionado com tráfico internacional de estupefacientes e tráfico de seres humanos para prostituição. A maioria dos suspeitos do grupo de criminalidade organizada era de nacionalidade albanesa. Estavam localizados em Itália, Bélgica, Países Baixos, França, Suíça e Albânia.

A Eurojust acolheu duas reuniões de coordenação, que contaram com a participação de delegações de Itália, Bélgica, Países Baixos, França, Suíça, Albânia e da Europol. Durante a primeira reunião de coordenação, em março de 2012, os participantes discutiram a execução dos pedidos de auxílio judiciário mútuo enviados pela Itália e elaboraram uma lista de pontos de contacto em vários países para facilitar a cooperação. A reunião identificou várias investigações paralelas que estavam em curso ou planeadas nos países participantes. Na segunda reunião de coordenação, realizada um ano mais tarde, foi planeada uma operação comum e foi adotada uma decisão com vista à criação de um centro de coordenação na Eurojust. A Europol apresentou o relatório de comparação cruzada de dados que tinha elaborado para este caso e explicou o tipo de apoio que poderia prestar aos centros de coordenação na Eurojust. Para facilitar a sua ação comum, os participantes acordaram proceder à identificação das localizações dos suspeitos antes da operação e em realizar buscas e apreensões simultâneas. Estas reuniões conduziram à criação de um centro de coordenação na Eurojust, em abril de 2013. Os países envolvidos foram a Itália, Albânia, Bélgica, França e Países Baixos.

A Eurojust facilitou a coordenação efetiva e a transmissão de vários pedidos de auxílio judiciário mútuo através das Representações Nacionais na Eurojust. A Europol destacou o seu escritório móvel para apoio operacional em tempo real.

Antes da criação do centro de coordenação, foram efetuadas duas detenções nos Países Baixos e na Bélgica. Em resultado das operações conjuntas levadas a cabo durante o funcionamento do centro de coordenação, foram detidas mais 19 pessoas na Albânia, França e Itália, desmantelando o grupo de criminalidade organizada.

O tráfico de seres humanos foi novamente considerado uma das prioridades do Conselho para 2014-2017. A Eurojust participou ativamente na reunião do Plano Estratégico Plurianual sobre o tráfico de seres humanos e na reunião de novembro para desenvolver o Plano de Ação Operacional para 2014.

3.1.4. Fraude

Estatísticas da criminalidade	2012	2013
Número de casos registados	382	449
Número de reuniões de coordenação	33	60
Número de EIC	11	21

Os casos de fraude registaram novamente um aumento significativo (17,5 %) em comparação com 2012. O mesmo se aplica do ponto de vista qualitativo, tendo em conta as reuniões de coordenação e a participação nas EIC. A fraude aparece predominantemente como infração isolada (314 casos) e como categoria não especificada («outros tipos de fraude» - 173 casos), é classificada como burla em 124 casos e como fraude em matéria de IVA em 89. A associação com branqueamento de capitais foi comunicada em 59 casos e o envolvimento de uma organização criminal em 45. A República Checa, Portugal e a Hungria foram os Estados-Membros mais requeridos.

A fraude não foi definida como uma prioridade do Conselho para o período de 2011- 2013, mas aparece como uma das ameaças de criminalidade incluídas na Avaliação da ameaça da criminalidade organizada grave (SOCTA).

No que respeita ao período de 2014-2017, a fraude no domínio dos impostos especiais de consumo e a fraude intracomunitária de operadores fictícios (MTIC) foram incluídas nas prioridades do Conselho em matéria de criminalidade. Aparecem com a mesma prioridade mas são, de facto, desenvolvidas como subprioridades independentes, com os seus grupos de peritos específicos e reuniões diferenciadas. A Eurojust participou nas reuniões do Plano Estratégico Plurianual, em julho, e nas reuniões de elaboração do projeto de Plano de Ação Operacional, em outubro, para as respetivas subprioridades.

A Eurojust esteve envolvida ativamente no primeiro Fórum anual do European ATM Security Team sobre o Crime Financeiro e a Segurança, realizado em 13 e 14 de junho em Haia, durante o qual foram discutidos diversos temas relacionados com a fraude e a clonagem de cartões. A Eurojust efetuou também uma apresentação centrada em questões relacionadas com a recuperação de ativos na conferência da Europol sobre *Tackling Serious and Organised Tax Crimes: Criminal Abuse of Offshore Vehicles* (Combate às formas graves e organizadas de criminalidade fiscal: utilização abusiva de mecanismos offshore para fins criminosos), em 27 e 28 de novembro.

Exemplo de caso de fraude

As autoridades húngaras descobriram que um grupo de criminalidade organizada se dedicava ao comércio ilícito de medicamentos de contrafação e à distribuição ilícita de produtos farmacêuticos não registados. Os produtos farmacêuticos eram importados da Índia e da China e distribuídos pelo GCO para 76 países através da Internet, incluindo todos os Estados-Membros, a Noruega e a Suíça. Os produtos de contrafação tinham um valor total de 3,7 milhões de euros.

O GCO oferecia os produtos farmacêuticos aos consumidores em sítios Web especiais concebidos para parecerem farmácias genuínas, onde esses produtos são oferecidos como medicamentos legítimos. Os produtos farmacêuticos tinham uma grande procura porque os clientes não eram obrigados a submeter-se a um exame clínico antes da sua utilização e eram enviados aos compradores na Internet por correio.

Além da assistência oferecida pela Europol ao acolher uma reunião operacional em março de 2013, as autoridades húngaras requereram a assistência da Eurojust na divulgação de informações sobre o caso a todos os Estados-Membros e na receção de informações relacionadas com investigações paralelas realizadas nos Estados-Membros. Em resultado, o caso foi ligado a investigações em curso na Estónia através de um dos suspeitos. Posteriormente, foram efetuadas outras ligações a processos na República Checa, França, Polónia e Croácia. As autoridades da Estónia pesquisaram um sítio Web identificado num dossiê de pareceres de peritos da polícia húngara, localizaram e apreenderam milhares de comprimidos falsos e detiveram o redistribuidor. O congelamento de contas bancárias em Chipre também foi possível graças à assistência prestada pela Eurojust no caso.

Na sequência da acusação de um dos suspeitos, o processo penal na Hungria entrou na fase de julgamento e o caso da Eurojust foi encerrado.

3.1.5. Corrupção

Estatísticas da criminalidade	2012	2013
Número de casos registados	30	52
Número de reuniões de coordenação	7	16
Número de EIC	3	3

O número de casos aumentou consideravelmente em 2013 (73 %), bem como as reuniões de coordenação (mais do dobro). Do total de casos, 23 tratam apenas deste crime, enquanto 22 investigam também o branqueamento de capitais. Os principais Estados-Membros requerentes foram a República Checa, o Reino Unido e a Letónia; a Alemanha, a Áustria, a Espanha e o Reino Unido foram os Estados-Membros mais requeridos.

A corrupção não foi uma prioridade do Conselho para o período de 2011-2013 ou para o período de 2014-2017, mas é ainda uma das ameaças de criminalidade incluídas na SOCTA. Os casos de corrupção eram casos sensíveis e, por esse motivo, não é fornecido um exemplo de caso.

Em fevereiro, a Eurojust contribuiu para o primeiro Relatório Anticorrupção da UE, elaborado pela Comissão Europeia. O seu contributo abrangeu informações sobre

os esforços da Eurojust na luta contra a corrupção, os casos de corrupção tratados, incluindo especificações de casos e o envolvimento de Estados terceiros, bem como as atividades criminosas associadas à corrupção e os casos de corrupção registados com o objetivo de criar uma EIC. A Comissão publicou o Relatório Anticorrupção da UE em 3 de fevereiro de 2014.

3.1.6. Cibercriminalidade

Estatísticas da criminalidade	2012	2013
Número de casos registados	42	29
Número de reuniões de coordenação	5	10
Número de EIC	2	9

O número de casos de cibercriminalidade diminuiu em comparação com 2012; todavia, as reuniões de coordenação e o envolvimento nas EIC aumentaram. Metade dos casos abordam a cibercriminalidade como um crime isolado e 11 casos estão ligados a fraudes. Surgiram oito casos de «imagens de abuso de crianças» e oito casos de «phishing». Os Países Baixos e o Reino Unido foram os principais Estados-Membros requerentes; o Reino Unido, a Alemanha e os Países Baixos foram os mais requeridos.

No ciclo de políticas para 2011-2013, a cibercriminalidade surge como uma prioridade do Conselho centrada na utilização criminosa da Internet. A Eurojust participou ativamente no projeto EMPACT conexo, assistindo a todas as reuniões.

As prioridades do Conselho para 2014-2017 abordam a cibercriminalidade através de três áreas subprioritárias (exploração sexual de crianças, ataques cibernéticos e fraude com cartões bancários), cada uma com o seu grupo de peritos e reuniões diferentes.

A Eurojust poderá classificar os seus casos ao abrigo de tipos de criminalidade específicos no âmbito da categoria geral de cibercriminalidade. A Eurojust participou em todas as reuniões do Plano Estratégico Plurianual em junho, bem como na elaboração dos Planos de Ação Operacionais para 2014.

A cibercriminalidade é uma área da criminalidade em rápida evolução, tornando essencial uma abordagem integrada de todos os países envolvidos na luta contra esta realidade. A Eurojust fornece uma plataforma para a cooperação e coordenação judiciária entre os investigadores e os procuradores em matéria de casos de cibercriminalidade. O envolvimento de diferentes autoridades judiciais numa fase inicial das investigações de casos de cibercriminalidade é fundamental para evitar a ocorrência de obstáculos jurídicos resultantes de diferentes quadros jurídicos. A coordenação das investigações e da recolha (eletrónica) de provas nesses casos é fundamental para o êxito das ações penais.

Para informações sobre a participação da Eurojust no EC3, ver o subponto 3.3.2, «Cooperação com a Europol e o OLAF», adiante.

Exemplo de caso de cibercriminalidade

Um grupo de criminalidade organizada transferiu ou tentou transferir ilegalmente dinheiro de contas de clientes, principalmente de bancos europeus, tirando partido de computadores infetados. O GCO afetou clientes em seis países: Áustria, Finlândia, Reino Unido, Bélgica, Noruega e Países Baixos. A pedido das autoridades austríacas, a Eurojust colaborou na coordenação da investigação nos países envolvidos.

O GCO lançou ataques de «phishing» contra vários bancos nacionais e os seus clientes, espalhando malware na Internet. Quando os titulares iniciavam sessão nas suas contas bancárias, eram realizadas transações através de malware. Através da ligação ativa da vítima à Internet, o malware acedia à conta, efetuava uma transferência em segundo plano e gerava uma janela de contexto que solicitava a introdução de um número de autenticação da transação (código TAN). Ao introduzir o código TAN, a vítima autorizava a transferência e o dinheiro era transferido para contas de internautas utilizadas para lavagem de dinheiro («mulas de dinheiro»), que imediatamente levantavam o dinheiro e o enviavam para Estados terceiros.

Na sequência de uma reunião operacional realizada na Europol em setembro de 2012, a Eurojust acolheu a primeira reunião de coordenação em dezembro de 2012. Nesta reunião, os países envolvidos partilharam os resultados mais recentes das investigações e discutiram a futura cooperação e a execução dos pedidos de auxílio judiciário mútuo existentes. Os participantes decidiram criar uma EIC entre os países envolvidos, a Eurojust e a Europol, com vista a dismantlar o GCO. O objetivo da EIC era recolher provas, partilhar informações relevantes, identificar os responsáveis e utilizar as provas recolhidas com vista à instauração de ações penais e à apreensão e perda dos produtos do crime.

Em março, foi realizada uma segunda reunião para discutir o projeto do acordo de EIC. Por último, em agosto, foi realizada uma terceira reunião de coordenação com a duração de dois dias. Durante esta reunião, os países envolvidos trocaram informações relativas ao progresso das investigações e discutiram a continuação da cooperação e os detalhes do acordo de EIC, que também foi subscrito pelos Países Baixos.

A Eurojust facilitou a elaboração do acordo de EIC entre seis países. A EIC foi financiada pela Eurojust, que ofereceu ainda os seus conhecimentos especializados em matéria de execução de pedidos de auxílio judiciário mútuo, bem como a coordenação da investigação através da realização de reuniões de coordenação. A coordenação da investigação permitiu associar os vários ataques de «phishing», rastrear alguns dos internautas envolvidos na lavagem de dinheiro e identificar diversos suspeitos.

Exemplo de caso de cibercriminalidade

Investigações levadas a cabo pelas autoridades espanholas sobre incidentes de fraude e contrafação com meios de pagamento não monetários (nomeadamente através da clonagem de cartões de crédito por meio da colocação de dispositivos de leitura eletrónica em ATM de bancos) revelaram uma rede de criminalidade búlgara especializada neste tipo de fraude, que atuava a partir da Espanha e da Bulgária. O *modus operandi* da organização criminosa e dos seus associados consistia na recolha de dados financeiros de ATM em Espanha e noutros Estados-Membros para criar cartões de crédito ou de débito falsos. Esses cartões eram depois utilizados no levantamento de grandes quantias de dinheiro em ATM dentro e fora da União Europeia.

Na sequência de um pedido de assistência das autoridades espanholas, a Eurojust acolheu uma reunião de coordenação em abril de 2013, para a qual foram convidadas as autoridades espanholas e búlgaras e a Europol. A fim de facilitar a cooperação e o intercâmbio de elementos de prova entre as partes envolvidas, as delegações decidiram criar uma EIC entre a Bulgária, a Espanha, a Eurojust e a Europol. A Eurojust disponibilizou aconselhamento jurídico, bem como financiamento e equipamento logístico essencial através do seu Projeto de Financiamento das EIC. A Europol apoiou a investigação com análise operacional desde as fases iniciais.

Uma operação comum levada a cabo em outubro de 2013 no leste de Espanha conduziu à detenção de seis indivíduos e à realização de três buscas domiciliárias. As autoridades policiais apreenderam 15 dispositivos utilizados na cópia de PIN, mais de 10 dispositivos de gravação de informações em bandas magnéticas de cartões de crédito/débito, vários computadores portáteis e documentos com a localização de ATM. A EIC ainda estava ativa no final de 2013 e esperam-se mais resultados da cooperação entre os seus membros em 2014.

3.1.7. Branqueamento de capitais

As estatísticas sobre casos mostram um aumento nesta área de criminalidade. O branqueamento de capitais surge como uma infração transversal ligada à maioria das prioridades da Eurojust em matéria de criminalidade, em particular fraude, envolvimento de grupos de criminalidade organizada, corrupção e tráfico de droga; surge também como uma infração autónoma num número significativo

de casos (68). Os principais Estados-Membros requerentes foram a Suécia, a Itália e a Polónia, enquanto os Estados-Membros mais requeridos foram a Espanha, a Itália e a Alemanha.

Embora o branqueamento de capitais não seja considerado um tipo de crime prioritário *per se*, nas prioridades do Conselho para o período de 2011-2013 ou no Ciclo de Políticas da UE para 2014-2017, é expressamente mencionado como um problema transversal que deve ser considerado no contexto de todas as prioridades em matéria de criminalidade. O número de casos na Eurojust permaneceu elevado, à semelhança dos anos anteriores.

No âmbito das suas atividades no domínio do branqueamento de capitais, a Eurojust também participou na reunião do *Working Group on Financial Flows of the Contact Group on Piracy off the Coast of Somalia* (Grupo de trabalho sobre os fluxos financeiros do Grupo de Contacto para a pirataria ao largo da Somália), durante a qual foram discutidos a «pista monetária» e o papel das unidades de informação financeira em casos de pirataria marítima.

Este grupo foi criado em 2009 na sequência de uma resolução das Nações Unidas para facilitar a discussão e a coordenação de ações entre os Estados e as organizações com vista a eliminar a pirataria ao largo da Somália.

Estatísticas da criminalidade	2012	2013
Número de casos registados	144	193
Número de reuniões de coordenação	34	49
Número de EIC	8	13

Exemplo de caso de branqueamento de capitais

Em março de 2013, a Representação Neerlandesa requereu a assistência da Eurojust num caso relativo a uma demorada investigação de branqueamento de capitais de produtos do crime, nomeadamente do tráfico de droga. Em meados da década de 1990, as autoridades neerlandesas enviaram um pedido de auxílio judiciário mútuo às autoridades de Andorra relacionado com as atividades de vários suspeitos neerlandeses. Desde então, as investigações a essas pessoas têm sido efe-

tuadas nos Países Baixos e em Andorra. Em 2013, foram enviados pedidos de auxílio judiciário mútuo às autoridades espanholas de Alicante e Málaga, a solicitar informações sobre os proprietários de diversas propriedades em Espanha e os locais de residência de vários suspeitos.

As atividades dos principais suspeitos estavam ligadas a outros suspeitos e empresas através de várias transações monetárias. Havia a convicção de que vários suspeitos tinham investido em projetos imobiliários em Andorra.

O centro da operação de branqueamento de capitais era uma empresa de construção em Andorra que investiu em grandes projetos de construção e depositou 16 milhões de euros em contas bancárias em Andorra.

Em setembro de 2013, foi realizada uma reunião de coordenação na Eurojust destinada à troca de informações sobre as medidas urgentes com vista à execução dos pedidos de auxílio judiciário mútuo existentes. A ação penal tinha de ser iniciada rapidamente, uma vez que os crimes iriam prescrever em 1 de janeiro de 2014.

Durante a reunião de coordenação, foi aprovada a realização de uma operação conjunta, apoiada por um centro de coordenação na Eurojust. A operação conjunta foi levada a cabo em novembro de 2013.

A partir do centro de coordenação, as Representações Espanhola e Neerlandesa assistiram às operações executadas pelas autoridades judiciais e policiais em Andorra, em Espanha e nos Países Baixos. Durante a reunião, foi criada uma excelente base de cooperação com as autoridades de Andorra, um Estado terceiro. No próprio dia da operação conjunta, prosseguiu a cooperação positiva entre Andorra e a Eurojust.

Durante a operação, foram detidos três suspeitos e foram realizadas várias buscas. Foram apreendidos 60 000 euros em dinheiro e diversos automóveis e moradias de luxo – incluindo uma moradia avaliada em mais de 6 milhões de euros – e congeladas contas bancárias. Os suspeitos devem ser julgados nos Países Baixos.

3.1.8. Terrorismo

Estatísticas da criminalidade	2012	2013
Número de casos registados	32	17
Número de reuniões de coordenação	3	3
Número de EIC	0	1

O número de casos de terrorismo diminuiu, mas o número de reuniões de coordenação permaneceu estável. A Eurojust apoiou uma EIC iniciada em 2013. Estes casos tendem a ser registados na Eurojust como infrações autónomas (14 dos 17 casos). A Espanha e a França abriram três casos cada. Os Estados-Membros mais requeridos foram a França, com cinco casos, a Alemanha, a Espanha, a Polónia e o Reino Unido, com quatro casos cada.

A nível do Conselho, o terrorismo é considerado separadamente das questões relacionadas com a criminalidade organizada e, por conseguinte, não é abrangido pelo âmbito do ciclo de políticas. Continua a ser uma prioridade da Eurojust, devido ao impacto social dos casos de terrorismo e não à quantidade de casos registados.

Em 31 de janeiro, realizou-se na Eurojust uma reunião tática sobre o terrorismo do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), intitulada *Countering PKK terrorism* (Luta contra o terrorismo do PKK). Havia já sido discutido um tópico idêntico durante uma reunião tática na Eurojust, em 29 de março de 2007. Uma vez que, em 2013, estavam em curso várias investigações e ações penais relacionadas com o PKK, a reunião discutiu como combater o terrorismo do PKK de forma mais eficaz e proporcionou aos participantes a possibilidade de partilharem as suas experiências com outros profissionais.

Em 19 e 20 junho, realizaram-se na Eurojust reuniões estratégicas e táticas sobre terrorismo. A reunião estratégica foi denominada *Decisão-Quadro 2008/919/JAI do Conselho, de 28 de novembro de 2008: valor acrescentado e impacto*, e centrou-se na apresentação do relatório TÊSAT 2013, edição n.º 16, da Monitorização de Condenações por Terrorismo e no *Manual QBRNE da Eurojust*. A Eurojust apoiou ainda o estudo de avaliação do quadro jurídico aplicável ao combate do terrorismo nos Estados-Membros elaborado pela Comissão, Decisão-Quadro 2008/919/JAI do Conselho. Neste contexto, a Eurojust elaborou um projeto de relatório centrado nos processos judiciais concluídos no período 2010-2012 e nas infrações penais a que se refere o artigo 3.º da Decisão-Quadro: incitamento público, recrutamento, treino, roubo agravado, extorsão e falsificação de documentos administrativos.

A reunião tática de 20 de junho, intitulada *(Aspiring) Foreign Fighters in Syria* (Combatentes Estrangeiros na Síria), abordou a questão dos combatentes que viajaram para a Síria e que trazem para a Europa a experiência adquirida em combate, e analisou as experiências das autoridades judiciais e das autoridades responsáveis pela ação penal nos Estados-Membros. Foi elaborado um relatório com base num questionário e nas conclusões da

reunião tática, que analisa a adequação do quadro jurídico nos Estados-Membros, a resposta da política criminal a este fenómeno, o uso de sanções administrativas e o reforço do intercâmbio de informações no contexto das investigações e das ações penais. Este relatório foi também enviado ao Coordenador de Luta contra o Terrorismo da União Europeia em novembro de 2013.

A Eurojust foi ainda convidada para a reunião do Conselho JAI de 5 de dezembro de 2013, na qual foi debatido o tema *Fight against terrorism: Foreign fighters and returnees from a counter-terrorism perspective, in particular with regard to Syria* (Luta contra o terrorismo: os combatentes estrangeiros e os repatriados numa perspetiva de contraterrorismo, em particular no que respeita à Síria).

A Eurojust realizou estudos de viabilidade à luz da possível associação da Eurojust com dois Pontos Focais no âmbito do Ficheiro de Análise (AWF) da Europol sobre Contraterrorismo. Estes estudos foram enviados à Europol em fevereiro de 2013. A Europol está a recolher as respostas dos Estados-Membros, mas algumas estavam ainda em falta no final do ano. A Eurojust produziu novamente três edições da Monitorização de Condenações por Terrorismo e colaborou ainda no volume editado da série de documentos de trabalho do «Centre for the Law of UE External Relations» (Centro de Direito das Relações Externas da UE). Desde julho de 2009, a Eurojust tem sido um observador do Grupo de Ação Financeira (GAFI), tendo participado nas suas reuniões plenárias de junho e outubro.

O **Manual QBRNE da Eurojust** fornece aos profissionais da UE apoio jurídico especializado em vários setores para investigações e ações penais relacionadas com crimes transnacionais de natureza «química, biológica, radiológica, nuclear e explosiva» (QBRNE), bem como uma descrição da legislação de base administrativa e penal europeia e internacional aplicável às substâncias CBRE, incluindo os resíduos. O Manual QBRNE da Eurojust é atualizado anualmente e partilhado com os intervenientes externos pertinentes.

A **Monitorização de Condenações por Terrorismo (TCM)** é um relatório interno baseado em informações de acesso livre e contém dados fornecidos pelas autoridades nacionais na aplicação da Decisão 2005/671/JAI do Conselho. Fornece uma perspetiva das condenações e absolvições na União Europeia, bem como informações analíticas e estatísticas. A primeira edição trimestral deste documento público foi publicada em 2008.

O **Grupo de Ação Financeira (GAFI)** é um organismo intergovernamental estratégico criado em 1989, responsável pela elaboração de políticas. Os seus objetivos consistem em definir normas e promover a aplicação eficaz de medidas jurídicas, regulamentares e operacionais para combater o branqueamento de capitais e o terrorismo financeiro. O GAFI elaborou as *40+9 Recomendações*, reconhecidas como normas internacionais, e promove a sua adoção e aplicação a nível global

3.1.9. Grupos de criminalidade organizada itinerantes

Estatísticas da criminalidade	2012	2013
Número de casos registados	231	257
Número de reuniões de coordenação	43	66
Número de EIC	5	8

À semelhança do branqueamento de capitais, o envolvimento de grupos de criminalidade organizada itinerantes é uma categoria transversal e surge estreitamente ligado a outras prioridades da Eurojust em matéria de criminalidade, em particular o tráfico de droga, o branqueamento de capitais e a fraude. O número de casos aumentou e o número de reuniões de coordenação quase duplicou. Os principais Estados-Membros requerentes foram a França, a Roménia e a Itália. Os Estados-Membros mais requeridos foram a Itália, a Espanha e os Países Baixos.

Os grupos de criminalidade organizada itinerantes foram uma prioridade do Conselho para o período de 2011-2013 e, nesse sentido, a Eurojust contribuiu ativamente para o projeto EMPACT associado. Em particular, os objetivos estratégicos para o período de 2011-2013 refletiram a importância de promover ações penais contra os GCOI, bem como investigações financeiras com vista à apreensão e perda do produto dos seus crimes. A Eurojust participou numa reunião do EMPACT sobre GCOI realizada em junho, na qual o representante da Eurojust fez uma apresentação sobre a cooperação judiciária em matéria de investigação e ação penal contra grupos de criminalidade organizada itinerantes. Nessa apresentação, foram abordados desafios comuns relacionados com os GCOI e apresentados exemplos de cooperação judiciária em casos relacionados com estes grupos. A apresentação incluía ainda uma descrição do tratamento de casos relacionados com GCOI pela Eurojust e a utilização de EIC.

Exemplo de caso de grupo de criminalidade organizada

Uma das maiores e demoradas investigações conjuntas realizadas na região do Báltico (abril de 2009 a abril de 2012) resultou no desmantelamento de um GCO especializado no furto de automóveis de luxo. Proveniente e a operar a partir da Lituânia, o GCO furtou 99 automóveis de luxo, 56 na Estónia e 43 na Letónia. A Eurojust e a Europol atuaram como facilitadores durante a investigação.

No âmbito do Programa de Financiamento das EIC, foi criada uma EIC na Eurojust com as autoridades estónias, letãs e lituanas. Além do fi-

nanciamento, a Eurojust prestou apoio de coordenação judiciária à EIC.

Em outubro de 2013, o desempenho da EIC, os resultados do processo judicial e a experiência obtida foram avaliados pelas três autoridades nacionais durante uma reunião de coordenação realizada na Eurojust. O responsável da EIC estónia descreve a operação como um enorme sucesso, que resultou na aquisição de uma experiência valiosa e na obtenção de soluções em termos de cooperação internacional. Os resultados a nível judicial da ação penal resultaram em 11 decisões judiciais e 25 condenações. Além disso, foi atribuída uma compensação de cerca de 550 000 euros às vítimas. Por último, a ação da polícia interrompeu as operações criminais de quatro GCO associados, compostos por ladrões lituanos a operar na Estónia e na Letónia.

Exemplo de caso de grupo de criminalidade organizada

Em abril, a Lituânia abriu um caso que tinha como alvo um GCO envolvido no furto internacional de veículos. O GCO operava a partir da Lituânia e era suspeito do furto de automóveis e camiões de luxo na Suécia, Alemanha, Bélgica e França e do seu envio para a Lituânia. A Eurojust apoiou o caso, acolhendo uma reunião de Nível II e uma reunião de coordenação. A Europol apresentou dados analíticos que foram utilizados na reunião de coordenação para o planeamento de outras ações. Os dados analíticos incluíam, *inter alia*, análises da forma como o caso foi iniciado, da estrutura da rede criminosa e da forma como os roubos eram organizados. A reunião de coordenação deu origem a um acordo entre os países participantes de que a França assumiria os processos judiciais logo que fosse emitido um mandado de detenção europeu. A Lituânia assumiu a execução dos pedidos de auxílio judiciário mútuo da França e da Suécia e comprometeu-se a reunir o maior número de provas possível.

A Eurojust contribuiu para outras iniciativas no âmbito deste projeto EMPACT. Participou numa conferência sobre furto de metais, realizada em abril, organizada no âmbito do projeto EMPACT. Contribuiu também para um seminário sobre investigações financeiras relacionadas com GCOI, realizado em outubro de 2013.

Os GCOI foram novamente identificados como uma prioridade para o período 2014-2017, mas desta vez com uma incidência especial na criminalidade organizada contra o património. Os novos objetivos estratégicos para 2014-2017 aprovados na reunião do Plano Estratégico Plurianual, em junho, refletem a necessidade do envolvimento da Eurojust para apoiar a transição das atividades de informação policial para a acusação formal.

Seminário sobre fraude transnacional no domínio dos impostos especiais de consumo: ameaças emergentes na União Europeia

Em 14 e 15 de novembro, a Eurojust e a Presidência Lituaniana da UE organizaram conjuntamente um seminário estratégico intitulado *Cross-border excise fraud: emerging threats in the European Union* (Fraude transnacional no domínio dos impostos especiais de consumo: ameaças emergentes na União Europeia). O seminário juntou agentes dos departamentos de operações e de política fiscal e aduaneira dos Estados-Membros, procuradores, juízes e representantes de instituições e agências da UE com vista ao intercâmbio de opiniões sobre a dimensão do problema, bem como sobre possíveis soluções e boas práticas. Os participantes discutiram casos complexos de fraude no domínio dos impostos especiais de consumo que envolviam cigarros, álcool e combustíveis e demonstraram que este tipo de criminalidade gera perdas de milhões de euros em receitas fiscais sobre produtos de tabaco, álcool e produtos energéticos para cada Estado-Membro.

Discutiram também a natureza complexa e em evolução contínua dos esquemas de fraude no domínio dos impostos especiais de consumo, através dos quais os grupos de criminalidade organizada exploram as diferenças e as debilidades da legislação europeia e nacional em matéria fiscal, aduaneira e de recuperação de ativos. Na ausência de maior harmonização legislativa, os participantes identificaram um conjunto de boas práticas que pode facilitar a cooperação entre as autoridades nos Estados-Membros, incluindo a utilização de Pontos Focais dedicados na Europol para coligir e analisar informações, a assistência do OLAF na criação de operações aduaneiras conjuntas e o intercâmbio de informações através de reuniões de coordenação e das EIC criadas com o apoio da Eurojust.

A fim de combater eficazmente a fraude transnacional no domínio dos impostos especiais de consumo, é necessária uma abordagem multidisciplinar que envolva o reforço da cooperação entre as instituições e agências da UE e as autoridades fiscais, aduaneiras, policiais e judiciárias no terreno nos Estados-Membros. Uma vez que a fraude no domínio dos impostos especiais de consumo foi identificada como uma das prioridades da UE na luta contra a criminalidade organizada grave no Ciclo de Política para 2014-2017 da UE, este seminário poderá servir de base para a adoção de outras medidas neste domínio.

As conclusões do seminário estratégico serão enviadas aos grupos de trabalho do Conselho e, no início de 2014, será publicada uma edição do boletim *Eurojust News* sobre fraude comunitária de operadores fictícios.

3.2. Assistência da Eurojust noutros domínios da atividade criminosa

3.2.1. Infrações penais lesivas dos interesses financeiros da UE (infrações PIF)

Estatísticas da criminalidade	2012	2013
Número de casos registados	27	31
Número de reuniões de coordenação	5	8
Número de EIC	1	1

O número de casos permaneceu estável em 2013, em comparação com o ano anterior. Conforme descrito anteriormente, as infrações PIF agrupam três tipos de criminalidade, os quais só muito raramente surgem como infrações autónomas, estando normalmente associados a fraude, criminalidade organizada e falsificação de documentos administrativos. Malta e Croácia foram os Estados-Membros que abriram mais casos (quatro cada); Itália e Bélgica foram os Estados-Membros mais requeridos (cinco casos cada).

As infrações PIF são uma nova área prioritária da Eurojust em matéria de criminalidade. Contudo, os casos

relativos a infrações que são indicados internamente na Eurojust como crimes PIF foram tratados anteriormente pela Eurojust.

Em maio, a Eurojust efetuou uma apresentação sobre a proteção do euro e outras moedas na *Euro North East IV - Meeting of European Currency Counterfeiting Experts* (Euro North East IV - Reunião de Peritos em Contrafação de Moedas Europeias) em Riga, na Letónia. A apresentação centrou-se na proposta de Diretiva relativa à proteção penal do euro e outras moedas contra a contrafação e que substitui a Decisão-Quadro 2000/383/JAI do Conselho.

Em setembro, a Eurojust participou ainda no Seminário Pericles, realizado no organismo central de luta contra a fraude de meios de pagamento (Central Means of Payment Anti-Fraud Office), em Rabat, Marrocos. Os participantes discutiram a *Estratégia comunitária para a proteção do euro na zona do Mediterrâneo* e sublinharam a importância do intercâmbio de experiências e conhecimentos entre os Estados-Membros e os países do Mediterrâneo e de África, bem como da identificação dos fatores que impedem ou dificultam uma cooperação policial e jurídica eficaz em investigações transnacionais.

Exemplo de caso de infrações penais lesivas dos interesses financeiros da UE

Em fevereiro de 2010, as autoridades francesas apreenderam sete toneladas de cigarros de contrafação no armazém de uma empresa na Normandia. A análise de uma amostra dos cigarros mostrou que aparentavam semelhanças com cigarros apreendidos na Hungria, Polónia e Ucrânia em 2009 e 2010. Em resultado da investigação francesa, foram divulgados os nomes das empresas envolvidas na contrafação de cigarros e foi estabelecida uma possível ligação ao Reino Unido e à Alemanha. Na sequência da detenção de determinados suspeitos, foi revelada a existência de um GCO ucraniano a operar próximo de vários Estados-Membros vizinhos. Foi identificada uma rota comercial fictícia criada para ocultar o contrabando e importação organizados de cigarros de contrafação entre a Ucrânia e o Reino Unido. Foi detetada a existência de pessoas e empresas na República Checa, Alemanha, Hungria, Itália e República Eslovaca ligadas a atividades de contrabando.

A Eurojust foi solicitada a facilitar a coordenação das investigações nos Estados-Membros envolvidos e a execução de vários pedidos de auxílio judiciário mútuo. A primeira reunião de coordenação teve lugar em maio de 2011, tendo sido discutidos a execução de pedidos de auxílio judiciário mútuo já emitidos e as futuras etapas da coordenação. Na sequência da detenção do principal suspeito, foi criado um centro de coordenação liderado pela Representação Francesa. Durante a operação conjunta, foram detidos mais seis suspeitos e foram realizadas várias buscas domiciliárias ou a empresas em simultâneo na Alemanha, Itália, República Checa e República Eslovaca. Em novembro de 2011, realizou-se a segunda reunião de coordenação para avaliar a extensão da execução dos pedidos de auxílio judiciário mútuo. Na terceira reunião de coordenação, que teve lugar em junho de 2012, foram discutidas as necessidades restantes em matéria de cooperação. No dia seguinte, as autoridades francesas realizaram uma reunião de coordenação bilateral com a Ucrânia, na qual a Ucrânia assegurou

a possibilidade de congelamento dos bens do principal suspeito antes do julgamento.

Através do processamento de dados no seu Sistema de Gestão de Casos, a Eurojust estabeleceu uma ligação com outro caso francês de que as autoridades nacionais não tinham ainda conhecimento. A Europol também ofereceu apoio operacional neste caso. O êxito da coordenação da investigação resultou na condenação de 11 suspeitos em agosto de 2013. O líder do grupo foi condenado a 10 anos de prisão. Além disso, foi congelado e apreendido um número significativo de bens em França, na República Checa e na Ucrânia, e o tribunal anunciou uma multa aduaneira de cerca de dois milhões de euros, a ser paga conjuntamente por cinco suspeitos. O principal suspeito interpôs recurso da decisão proferida pelo Tribunal de Rennes. Esse caso estava pendente em 2013.

3.2.2. Criminalidade ambiental

Estatísticas da criminalidade	2012	2013
Número de casos registados	3	8
Número de reuniões de coordenação	-	-
Número de EIC	-	-

A criminalidade ambiental tem uma expressão modesta nos casos da Eurojust. Embora o número de casos tenha aumentado consideravelmente em 2012, permanece baixo. Os casos de crimes contra o ambiente e o tráfico ilícito de espécies animais ameaçadas de extinção foram classificados neste tipo de criminalidade, dada a sua natureza similar. Os casos foram registados pela Bulgária, Hungria, Países Baixos, Portugal, Suécia e Eslovénia.

A SOCTA 2013 identificou a criminalidade ambiental como uma ameaça emergente na União Europeia. A criminalidade ambiental tem frequentemente uma dimensão transnacional e pode ser organizada e grave, contudo, apesar da sua crescente importância para a União Europeia, as estatísticas mostram que, normalmente, esses casos não conduzem a ações penais ou condenações nos Estados-Membros.

A Eurojust lançou um projeto estratégico sobre criminalidade ambiental na primavera de 2013. O projeto irá avaliar o estado da cooperação judiciária no domínio da criminalidade ambiental e as necessidades

dos profissionais neste domínio específico, identificar obstáculos à repressão da criminalidade ambiental e identificar boas práticas e soluções para melhorar o uso eficaz dos instrumentos jurídicos existentes.

No âmbito do projeto estratégico, foi enviado aos Estados-Membros, aos Estados Unidos e à Noruega um questionário sobre obstáculos à repressão da criminalidade ambiental, em particular o tráfico ilícito de resíduos e espécies ameaçadas de extinção. Com base em 27 respostas, foi realizada uma análise rigorosa do progresso na Europa.

Exemplo de caso de criminalidade ambiental

Um GCO a operar na Suécia, Reino Unido e Finlândia era suspeito de ter comercializado ilegalmente ovos de aves selvagens em grande escala. Foram encontrados mais de 200 ovos de aves selvagens na residência de uma das pessoas acusadas. No Reino Unido, uma pessoa foi acusada de várias infrações: compra de ovos, venda e oferta de ovos para venda e posse de ovos de aves em violação da legislação nacional do Reino Unido sobre a vida selvagem. Esta pessoa confessou-se culpada e foi sentenciada a 220 horas de serviço comunitário por comércio ilegal de ovos de aves selvagens e raras.

Na Suécia, foi emitida uma pronúncia por crimes de caça, recetação de produtos de caça e crimes contra a proteção de espécies ameaçadas de extinção. As atividades criminosas terão sido perpetradas entre 2003 e 2010. Muitos dos ovos recolhidos e comercializados ilegalmente estão protegidos ao abrigo da legislação europeia que aplica a Convenção sobre o comércio internacional das espécies da fauna e da flora selvagens ameaçadas de extinção (Convenção CITES) no Direito da União Europeia (Regulamento (CE) n.º 338/97 do Conselho, de 9 de dezembro de 1996, relativo à proteção de espécies da fauna e da flora selvagens através do controlo do seu comércio).

A Eurojust desempenhou um papel fundamental no caso, através da assistência na criação de uma EIC entre a Finlândia e a Suécia e da participação na mesma, bem como da prestação de apoio financeiro crucial. Além da sua função de coordenação, onde facilitou a comunicação de informações sensíveis, o financiamento da EIC pela Eurojust forneceu um claro valor acrescentado ao permitir a inclusão de um perito externo (um ornitólogo) na investigação.

Para uma melhor coordenação de procedimentos penais contra crimes ambientais na UE:

o papel da Eurojust

Em 27 e 28 de novembro de 2013, realizou-se na Eurojust uma reunião estratégica intitulada *Towards an enhanced coordination of environmental crime prosecutions across the EU: The role of Eurojust* (Para uma melhor coordenação de procedimentos penais contra crimes ambientais na UE: o papel da Eurojust), organizado conjuntamente com a Rede Europeia de Magistrados para o Ambiente. O potencial valor acrescentado da Eurojust foi notado nos seguintes domínios: facilitação e coordenação de pedidos de auxílio judiciário mútuo, recolha e partilha de boas práticas, sensibilização para a criminalidade ambiental e facilitação da cooperação judiciária com Estados terceiros. A coordenação de investigações e ações penais deve ser efetuada com maior regularidade através do envolvimento da Eurojust numa fase inicial.

A reunião estratégica deu seguimento ao questionário da Eurojust destinado aos profissionais, que abordava questões a nível nacional relacionadas com a investigação e procedimento penal em matéria de criminalidade ambiental, tráfico ilegal de resíduos e tráfico de espécies ameaçadas de extinção. No início de 2014, será enviado ao Secretariado do Conselho um relatório contendo, *inter alia*, uma síntese das conclusões da reunião estratégica. Em dezembro, foi publicada uma edição do boletim *Eurojust News* sobre o tema, a qual está disponível no sítio Web da Eurojust.

Com base nos problemas identificados e na experiência adquirida, o projeto estratégico continuará, em 2014, a estudar possíveis recomendações para as partes pertinentes interessadas.

3.2.3. Pirataria marítima

Desde 2009, a Eurojust tem acolhido reuniões de coordenação regulares dedicadas ao fenómeno da pirataria marítima e suas consequências para os Estados-Membros afetados. Em apoio destas reuniões de coordenação, que fornecem uma plataforma para os profissionais envolvidos em investigações e procedimentos penais em curso, o projeto desenvolveu uma *Monitorização Judicial da Pirataria Marítima*, iniciada pela Eurojust em 2012 e culminada em setembro de 2013 com a publicação da primeira edição da MPJM. A MPJM foi criada com o objetivo de promover o intercâmbio de informações entre os magistrados encarregues de casos de pirataria marítima.

Construída maioritariamente a partir de informações solicitadas e prestadas pelas autoridades nacionais através das Representações Nacionais, a MPJM está dividida em

seis capítulos. Os três primeiros capítulos contêm o quadro jurídico em matéria de pirataria marítima, as lições retiradas e uma análise das decisões judiciais.

A MPJM foi apresentada aos participantes na reunião de coordenação sobre o caso operacional relacionado com pirataria marítima que decorreu em 12 setembro. A MPJM será atualizada de 18 em 18 meses.

3.2.4. Ponto de Contacto da Eurojust para a Proteção das Crianças

Na sequência de uma reunião informal dos Ministros JAI em 2007, durante a qual a proteção das crianças foi um dos principais temas de discussão, a Eurojust nomeou um membro nacional como Ponto de Contacto para a Proteção das Crianças em matérias como crianças desaparecidas, abuso sexual de crianças, tráfico de crianças e abuso de crianças.

O Ponto de Contacto para a Proteção das Crianças coopera com a Coligação Financeira Europeia contra a exploração sexual de crianças na Internet (EFC) e a Aliança mundial contra o abuso sexual de crianças na Internet e tem contactos estreitos com as autoridades nacionais dos EUA, através do grupo de trabalho UE-EUA para a proteção das crianças.

Nos casos da Eurojust, os tipos de criminalidade mais comuns que visam crianças foram o abuso sexual, o tráfico de seres humanos e as imagens de abuso de crianças. Em 2013, a Eurojust tratou 40 casos de infrações penais contra crianças, incluindo dois casos registados pela Noruega. Desde 2004, a Eurojust registou 235 casos que envolveram vítimas infantis. Além disso, a Eurojust esteve envolvida numa EIC relativa a crimes contra crianças e organizou três reuniões de coordenação.

As Conclusões do Conselho que fixam as prioridades da União Europeia em matéria de luta contra a criminalidade organizada grave entre 2014 e 2017 identificaram como prioritária a necessidade de combater os crimes cibernéticos que causam danos graves às vítimas, como a exploração sexual de crianças em linha. Neste contexto, foi iniciado em 2013 um estudo sobre a aplicação de disposições específicas da Convenção do Conselho da Europa para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e os Abusos Sexuais nos Estados-Membros. O estudo articula-se com as atividades de controlo do Conselho da Europa e é particularmente oportuno, dado que o prazo para a aplicação do principal instrumento da UE neste domínio, a Diretiva 2011/92/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à luta contra o abuso sexual e a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil, termina em 18 de dezembro de 2013. O estudo incide na utilização de operações secretas, nas proteções de natureza processual disponibilizadas às vítimas e nas sanções impostas em cada Estado-Membro para os crimes relacionados com a produção e divulgação de imagens de abuso sexual de crianças na Internet.

3.3. Relações da Eurojust

3.3.1. Relações com Estados terceiros e organizações fora da União Europeia

Acordos de cooperação Em 2013, a Eurojust celebrou um acordo de cooperação com o Principado do Listens-taine que entrou em vigor em 19 de novembro. Em dezembro, a Eurojust enviou ao Conselho para aprovação o projeto de acordo de cooperação entre a República da Moldávia e a Eurojust.

Magistrados de Ligação na Eurojust A presença de Magistrados de Ligação na Eurojust acelera e facilita a cooperação judiciária entre as autoridades competentes dos Estados-Membros e Estados terceiros, quer ao ajudar a estabelecer contacto direto quer a servir de elemento de ligação entre as autoridades nacionais. A Eurojust teve três Magistrados de Ligação destacados de três Estados terceiros (Croácia, Noruega e EUA). Antes da adesão da Croácia, o Magistrado de Ligação da Croácia registou quatro casos na Eurojust. O Magistrado de Ligação da Noruega registou 51 casos, relacionados principalmente com tráfico de droga e atentados contra a vida, a integridade física e a liberdade individual.

Tratamento de casos envolvendo Estados terceiros

A Eurojust prestou assistência em 249 ocasiões em que estiveram envolvidos Estados terceiros. A burla e fraude, o branqueamento de capitais e outras infrações penais conexas, o tráfico de droga e casos relacionados com grupos de criminalidade organizada foram os principais tipos de criminalidade presentes nestes casos. Os Estados terceiros mais frequentemente envolvidos foram a Suíça (48 ocasiões), a Noruega (33), os EUA (23) e a Croácia (21), seguidos pela Sérvia (15) e pela Turquia (12). Os Estados terceiros estiveram representados em 47 reuniões de coordenação. Os Estados terceiros mais frequentemente envolvidos em reuniões de coordenação foram a Suíça (15), a Noruega (12), os EUA (9) e a Croácia (6).

As autoridades competentes dos Estados-Membros solicitam frequentemente a assistência da Eurojust para facilitar a execução de pedidos de auxílio judiciário mútuo e identificar as informações de contacto das autoridades competentes de Estados terceiros. As barreiras linguísticas e a morosa execução dos pedidos de auxílio judiciário mútuo em Estados terceiros criavam dificuldades à cooperação judiciária.

Os pontos de contacto da Eurojust nos Estados terceiros

Geórgia e Taiwan foram adicionados à rede de pontos de contacto da Eurojust em Estados terceiros. A Eurojust continuou a apoiar iniciativas em curso nos Balcãs Ocidentais, incluindo o projeto da Comissão denominado *Luta contra a criminalidade organizada e a corrupção: reforço da rede de procuradores*. A assistência prestada pelos pontos de contacto da Eurojust nos Esta-

dos terceiros foi considerada útil e eficaz, em particular os pontos de contacto dos Balcãs Ocidentais.

Em dezembro, a Eurojust realizou várias apresentações num workshop organizado pelo Ministro do Interior da Eslovénia sobre a utilização das EIC para combater o tráfico de seres humanos nos Balcãs Ocidentais a nível local. As apresentações abrangeram a base jurídica nacional e internacional para a utilização das EIC, o papel da Eurojust na formação e funcionamento das EIC e a experiência da Eurojust com casos de tráfico de seres humanos para os quais foi criada uma EIC.

O Memorando de Entendimento com a IberRed facilitou a cooperação com os países da América Latina. As Representações Espanhola e Portuguesa na Eurojust desempenharam um papel ativo como canais para o tratamento dos casos da Eurojust. Nos casos em que os Estados-Membros colocaram funcionários em Estados terceiros, a Eurojust identificou esse recurso como útil para o desenvolvimento dos casos.

A Eurojust participou na reunião ministerial JAI de 7 e 8 de outubro sobre cooperação com os países da Parceria Oriental, nomeadamente a Arménia, o Azerbaijão, a Bielorrússia, a República da Moldávia e a Ucrânia, e apresentou os problemas jurídicos no domínio da cooperação judiciária, as dificuldades práticas e as boas práticas com base nos casos da Eurojust.

A Eurojust acolheu ainda uma visita de estudo de profissionais de justiça penal da Moldávia, organizada pela UNODC, em outubro. A visita de estudo estava relacionada com o projeto sobre a resposta da justiça penal ao tráfico de seres humanos que a UNODC está a implementar na Moldávia. A visita aos Países Baixos centrou-se na perspetiva das instituições de justiça penal da União Europeia sobre a cibercriminalidade, as investigações pró-ativas e as EIC na luta contra o tráfico de seres humanos.

3.3.2. Cooperação com a Europol e o OLAF

Europol

Nos termos do Acordo celebrado em 2009 entre a Eurojust e a Europol com vista ao reforço da cooperação e ao intercâmbio de informações, foram envidados mais esforços para reforçar a cooperação estratégica e operacional. A importância da parceria com a Europol está refletida na referência no Tratado de Lisboa ao facto de a função coordenadora da Eurojust se basear em «informações transmitidas pelas autoridades dos Estados-Membros e pela Europol» e é comprovada pelos casos da Eurojust. Anualmente, é enviado ao Conselho e à Comissão um relatório conjunto sobre a cooperação entre a Eurojust e a Europol; o relatório de 2012 foi enviado em abril de 2013.

Cooperação operacional O tratamento de casos pela Eurojust beneficiou da participação da Europol em 53 casos e 75 reuniões de coordenação da Eurojust durante o ano de 2013. A vantagem do intercâmbio precoce de informações é clara na cooperação com a Europol relativa ao tratamento de casos.

A Eurojust contribuiu para os relatórios SOCTA e TE-SAT. Além disso, em julho, organizou uma reunião entre os gestores de projeto e atividades dos pontos focais da Europol e o representante da Eurojust para os pontos focais com vista à partilha de experiências e à discussão da cooperação na prática. A Eurojust estabeleceu três novas associações com os pontos focais no âmbito do Ficheiro de Análise sobre criminalidade organizada grave e contraterrorismo, além das 17 associações já estabelecidas.

Centro Europeu da Cibercriminalidade (EC3) As atividades operacionais do EC3 tiveram início em 1 de janeiro de 2013 e, em conformidade com a Comunicação da Comissão de 28 de março de 2012, intitulada *Luta contra a criminalidade na era digital: criação de um Centro Europeu da Cibercriminalidade*, a Eurojust apoiou as atividades do EC3 através da nomeação de um membro nacional para o Conselho de Administração e a colocação temporária de um funcionário no EC3, a fim de facilitar o intercâmbio imediato de informações e o apoio da Eurojust às investigações que necessitam de acompanhamento pelas autoridades judiciais.

Cooperação estratégica Foram realizadas reuniões regulares a nível de trabalho e de gestão com vista a reforçar a cooperação entre as organizações. Além disso, as duas organizações envolveram-se mutuamente noutros eventos, nomeadamente em seminários estratégicos da Eurojust e em reuniões dos Chefes de Unidades Nacionais da Europol. Os programas de intercâmbio de funcionários prosseguiram, com resultados positivos. Estes funcionários estão colocados reciprocamente na Eurojust e na Europol, reforçando o conhecimento dos serviços e o funcionamento das duas organizações.

OLAF

Com vista a reforçar a luta contra a fraude, a corrupção e outros crimes lesivos dos interesses financeiros da União Europeia, foi assinado em 2008 o Acordo Prático sobre as modalidades de cooperação entre a Eurojust e o OLAF.

Cooperação operacional Em 2013, a Eurojust e o OLAF trabalharam em conjunto em quatro casos: dois transitaram de anos anteriores e a Eurojust registou dois novos casos com o envolvimento do OLAF, que participou ainda numa reunião de coordenação. O tratamento de casos pela Eurojust demonstra que a participação conjunta da Eurojust e do OLAF nas reuniões de coordenação permitiu uma melhor deteção de ligações a casos noutros Estados-Membros e a obtenção de conhecimentos mais aprofundados dos complexos crimes PIF transnacionais. Com frequência, os casos PIF «Um Estado-

Exemplos de caso de cibercriminalidade

Num caso relacionado com o furto ou «clonagem» de informações de cartão de crédito, foi assinado um acordo para uma EIC em abril de 2013, financiada pela Eurojust. A Europol organizou uma reunião operacional a que se seguiu, no dia seguinte, uma reunião de coordenação na Eurojust. O primeiro dia da reunião operacional na Europol teve como objetivo a divulgação e o intercâmbio de informações. No segundo dia, os objetivos operacionais, as investigações e as ações penais foram coordenadas na Eurojust. A Eurojust trabalhou com o ponto focal «TERMINAL» (especializado em fraude com cartões de crédito) da Europol. Este caso é um exemplo de boas práticas em que a cooperação entre as duas organizações foi excelente e se estabeleceu uma confiança mútua.

Outro caso dizia respeito a um dos maiores ataques cibernéticos conhecidos realizados até à data. Os ataques foram direcionados a um serviço de prevenção contra spam e a uma empresa de segurança da Internet. A enorme escala dos ataques provocou a interrupção do serviço de Internet para milhões de utilizadores em todo o mundo. A rápida detenção de um suspeito e uma busca domiciliária foram possíveis devido aos esforços de coordenação da Eurojust e também à cooperação rápida e eficaz com o Gabinete de Ligação em causa na Europol.

Membro» (Decisão Eurojust, artigo 3.º, n.º 3) revelaram-se, após um escrutínio mais rigoroso, casos PIF «vários Estados-Membros (Decisão Eurojust, artigo 3.º, n.º 1). Assim, foi envolvido um número muito maior de Estados-Membros do que originalmente previsto.

O envolvimento da Eurojust e/ou do OLAF num caso PIF está sujeito a avaliação caso a caso e exige uma análise cuidadosa de vários parâmetros, nomeadamente o valor acrescentado do seu envolvimento no caso em questão e o possível impacto na investigação em curso. A boa comunicação entre a Eurojust, o OLAF e as autoridades nacionais é essencial para explicar e compreender o não envolvimento da Eurojust ou do OLAF em casos em que a sua participação pode, à partida, parecer relevante.

Cooperação estratégica As reuniões regulares das equipas de ligação prosseguiram em 2013, com especial ênfase na forma de criar mais casos conjuntos e reforçar a cooperação. A Eurojust acolheu a primeira sessão de

formação para investigadores do OLAF em dezembro. Estão previstas outras ações para estabelecer orientações e critérios de cooperação, incluindo o intercâmbio de resumos de casos.

3.4. Desafios e boas práticas no tratamento de casos

Questões gerais Os casos da Eurojust são diversificados, sendo difícil destacar mesmo um número reduzido de denominadores comuns significativos. A maioria dos casos está relacionada com pedidos de assistência jurídica efetuados por autoridades judiciais e penais na União Europeia, na sua maior parte regidos pela Convenção do Conselho da Europa relativa ao Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal de 1959 e pela Convenção Europeia relativa ao Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal entre os Estados-Membros e a União Europeia de 2000 (Convenções MLA). Outras tarefas importantes estão relacionadas com a execução de mandados de detenção europeus pelas autoridades competentes dos Estados-Membros. As atividades e as questões relacionadas com tipos de criminalidade específicos, reuniões de coordenação, centros de coordenação e equipas de investigação conjuntas são explicadas noutra secção; por conseguinte, a presente secção aborda questões gerais relacionadas com o auxílio judiciário mútuo e os mandados de detenção europeus. Tendo em conta esta abordagem geral, vários casos demonstram as dificuldades relacionadas com o estabelecimento de uma comunicação adequada e eficaz entre as autoridades nacionais envolvidas. Esta questão é e sempre foi vital para a Eurojust, e a intervenção da Eurojust é extremamente importante. Equívocos e a falta de conhecimento dos sistemas jurídicos de outros países, bem como das suas regras e estruturas, criam dificuldades que a Eurojust ajuda a ultrapassar. O auxílio judiciário mútuo e os mandados de detenção europeus ainda não fazem parte do quotidiano de um grande número de juízes e procuradores na Europa.

A Eurojust pode ajudar em todos os aspetos do auxílio judiciário mútuo. As Representações Nacionais conhecem as especificidades dos seus sistemas nacionais e dispõem de sólidas redes nacionais para apoio. Podem prestar aconselhamento sobre a elaboração de pedidos de auxílio judiciário mútuo, explicar como interpretar a Convenção MLA à luz do direito nacional e ajudar a acelerar pedidos específicos de auxílio judiciário mútuo. A importância de saber se um pedido foi processado e de conhecer o prazo para a sua execução não deve ser subestimada. A Eurojust provou ser um importante canal de comunicação nos casos em que o contacto direto entre as autoridades judiciais nacionais (o procedimento normal nos casos de auxílio judiciário mútuo) não funcionou. Nas suas intervenções, a Eurojust insistiu na importância de uma boa comunicação. A facilitação pela Eurojust de consulta prévia e proativa entre as au-

toridades judiciais requerentes e requeridas resolve problemas de natureza jurídica e prática de forma mais célere e eficiente. O acompanhamento da execução do auxílio judiciário mútuo pode ser decisivo para o sucesso da cooperação.

A Eurojust também assiste as autoridades nacionais na resolução de dificuldades decorrentes da falta de harmonização das normas nacionais, por exemplo, em matéria de vigilância eletrónica e medidas de investigação especiais. As normas processuais continuam bastante diferentes em toda a Europa e as medidas que são permitidas podem variar consideravelmente. As provas recolhidas de outro sistema jurídico devem ser válidas perante os tribunais do Estado-Membro requerente.

No que respeita ao artigo 7.º, n.º 3, da Decisão Eurojust, o Colégio da Eurojust teve a possibilidade de, num caso específico, interpretar a expressão «recusas ou dificuldades recorrentes relacionadas com a execução de pedidos de cooperação judiciária e de decisões nesta matéria». O Colégio não considerou que a situação específica no caso fosse abrangida por esta expressão. A experiência da Eurojust mostra assim que existem dificuldades em determinar se estas «recusas ou dificuldades recorrentes» se referem a i) um pedido, ii) mais do que um pedido ou iii) se esta avaliação deve ser realizada caso a caso, independentemente do número de pedidos. Por conseguinte, a Eurojust sugerirá que a redação desta disposição seja clarificada no novo Regulamento relativo à Eurojust.

Mandados de Detenção Europeus Em 2013, foram registados na Eurojust 217 casos relativos à execução de mandados de detenção europeus (MDE). A Representação Polaca formulou o maior número de pedidos de ajuda em relação à execução de MDE, seguida das Representações Austríaca, Belga e Búlgara. A Representação Italiana recebeu o maior número de pedidos de execução de MDE, seguida das Representações Espanhola e Britânica.

A Eurojust assistiu as autoridades competentes dos Estados-Membros na rápida execução dos MDE, por exemplo, assegurando que a execução não pudesse ser recusada, nos termos do artigo 4.º, n.º 2, da Decisão-quadro 2002/584/JAI relativa ao mandado de detenção europeu, devido a conflitos de jurisdição. Por exemplo, num caso de tráfico de droga investigado pelas autoridades de dois Estados-Membros, poderá dar-se o caso de serem detidos suspeitos num dos Estados-Membros

e as autoridades do outro Estado-Membro pretendem emitir mandados de detenção europeus para os mesmos suspeitos. A Eurojust pode ajudar a resolver eventuais conflitos de jurisdição antes dos MDE serem executados, reunindo os Estados-Membros para decidir qual o Estado-Membro melhor posicionado para interpor ações.

Em 2013, foram abertos seis casos na Eurojust na sequência da emissão de MDE concorrentes, nos termos do artigo 16.º da Decisão-quadro relativa ao mandado de detenção europeu. Todos estes casos foram encerrados com sucesso após a aplicação das orientações da Eurojust adotadas em 2011 e intituladas *Diretrizes relativas aos procedimentos internos sobre a emissão de parecer pela Eurojust em caso de mandados de detenção europeus concorrentes*. O papel da Eurojust nestes casos também incluiu o fornecimento de informações sobre normas jurídicas e processuais em vigor noutros Estados-Membros e a recomendação da utilização de instrumentos de cooperação judiciária alternativos nos casos adequados, tais como a entrega temporária da pessoa procurada ou a emissão de um pedido de MDE para permitir a recolha de testemunhos ou a audição de testemunhas por videoconferência.

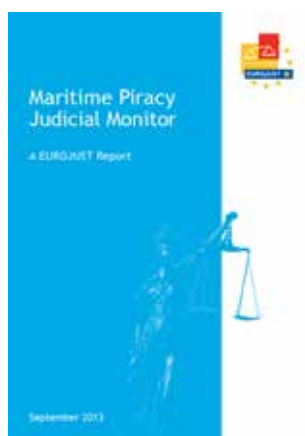
Um dos principais problemas práticos enfrentados pelas autoridades nacionais refere-se aos requisitos linguísticos do MDE. O artigo 8.º, n.º 2, da Decisão-quadro relativa ao mandado de detenção europeu prevê que os MDE sejam traduzidos na língua do Estado-Membro de execução. O tratamento de casos da Eurojust mostra vários níveis de dificuldades na compreensão dos docu-

mentos traduzidos, bem como problemas no financiamento dos custos para assegurar a tradução atempada dos MDE antes de serem emitidos.

Decisões de apreensão, perda e recuperação de ativos Apesar das decisões-quadro adotadas neste domínio, as legislações e as normas processuais nacionais relativas às decisões de apreensão, perda e recuperação de ativos variam significativamente entre os Estados-Membros. Estas diferenças podem tornar muito problemática a obtenção de condenações nestes casos, porque, na prática, a maioria dos Estados-Membros não pode executar pedidos de auxílio judiciário mútuo para identificar e apreender o produto do crime ou reconhecer as decisões de perda emitidas por tribunais de outros Estados-Membros se as regras em vigor diferirem significativamente entre os Estados-Membros.

A Eurojust continua a ajudar a resolver algumas dessas dificuldades, através do seu envolvimento no tratamento de casos e de ações de sensibilização. Em 2013, o seu tratamento de casos neste domínio centrou-se no aconselhamento das autoridades nacionais sobre os diferentes requisitos jurídicos e processuais em vigor e na ajuda às autoridades de investigação e ação penal para agirem em simultâneo na execução de decisões de apreensão. Em março, a Eurojust emitiu igualmente um relatório sobre o confisco não baseado na condenação e respondeu a um questionário da Comissão, que servirá de base a um *Estudo jurídico comparativo sobre a aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às decisões de apreensão e perda do produto do crime na União Europeia*.

Uma amostra de produtos Eurojust





Prioridade do ano para a Eurojust: avaliação
das equipas de investigação conjuntas

Projeto sobre avaliação das EIC

- ▶ Como identificar casos adequados para uma EIC?
- ▶ Como facilitar a abertura de investigações paralelas nos diferentes países envolvidos antes da criação da EIC?
- ▶ Quando a EIC está criada, como são partilhadas as informações e as provas?
- ▶ Como são coordenadas e executadas as medidas de investigação?
- ▶ Como é assegurada a admissibilidade das provas nos diferentes países?
- ▶ Qual o valor acrescentado da EIC para a investigação e ação penal do caso?

Estas são algumas das perguntas a que o projeto sobre avaliação das EIC iniciado pela Rede de Peritos Nacionais das EIC em 2013 tenciona dar resposta. Em outubro de 2012, como parte das conclusões da oitava reunião anual, os peritos nacionais encarregaram o Secretariado da Rede EIC de iniciar e apoiar o desenvolvimento de um formulário padrão para a avaliação das EIC a nível nacional.

O projeto tem dois objetivos:

Em primeiro lugar, deve ajudar os profissionais a avaliar o desempenho da EIC em termos de resultados obtidos. Dez anos após a data de aplicação da Decisão-quadro 2002/465/JAI, de 13 de junho de 2002, relativa às EIC, estas continuam a ser um instrumento de cooperação relativamente novo; as autoridades judiciais e policiais mostram-se frequentemente interessadas em discutir o valor acrescentado e as deficiências da «sua» EIC depois do seu encerramento. O formulário de avaliação das EIC fornecerá uma «lista de verificação» para o efeito.

Em segundo lugar, a recolha de dados da avaliação melhora o conhecimento das EIC ao facilitar a identificação dos principais problemas práticos e jurídicos experimentados e as soluções encontradas. A este respeito, a avaliação pode fornecer informações valiosas quer para a Rede EIC quer para as partes interessadas externas. A nível da UE, ainda não foi realizada uma avaliação exaustiva da eficácia das EIC. Por conseguinte, o feedback recebido dos profissionais através dos formulários de avaliação poderá ser valioso para esta avaliação.

O formulário foi elaborado pelo Secretariado da Rede EIC em coordenação com outras unidades competentes da Eurojust e em consulta com a Europol. Para corresponder às expectativas dos profissionais, o formulário incorpora igualmente os contributos das Represen-

tações Nacionais da Eurojust e dos membros da Rede EIC. O formulário de avaliação das EIC foi adotado pelos peritos nacionais durante a sua nona reunião anual, em junho de 2013.

Este formulário constitui um instrumento qualitativo e, quando preenchido, não incluirá dados pessoais; a ausência de dados pessoais facilitará a utilização das informações recebidas. Uma vez que as EIC são um exercício conjunto, os líderes das EIC são incentivados a preencher o formulário em conjunto sempre que possível. A avaliação deve ter lugar após o encerramento da EIC e deve ser complementada depois da fase de julgamento, com vista a coligir dados pertinentes sobre os eventuais problemas perante os tribunais nacionais relacionados com as atividades da EIC e sobre as condenações.

Para realizar a avaliação, será organizada, na maioria dos casos, uma reunião final entre os parceiros da EIC após o fim da investigação. A Eurojust pode apoiar este processo através da oferta de um local para a reunião ou financeiramente, através da atribuição de uma subvenção à EIC.

Na sequência da adoção do formulário pelos peritos nacionais, o Secretariado da Rede EIC iniciou um processo de trabalho que define as etapas necessárias para a avaliação efetiva das EIC. Foi desenvolvida uma versão «interativa» do formulário em cooperação com a Unidade de Gestão de Informação, que foi testada por vários peritos nacionais. A utilização desta versão do formulário permitirá que os dados da avaliação sejam importados automaticamente para uma base de dados que será gerida pelo Secretariado da Rede EIC. Este instrumento será utilizado nos próximos anos para apoiar a criação de relatórios qualitativos e quantitativos sobre as EIC.

A avaliação das EIC teve lugar em duas ocasiões separadas na Eurojust. Em junho de 2013, foram realizadas duas reuniões de avaliação das EIC apoiadas pela Eurojust, que permitiram que o formulário fosse testado e o seu conteúdo ajustado em função das necessidades operacionais.

Os resultados dessas avaliações forneceram já informações valiosas. Num caso de tráfico de droga, por exemplo, realçou-se a necessidade de um intercâmbio contínuo de informações entre os parceiros da EIC para assegurar uma boa coordenação das atividades de investigação. Neste contexto, descreveu-se ainda como um fator fundamental do sucesso da EIC o empréstimo de dispositivos de comunicação pela Eurojust através do financiamento das EIC. Nas investigações paralelas que não seguem necessariamente o mesmo padrão, os par-

ceiros da EIC também sentiram a necessidade de analisar eventuais conflitos de jurisdição o mais cedo possível, tendo em conta o eventual impacto desta questão na execução dos mandados de detenção europeus.

A avaliação também pode ajudar a identificar a melhor prática. Num caso de tráfico de migrantes, por exemplo, os parceiros da EIC decidiram conjugar os seus esforços para obter a cooperação do país de origem dos migrantes. Os pedidos de auxílio judiciário mútuo emitidos pelos

parceiros da EIC foram assim coordenados e apresentados em simultâneo no sentido de reforçar a estratégia comum.

Até ao momento, na maioria dos casos, a experiência da criação e operacionalização de uma EIC tem sido positiva. As EIC são descritas não só como um instrumento de cooperação eficiente, mas também como um meio para aprender com outros sistemas jurídicos, métodos de trabalho e culturas profissionais.

THE NEW DRAFT REGULATION ON EUROJUST:

AN IMPROVEMENT IN THE FIGHT
AGAINST CROSS-BORDER CRIME?



Desenvolvimentos legislativos

Tema

Aplicação da Decisão do Conselho relativa à Eurojust: avaliação

Quadro jurídico O quadro jurídico da Eurojust foi revisto em 2008, por iniciativa de 14 Estados-Membros da Comissão Europeia, para reforçar a Eurojust e melhorar a sua eficácia operacional.

Os principais objetivos da *Decisão 2009/426/JAI do Conselho, de 16 de dezembro de 2008, relativa ao reforço da Eurojust e que altera a Decisão 2002/187/JAI do Conselho, relativa à criação da Eurojust a fim de reforçar a luta contra as formas graves de criminalidade*, são os seguintes:

- ▶ Reforçar o estatuto dos membros nacionais e as capacidades operacionais das representações nacionais;
- ▶ Reforçar as competências dos membros nacionais e a função do Colégio;
- ▶ Fomentar a coordenação entre os pontos de contacto para Eurojust/terrorismo/RJE/EIC/crimes de guerra/recuperação de ativos/corrupção a nível nacional;

- ▶ Aumentar o intercâmbio de informações entre a Eurojust e as autoridades nacionais; e
- ▶ Reforçar as relações de trabalho da Eurojust com Estados terceiros e parceiros como a Frontex.

Fase de avaliação: quais os aspetos positivos e os aspetos que necessitam de melhoramentos? A aplicação e a execução nos Estados-Membros das Decisões do Conselho relativas à Eurojust e à RJE devem ser objeto de apreciação na sexta ronda de avaliações mútuas. As avaliações pelos pares são realizadas nos Estados-Membros ao longo de três anos (2012 a 2014). Em 2013, as avaliações tiveram lugar nos seguintes países: França, Malta, Países Baixos, Polónia, Reino Unido, Itália, Alemanha, Irlanda, Grécia, Roménia e Letónia. No âmbito do seu quadro jurídico, o Colégio da Eurojust começou a preparar a contratação de uma avaliação externa independente da aplicação da Decisão do Conselho e do seu impacto no desempenho da Eurojust no cumprimento dos seus objetivos.

Reforma da Eurojust: perspetivas futuras

Modernização da Eurojust À luz do Tratado de Lisboa e do artigo 85.º do TFUE, a Task Force sobre o futuro da Eurojust prosseguiu as suas atividades de reflexão sobre a reforma da Eurojust, em especial a sua missão e estrutura. Os contributos do Colégio em matéria de estrutura da Eurojust, avaliação, competências e equipas de investigação conjuntas, relações com a Europol, o OLAF, a RJE e a futura EPPO, cooperação com Estados terceiros, acesso a documentos e proteção de dados foram apresentados à Comissão Europeia na fase preparatória para o quadro jurídico revisto. O novo quadro jurídico da Eurojust será adotado por meio de um regulamento e, deste modo, as suas disposições serão vinculativas e diretamente aplicáveis nos Estados-Membros.

Relações da Eurojust com a EPPO O Tratado de Lisboa deixa margem nas opções para reforçar de forma mais eficaz o papel da Eurojust na luta contra as infrações penais lesivas dos interesses financeiros da UE, bem como para a criação da Procuradoria Europeia (EPPO) «a partir da Eurojust» com base no artigo 86.º do TFUE. As atividades da Task Force sobre o futuro da Eurojust centraram-se na elaboração de possíveis sinergias funcionais e administrativas entre a Eurojust e a futura Procuradoria Europeia com vista a assegurar a complementaridade de competências, permitir a interação operacional e a eficiência em termos de custos.

Seminário Eurojust: O novo projeto de regulamento relativo à Eurojust: uma melhoria na luta contra a criminalidade transnacional?

O seminário da Eurojust foi realizado em Haia em 14 e 15 de outubro, com recurso a uma abordagem multidisciplinar que combinou as perspetivas e os pontos de vista de académicos, profissionais e representantes nacionais de 28 Estados-Membros.

Participaram no seminário mais de 153 representantes das autoridades nacionais dos Estados-Membros, das instituições da União Europeia, nomeadamente a Comissão Europeia, o OLAF, o Conselho e o Parlamento Europeu, a RJE da Eurojust, a Autoridade Europeia para a Proteção de Dados, representantes da Europol e membros nacionais e da administração da Eurojust.

Os temas em discussão foram os seguintes:

Estrutura e governação da Eurojust A Proposta de Regulamento relativo à Eurojust sugere que as funções de apoio judiciário sejam divididas em funções de supervisão e executivas relacionadas com a gestão e funções operacionais. Os participantes debateram o âmbito de aplicação, os requisitos e o valor acrescentado destas funções.

Funções, competências e poderes Embora as possibilidades oferecidas pelo artigo 85.º do TFUE no sentido de conferir competências adicionais à Eurojust não tenham sido plenamente analisadas, os participantes consideraram que as alterações propostas na forma de um regulamento terão um impacto decisivo. Foi defendida a dimensão proativa do mandato da Eurojust.

Relações com Estados terceiros e parceiros da UE Os participantes manifestaram a opinião de que a Eurojust deve ser entendida como um agente global no domínio da justiça penal internacional; deve ser um «balcão único» para a cooperação judiciária entre os Estados-Membros e os Estados terceiros em casos com ligações fora das fronteiras da UE. Os Magistrados de Ligação e os pontos de contacto foram confirmados como pontes valiosas para os Estados terceiros. As disposições cruzadas relativas ao intercâmbio de informações que constam dos projetos de regulamentos relativos à Eurojust e à Europol foram consideradas essenciais para a eficácia da cooperação operacional, em conformidade com os dois mandatos complementares. A Proposta de Regulamento relativo à Eurojust não discute a simplificação de pedidos entre a Eurojust e a RJE. Neste contexto, os participantes mencionaram a potencial utilização da função de filtragem no SNCE.

Relações entre a Eurojust e a EPPO Foi realçada a necessidade de respeitar a complementaridade do mandato da Eurojust como unidade de cooperação judiciária da União Europeia. A conceção da futura EPPO está e estará no centro das negociações nos próximos meses e as capacidades de apoio administrativo e operacional da Eurojust exigirão uma cuidadosa atenção.

A Presidente da Eurojust encerrou o seminário, afirmando: «A proposta relativa à Eurojust pode não ser um passo revolucionário rumo ao futuro, mas estamos a caminhar na direção de uma evolução positiva. Esta conferência estimulante terminou, mas o debate inspirador apenas começou. A Eurojust está altamente motivada e pronta para participar e contribuir ativamente com a sua experiência como profissional na definição do seu futuro.»

O relatório do seminário foi publicado como Documento 17188/1/13 REV1 do Conselho, de 4 de dezembro de 2013. O boletim *Eurojust News* sobre a EPPO, publicado em maio, está disponível no sítio Web da Eurojust.

Propostas da Comissão sob a forma de «pacote»: as denominadas «relações especiais» A Comissão Europeia aproveitou a oportunidade oferecida pelo Tratado de Lisboa para emitir, em 17 de julho, uma Proposta de Regulamento relativo à Eurojust com o objetivo de modernizar a Eurojust e uma Proposta de Regulamento do Conselho que institui a Procuradoria Europeia, que terá competência exclusiva em matéria

de investigações e ações penais relativamente às infrações contra os interesses financeiros da UE. As negociações no Conselho e no Parlamento Europeu sobre as duas Propostas seguirão procedimentos legislativos diferentes. Enquanto o Regulamento Eurojust seguirá o processo de codecisão normal, o Regulamento que institui a Procuradoria Europeia exige um processo legislativo especial.



Anexo 1: Acesso público aos documentos

Nos termos do artigo 15.º da Decisão de Adoção de Regras Relativas ao Acesso Público aos Documentos da Eurojust (adotada pelo Colégio em 13 de julho de 2004), a Eurojust deve incluir no seu relatório anual informações sobre o número de pedidos de acesso a documentos recusados e os motivos dessas recusas. A inclusão destas informações numa secção específica do relatório anual geral da Eurojust e não num relatório separado dedicado ao acesso aos documentos, tendo em conta o número relativamente reduzido de pedidos recebidos, foi acolhida com agrado pelo Provedor Europeu no relatório que elaborou na sequência da sua visita à Eurojust em junho de 2012 (OI/8/2012/OV, n.º 22).

O número de pedidos de acesso público aos documentos da Eurojust aumentou em 2013, tendo-se registado 26 pedidos iniciais e dois pedidos confirmativos (em 2012, registaram-se 17 pedidos iniciais e um pedido confirmativo). Vinte e quatro dos pedidos iniciais foram diretamente recebidos na Eurojust. A Eurojust foi consultada enquanto parte terceira nos outros dois casos, na sequência de pedidos recebidos por outras instituições europeias.

Vinte e dois dos 26 pedidos não estavam relacionados com casos. Em sete desses 22 pedidos, o acesso foi integralmente concedido. Num pedido para dois documentos, o acesso foi parcialmente concedido a um documento mas recusado em relação ao segundo, uma vez que a sua divulgação prejudicaria o processo de tomada de decisão da Eurojust (artigo 4.º, n.º 3, segundo travessão da Decisão de Adoção de Regras Relativas ao Acesso Público

aos Documentos da Eurojust de 2004, doravante referida como «Regras de Acesso a Documentos»). Dos restantes 14 casos, os documentos solicitados não estavam na posse da Eurojust (oito pedidos) ou foram necessários mais esclarecimentos para identificar o documento (seis pedidos). A Eurojust enviou um pedido de clarificação (artigo 6.º, n.º 2, das Regras de Acesso a Documentos) para cada um desses seis pedidos, mas os requerentes não avançaram com os seus pedidos.

No que respeita aos quatro pedidos de acesso a documentos relacionados com casos, um dos pedidos foi parcialmente concedido após redação do documento de forma a eliminar os dados pessoais, em conformidade com o artigo 4.º, n.º 1, alínea b) das Regras de Acesso a Documentos. Noutro pedido, o acesso a estatísticas e comunicados de imprensa relativos a casos da Eurojust foi concedido porque esses documentos já estavam disponíveis no sítio Web da Eurojust. O acesso foi recusado nos restantes dois pedidos porque a sua divulgação prejudicaria a proteção do interesse público no que se refere ao cumprimento das funções da Eurojust no reforço da luta contra as formas graves de criminalidade, as investigações e as ações penais nacionais a que a Eurojust presta assistência, e a observância das regras aplicáveis ao segredo profissional (ao abrigo do artigo 4.º, n.º 1, alínea a), quinto, sexto e sétimo travessões das Regras de Acesso a Documentos), a integridade de pessoas (ao abrigo do artigo 4.º, n.º 1, alínea b), das Regras de Acesso a Documentos) e/ou a proteção dos processos judiciais e do aconselhamento jurídico (artigo 4.º, n.º 2, segundo travessão das Regras de Acesso a Documentos).

Anexo 2: Acompanhamento das Conclusões do Conselho

Em 15 de novembro, o Conselho JAI adotou as Conclusões relativas ao décimo primeiro Relatório Anual da Eurojust (14919/13). À semelhança de anos anteriores, a Eurojust debruça-se, no presente relató-

rio, sobre a aplicação dessas conclusões. No quadro seguinte prestam-se informações adicionais sobre as áreas relativamente às quais o Conselho formulou recomendações.

Recomendações do Conselho	Acompanhamento
Adotar instrumentos adequados e objetos para a avaliação da Eurojust em 2014.	A Eurojust está a preparar uma avaliação externa independente da Eurojust, em conformidade com o artigo 41.º-A da Decisão Eurojust. A Comissão Europeia será consultada sobre os termos de referência.
Continuar a apoiar, incluindo financeiramente, a criação, a aplicação e a avaliação de equipas de investigação conjuntas, bem como o desenvolvimento de boas práticas e a partilha de informações sobre as experiências judiciais e os resultados dos casos.	A Eurojust apoiou 102 EIC e financiou 34 em 2013. Continuará a financiar as EIC através do seu orçamento corrente, uma vez que o financiamento recebido da Comissão terminou. <i>Ver</i> pontos 1.3 e 2.4 e capítulo 4: «Prioridade do ano para a Eurojust».
Manter a sua prática de associar a Europol, quando adequado, ao processo de coordenação, no que respeita a casos apresentados à Eurojust, e de procurar complementaridade no seu trabalho de apoio às autoridades nacionais.	A Europol foi envolvida em 53 casos e participou em 75 reuniões de coordenação na Eurojust. <i>Ver</i> ponto 3.3.2 e os exemplos de caso.
Reforçar a cooperação com o OLAF nos casos relativos a fraude, corrupção e outras infrações lesivas dos interesses financeiros da UE.	O OLAF e a Eurojust cooperaram em quatro casos. <i>Ver</i> ponto 3.3.2.
Apoiar e divulgar ativamente as boas práticas relativas à execução de mandados de detenção europeus e, se aplicável, convocar reuniões entre as autoridades competentes para encontrar soluções para problemas recorrentes.	Em 2014, a Presidência Grega da UE e a Eurojust realizaram um seminário estratégico sobre o mandado de detenção europeu. O Fórum Consultivo também analisará este tema.
Avaliar a possibilidade de organizar novas reuniões dos correspondentes nacionais da Eurojust.	A Eurojust acolherá a segunda reunião de correspondentes nacionais da Eurojust em 2014.
Elaborar um relatório sobre o acompanhamento das informações recebidas, em conformidade com o artigo 13.º da Decisão Eurojust, e do feedback dos profissionais, em conformidade com o artigo 13.º-A da Decisão Eurojust.	<i>Ver</i> ponto 2.3. Serão realizadas novas avaliações durante a avaliação a contratar em 2014, tendo em conta os resultados das avaliações mútuas nos Estados-Membros.
Avançar com a implementação de ligações seguras que permitam o acesso ao CMS a nível nacional para todos os Estados-Membros.	A Eurojust apresentou um relatório sobre os progressos alcançados ao Conselho e à Comissão, em conformidade com o artigo 16.º-B da Decisão Eurojust. <i>Ver</i> ponto 2.3 e Documento 12582/13 do Conselho de 19 de julho de 2013.
Avaliar a criação da Coordenação Permanente em casos urgentes, ao abrigo do artigo 5.º-A da Decisão Eurojust.	<i>Ver</i> ponto 1.2.2. Será realizada uma avaliação durante a avaliação a ser contratada em 2014.

Anexo 3: Estatísticas sobre casos da Eurojust

Gráfico 1 - Casos de 2009 a 2013

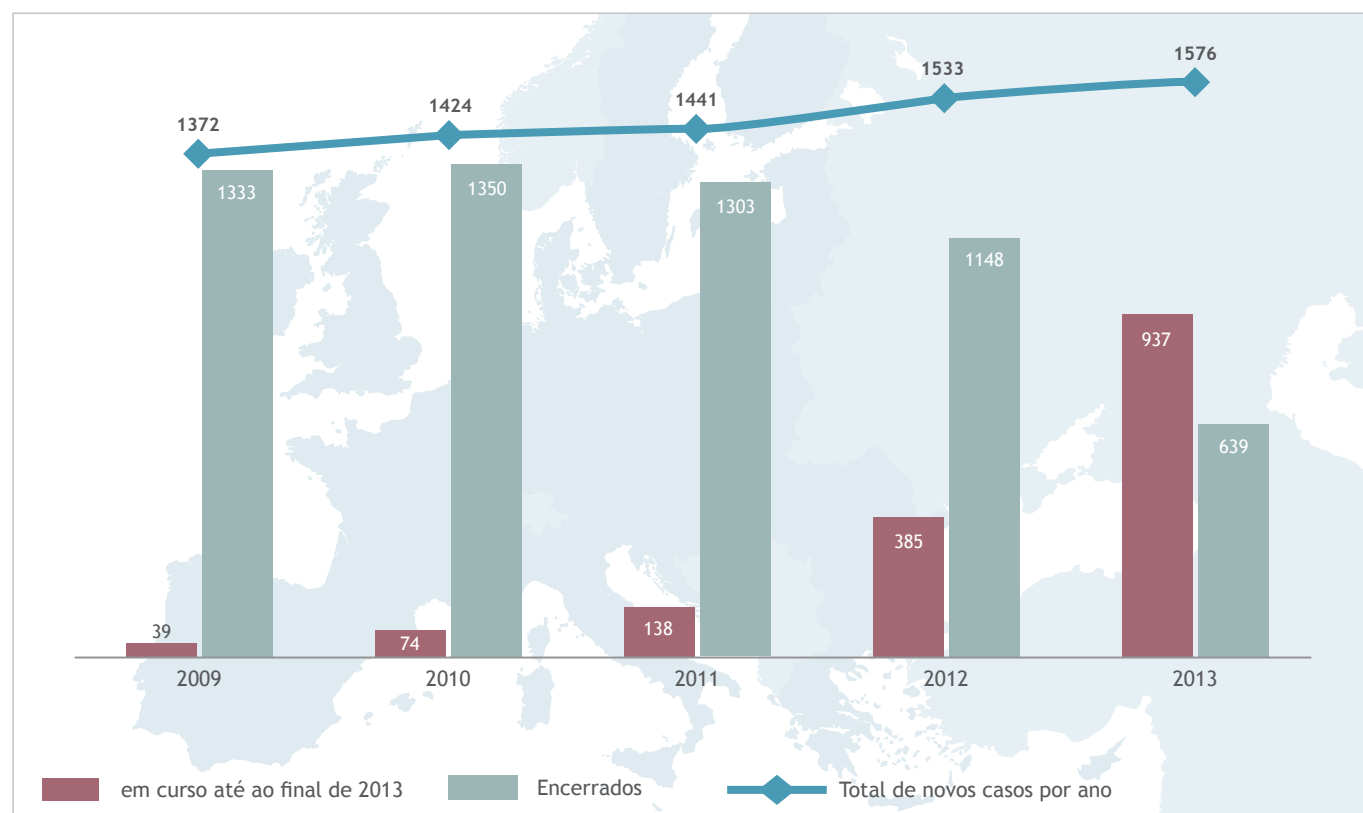


Gráfico 2 - Casos bilaterais e multilaterais de 2009 a 2013

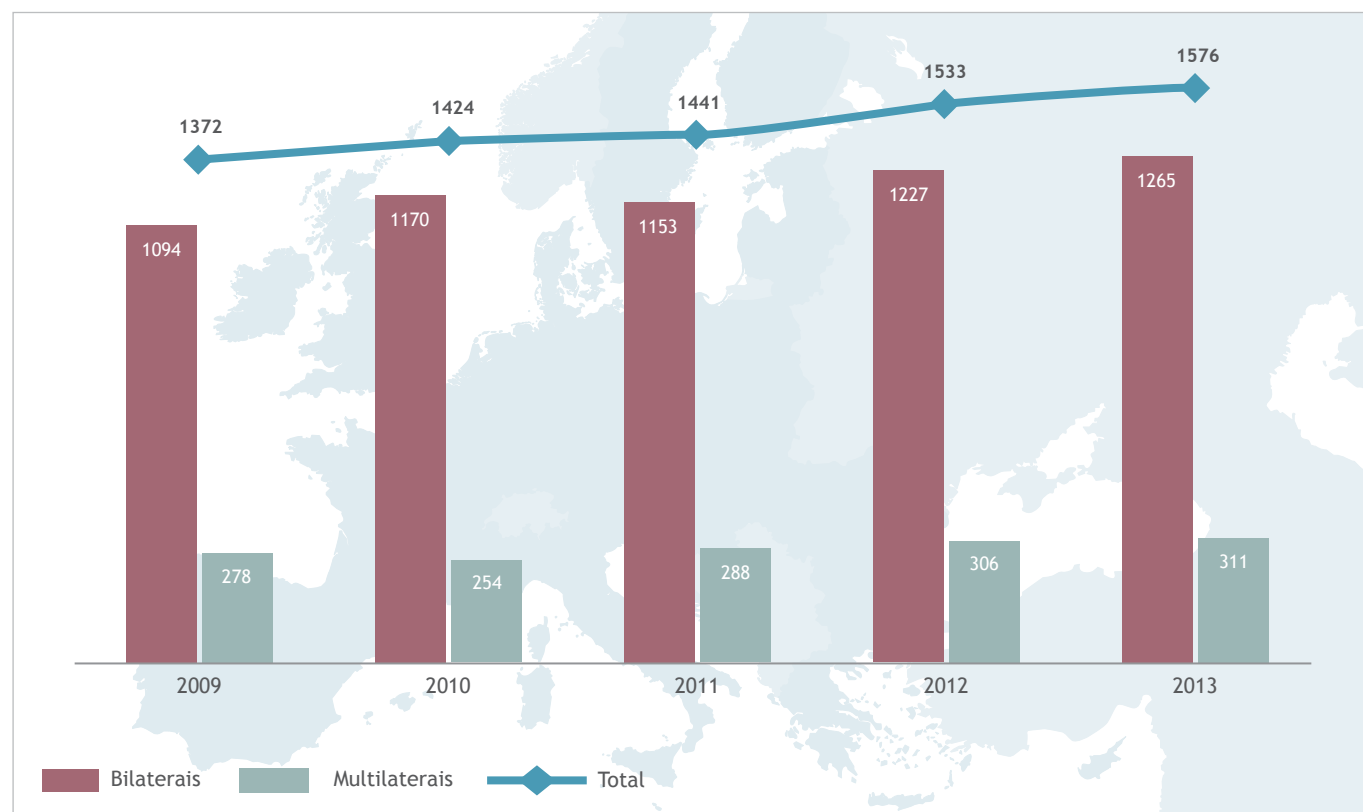


Gráfico 3 - Casos bilaterais e multilaterais abertos por Estado-Membro

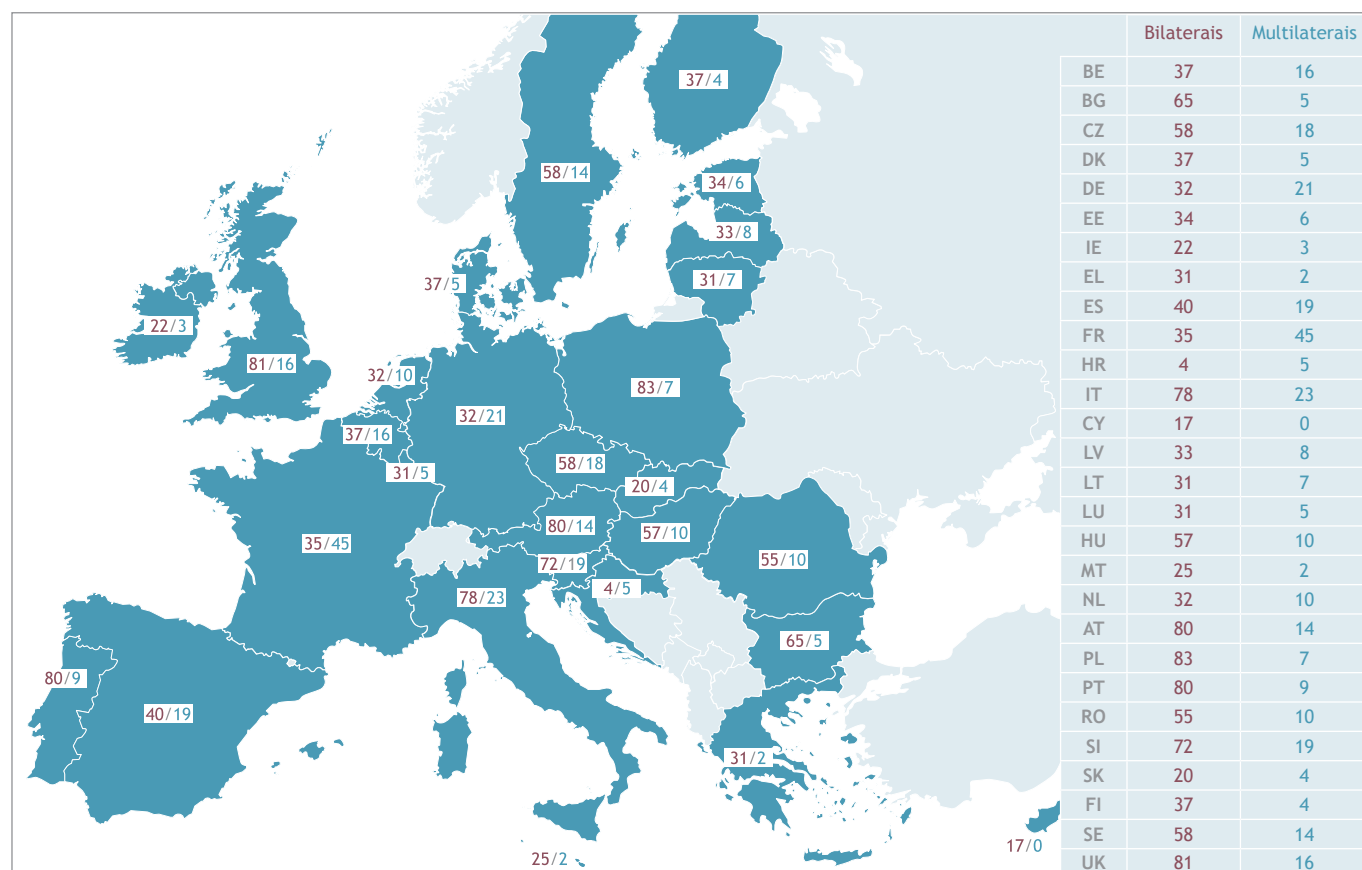


Gráfico 4 - Estados-Membros requerentes/requeridos

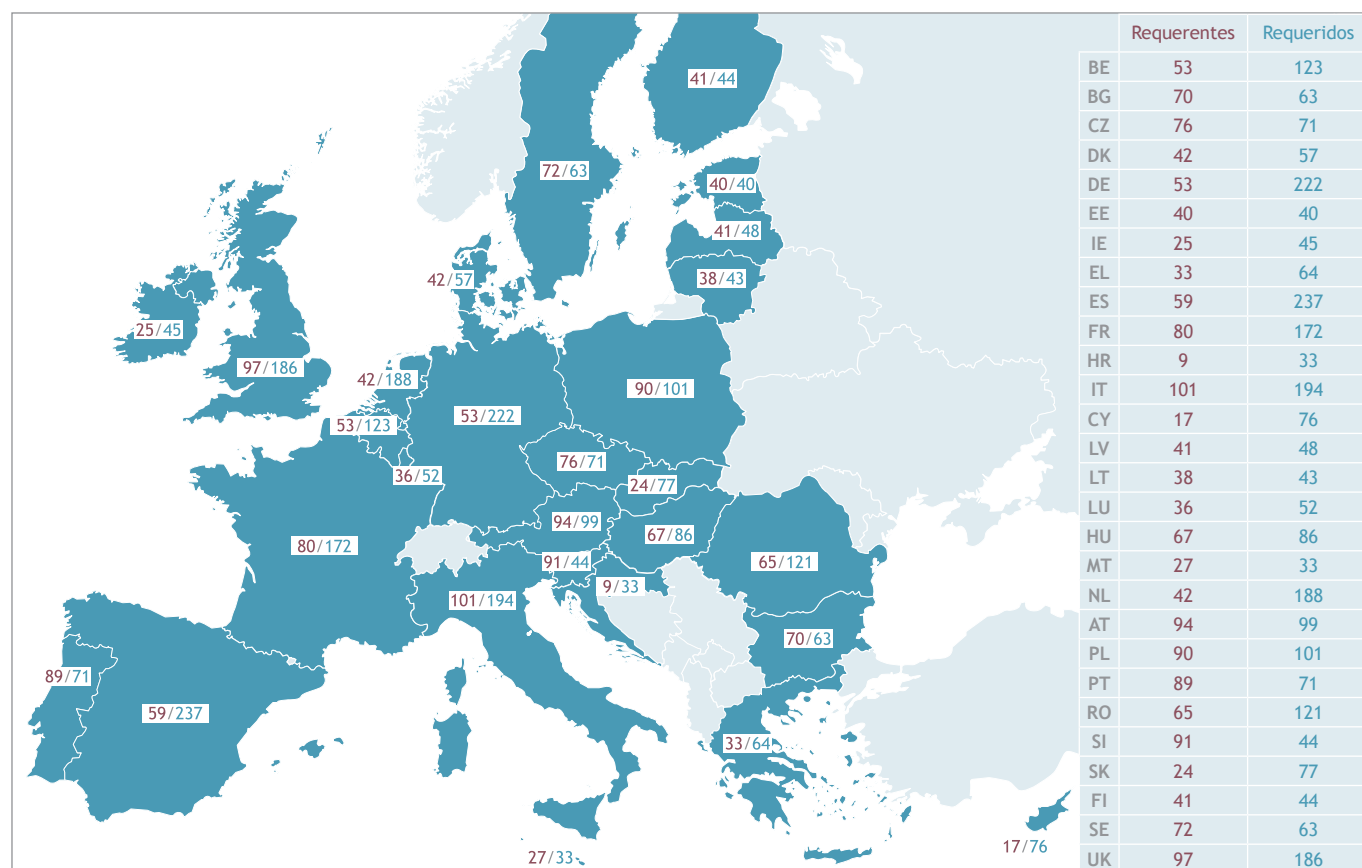


Gráfico 5 - Casos por Magistrados de Ligação de 2009 a 2013

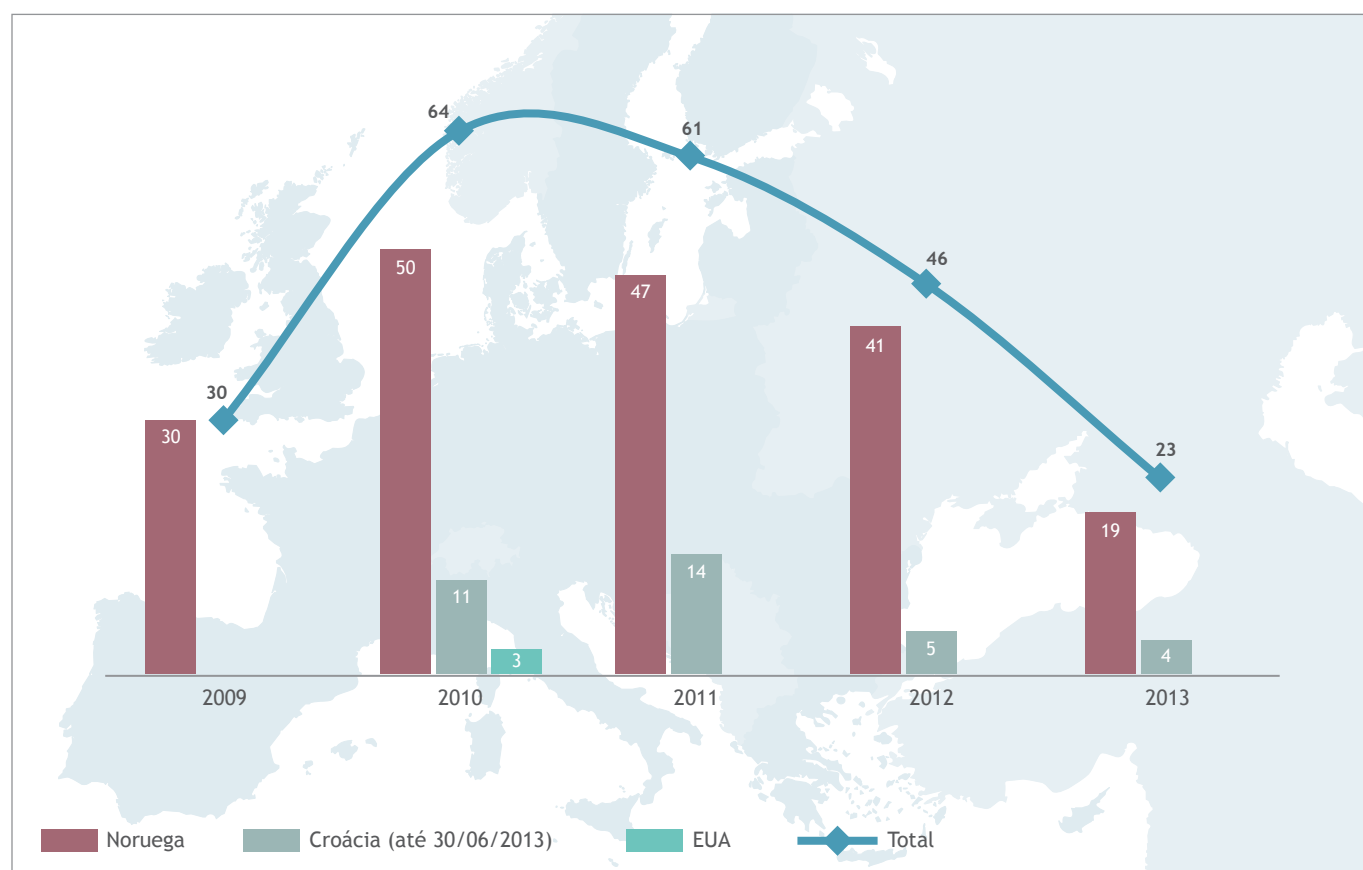


Gráfico 6 - Tipos de criminalidade prioritários em casos da Eurojust

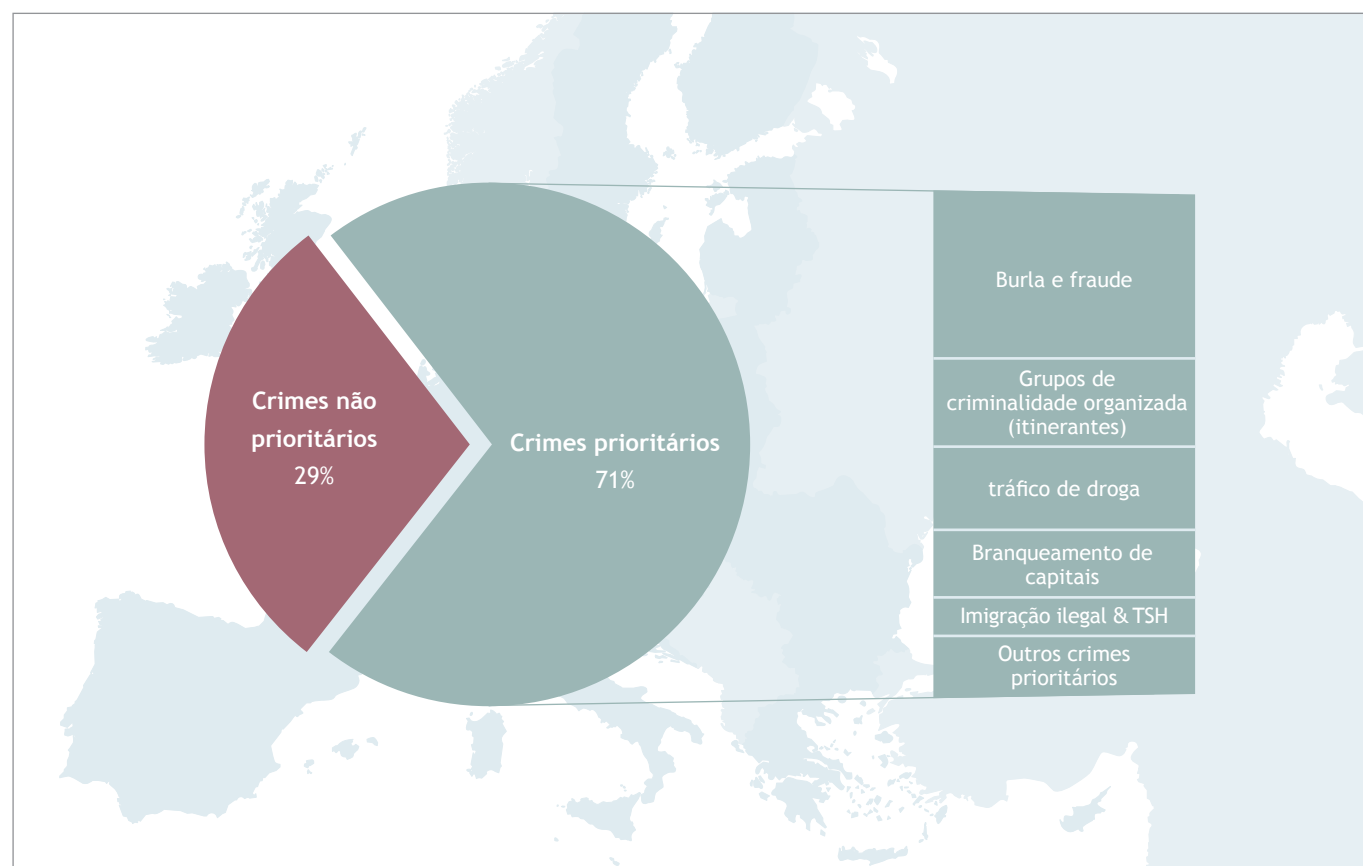


Gráfico 7 - Casos da Eurojust envolvendo Estados terceiros

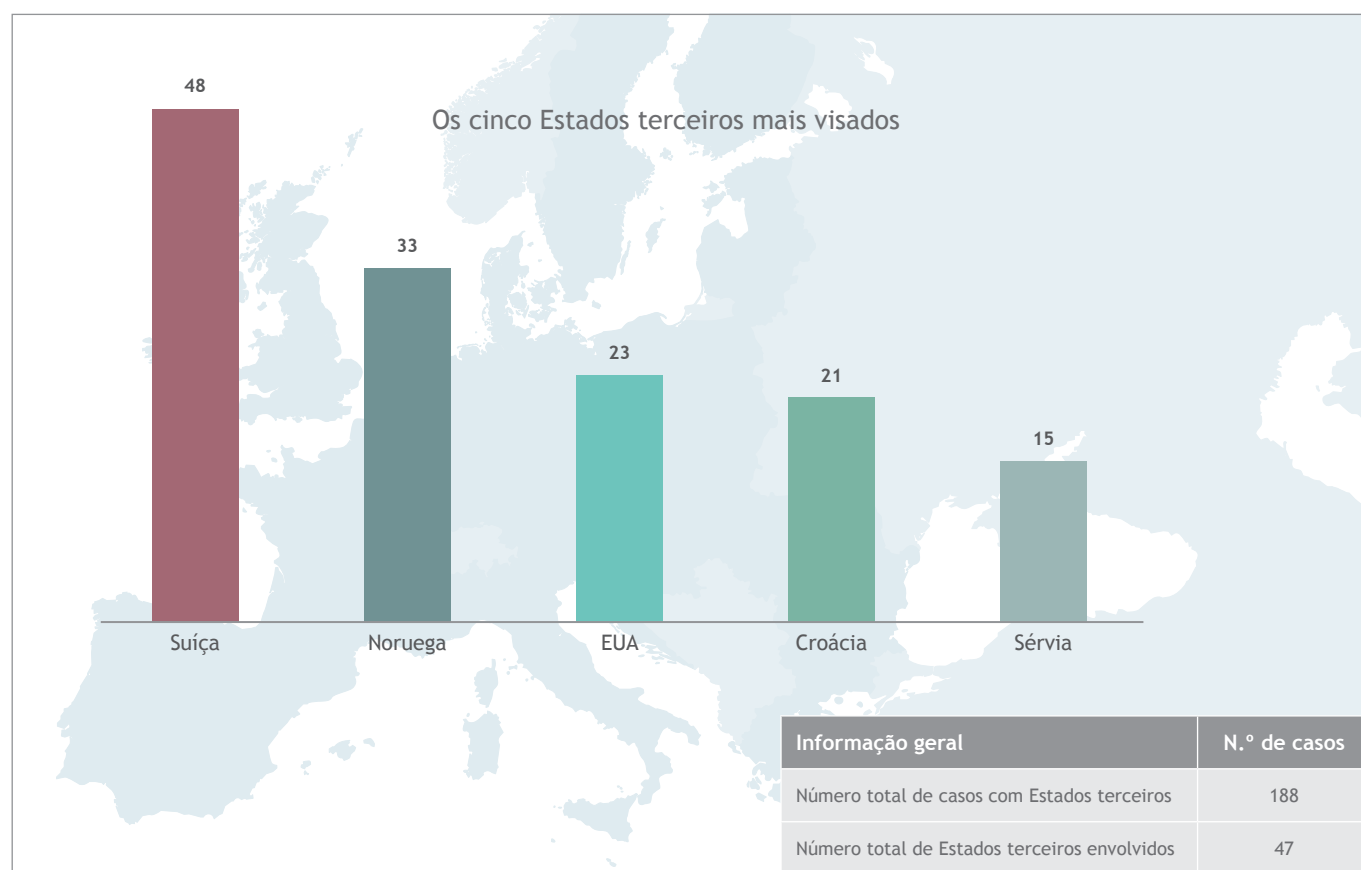


Gráfico 8 - Envolvimento de países não pertencentes à UE, parceiros da UE & organizações internacionais em casos da Eurojust

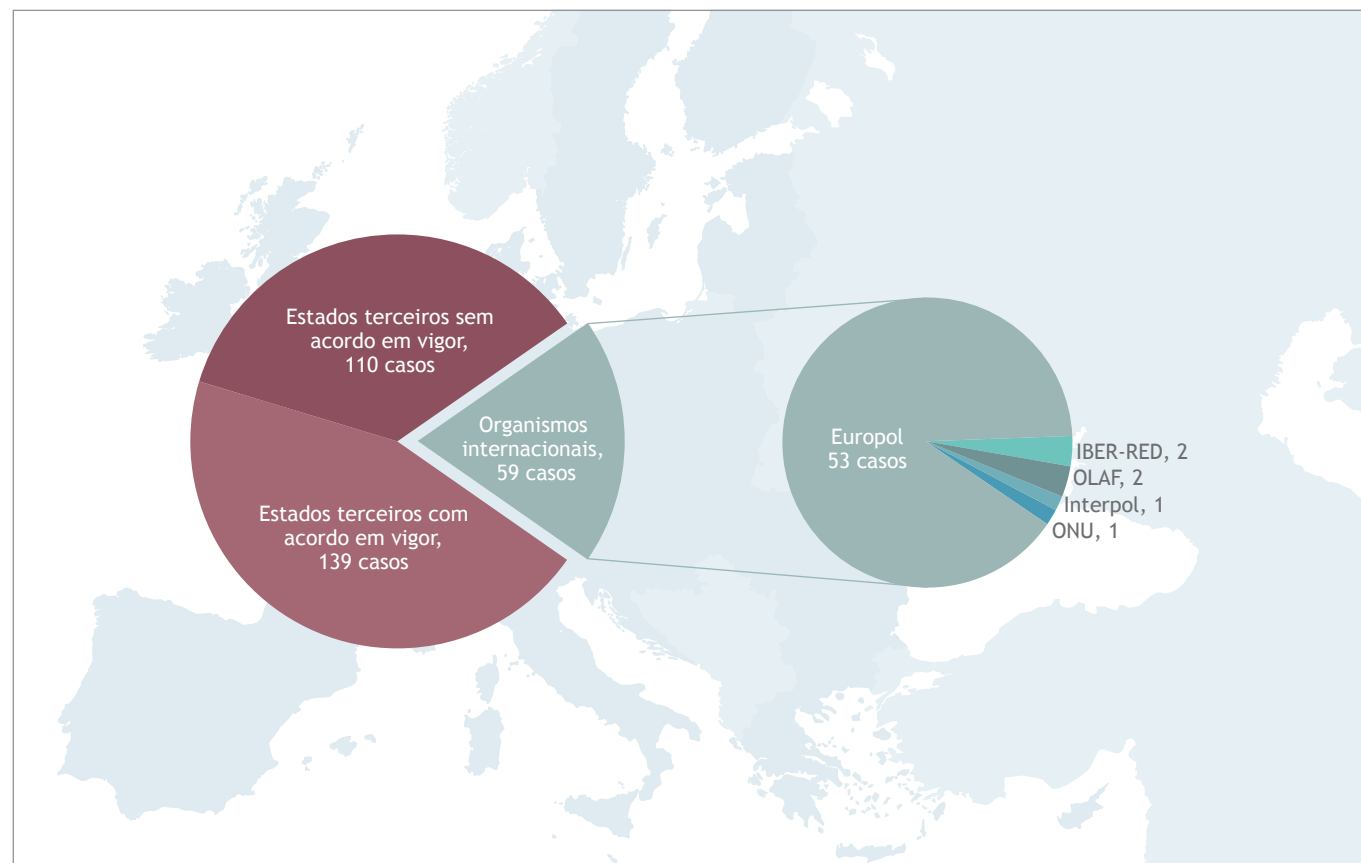


Gráfico 9 - Principais tipos de criminalidade envolvendo Estados terceiros

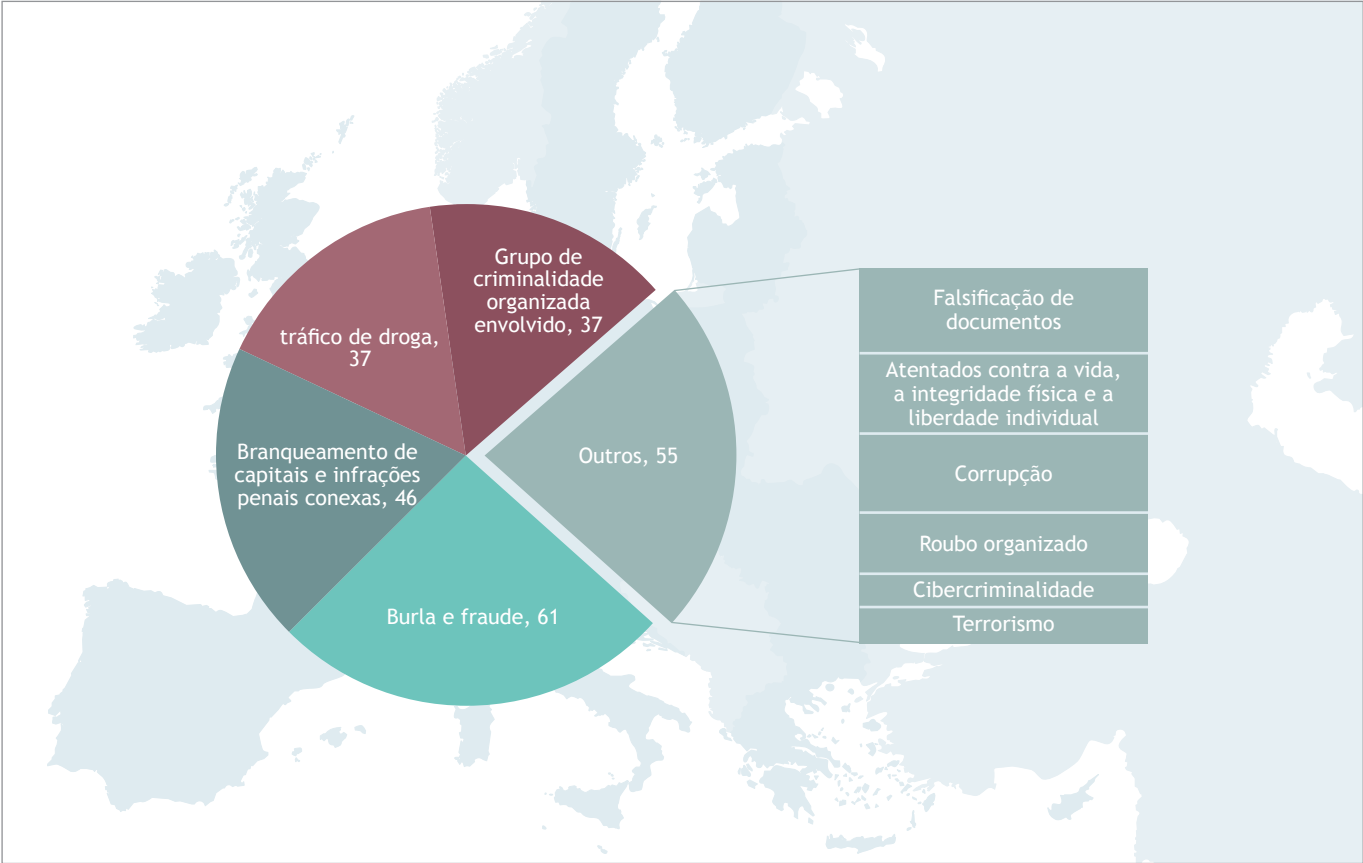


Gráfico 10 - Reuniões de coordenação: Estados-Membros

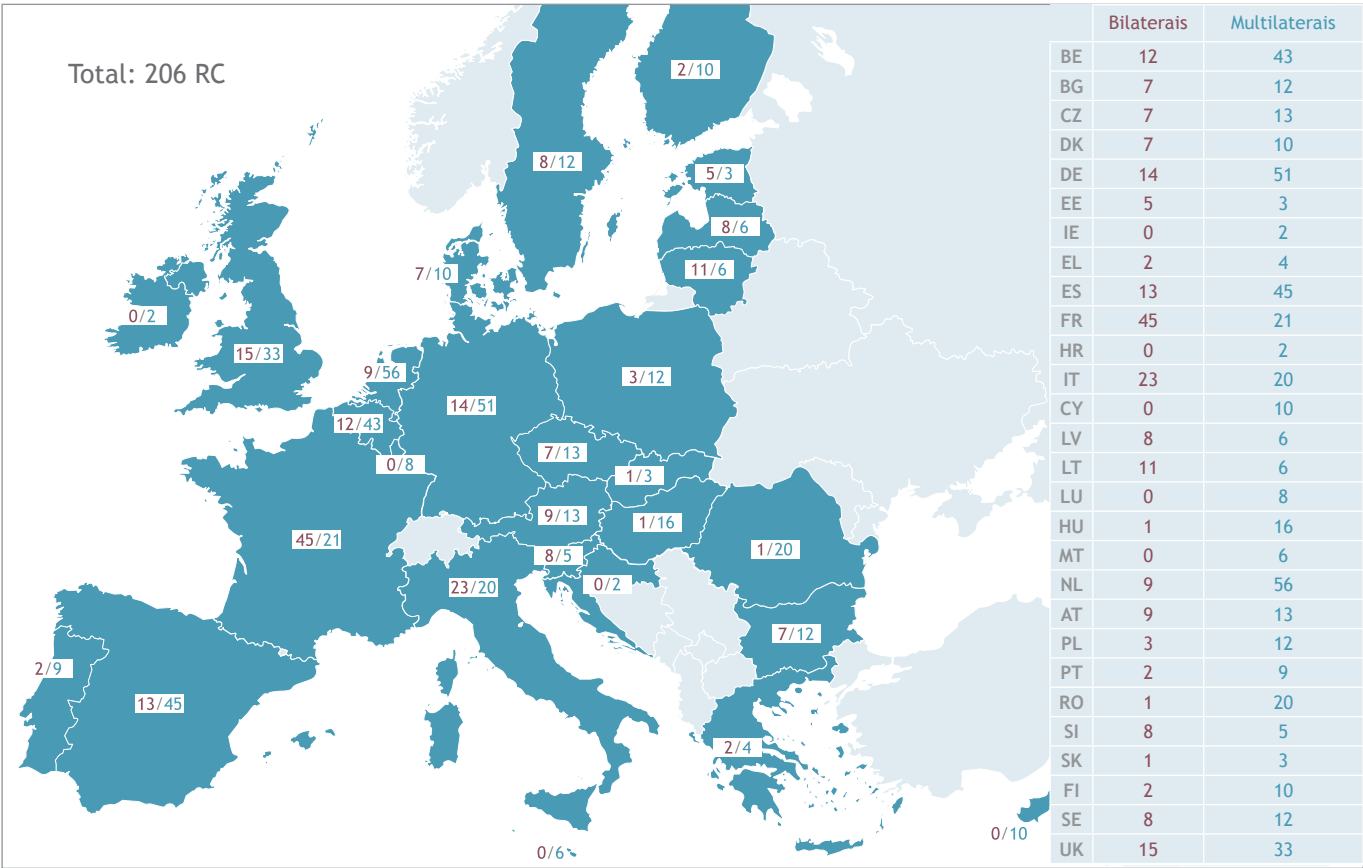


Gráfico 11 - Reuniões de coordenação: países não pertencentes à UE, parceiros da UE e organizações internacionais

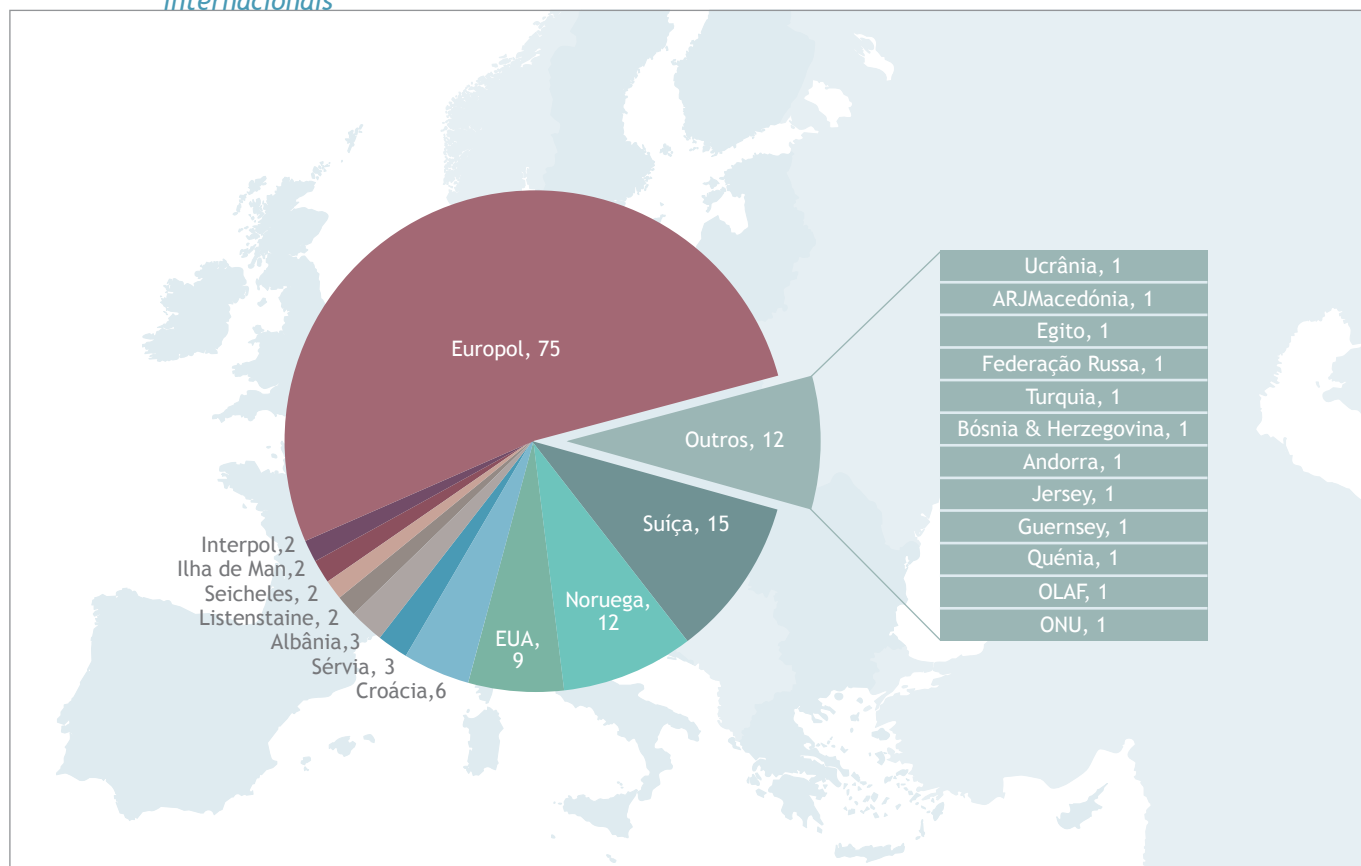
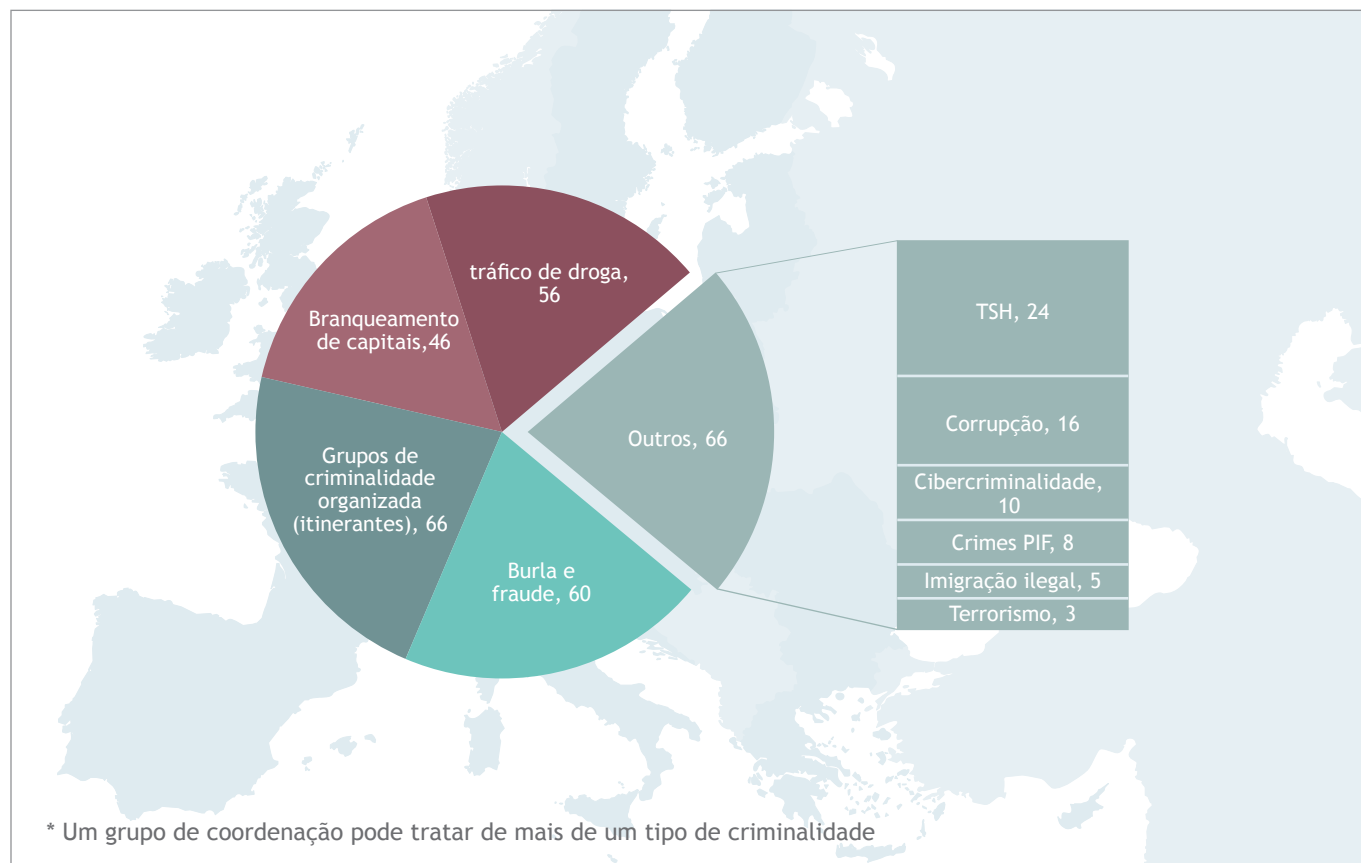


Gráfico 12 - Ocorrência de tipos de criminalidade* nas reuniões de coordenação



* Um grupo de coordenação pode tratar de mais de um tipo de criminalidade

Gráfico 13 - Centros de coordenação

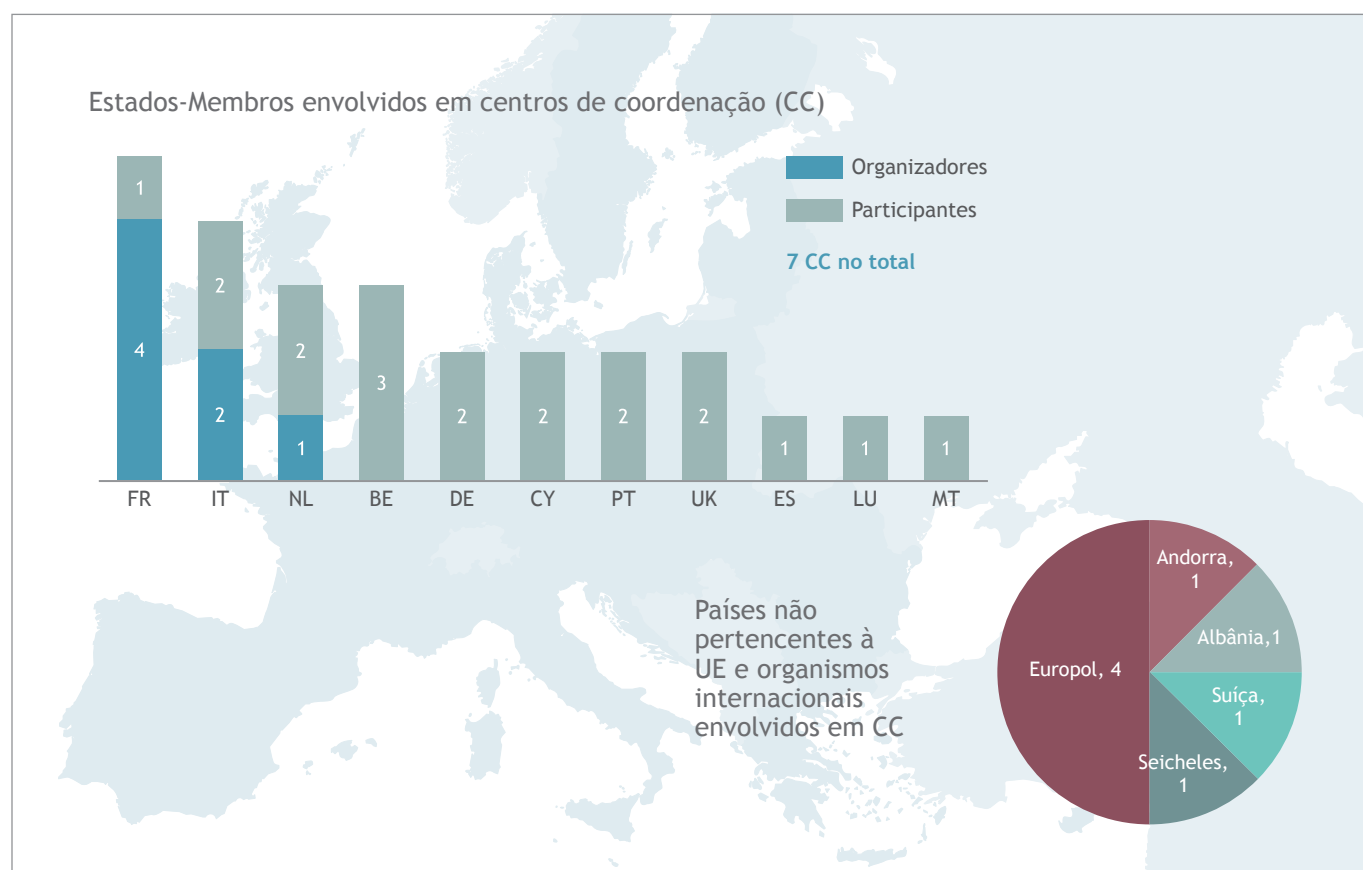


Gráfico 14 - Eurojust e equipas de investigação conjuntas

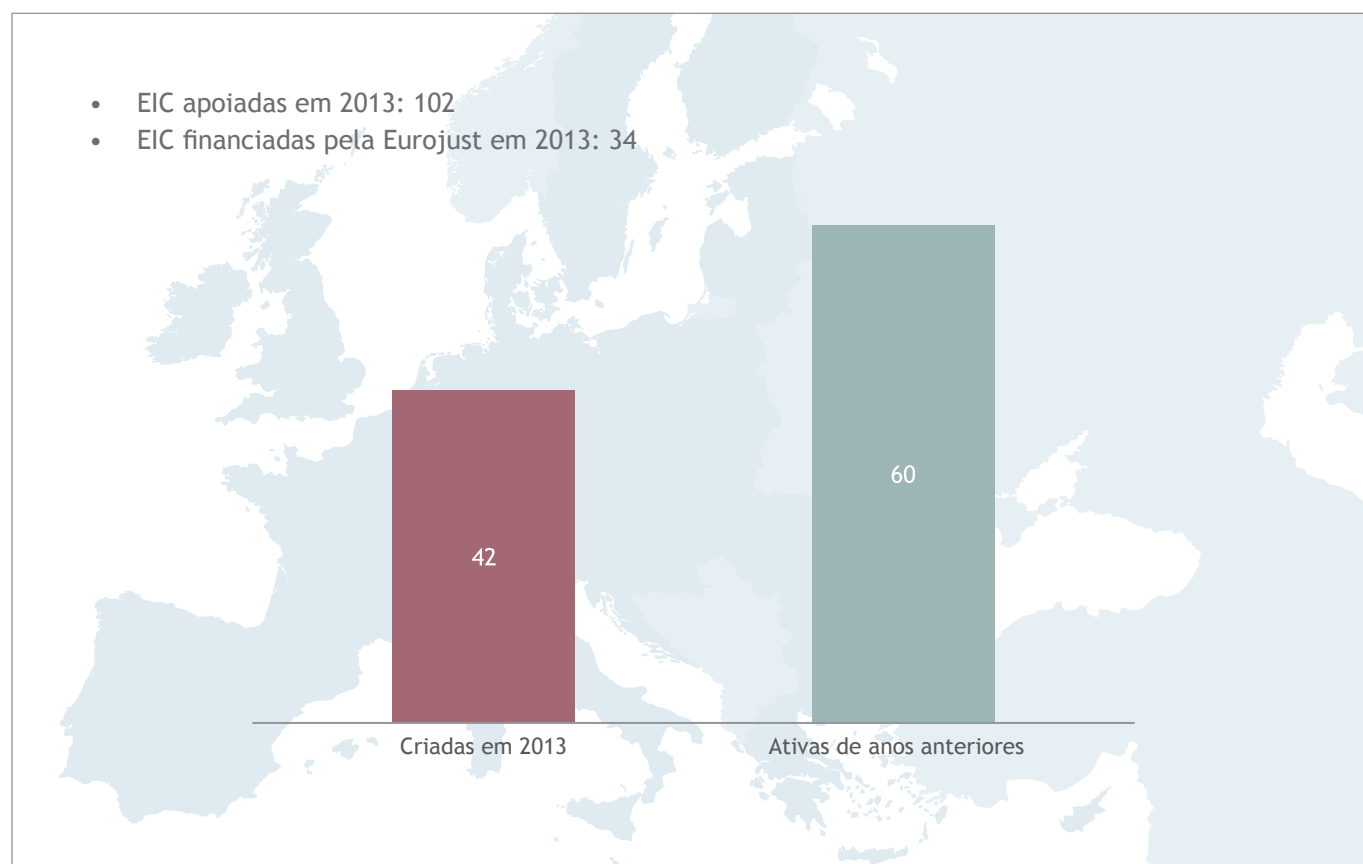


Gráfico 15 - Números de casos ao abrigo do artigo 13.º

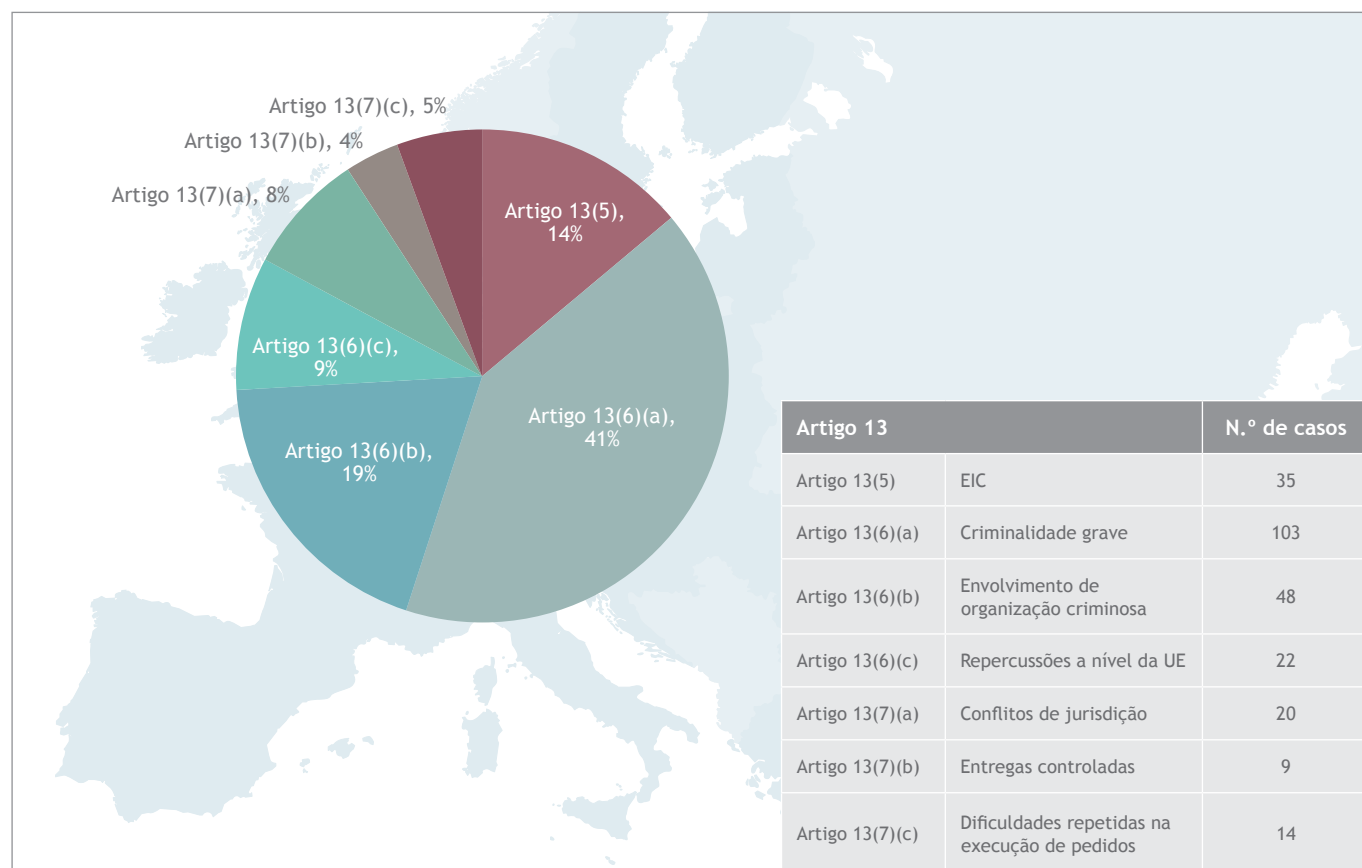
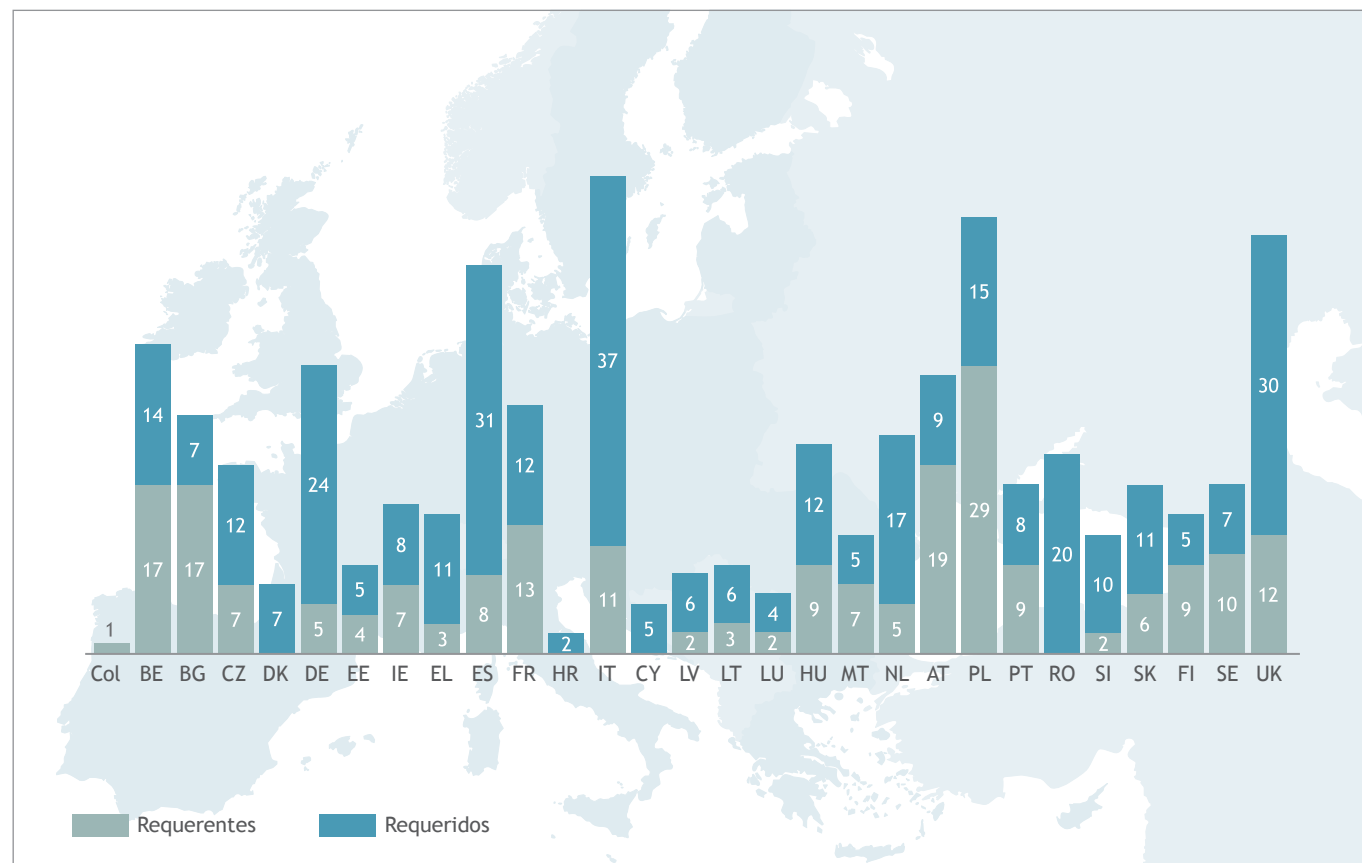


Gráfico 16 - Execução de mandados de detenção europeus (MDE): Estado-Membro requerente/requerido



© Eurojust, 2014

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou utilizada, independentemente da forma ou dos meios, sejam eles gráficos, eletrônicos ou mecânicos, incluindo a cópia, o registo, a gravação ou sistemas de armazenamento de informações ou de recuperação, sem o consentimento da Eurojust.

Obrigado a todas as unidades pelo seu contributo.

Fotografias: Jakov Minić, Michel Mees, Leen De Zutter



EUROJUST

Maanweg 174, 2516 AB The Hague, Netherlands
Telephone: +31 70 412 5000 - E-mail: info@eurojust.europa.eu - Website: www.eurojust.europa.eu